



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

SAMUEL SILVEIRA DOS SANTOS

**A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.**

FLORIANÓPOLIS

2026

Samuel Silveira dos Santos

**A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Florianópolis

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.

Dados inseridos pelo próprio autor.

Santos, Samuel Silveira dos

A Contribuição dos Institutos Federais de Educação,
Ciência e Tecnologia para o fortalecimento da economia
solidária no Brasil / Samuel Silveira dos Santos ;
orientador, Lauro Francisco Mattei, 2025.

206 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação
em Administração, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Autogestão. 3. Educação e
Trabalho. 4. Tecnociência Solidária. 5. Desenvolvimento
Sustentável. I. Mattei, Lauro Francisco . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

Samuel Silveira dos Santos

A Contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e **aprovado**, em 12 de novembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Helena Kuerten de Salles Uglione, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Maurício Roque Serva de Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof. Gustavo Bigetti Guergoletto, Dr.
Instituto Federal do Paraná – IFPR

Pedag. Guilherme Brandt de Oliveira, Dr.
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado **adequado** para obtenção do título de Doutor em Administração.



Documento assinado digitalmente
Ani Caroline Grigion Potrich
Data: 10/02/2026 19:05:24-0300
CPF: ***.956.720-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Ani Caroline Grigion Potrich, Dra.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação – UFSC



Documento assinado digitalmente
Lauro Francisco Mattei
Data: 10/02/2026 16:12:38-0300
CPF: ***.981.619-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Lauro Francisco Mattei, Dr.
Orientador PPGAdm/UFSC

Florianópolis, 2026.

Dedico à minha mãe, Helena Silveira, que me fez chegar até aqui

À minha filha Clara Mayumi, fonte de motivação e inspiração

À minha esposa Silvia Lopes, minha fortaleza e conforto amoroso de todas as horas

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Deus e demais amigos de luz que acompanham minha vida bem antes do meu próprio nascimento e por me conhecerem tão bem, projetaram essa jornada de esclarecimento sobre a vida, o amor e a fraternidade que me guiaram até aqui e estarão comigo para sempre neste caminho de evolução.

Agradeço aos meus pais, Helena Silveira e Attides dos Santos (*in memorium*), que me receberam neste mundo com tanto amor e cuidado, fazendo o melhor que podiam para que eu tivesse as melhores oportunidades para o meu crescimento.

Gratidão às minhas irmãs, Siméia e Raquel, que me fazem ver e acreditar em um mundo melhor, graças a generosidade, o amor e carinho que sempre dedicaram a mim e àqueles que estiveram sob seus cuidados e que com elas aprenderam também o valor de cuidar um do outro e assim estendo meus agradecimentos aos meus queridos sobrinhos e sobrinhas e suas respectivas famílias, sem deixar de lembrar com muito amor do meu sobrinho Israel, que retornou mais cedo à Pátria Espiritual, mas sei que está feliz por mim neste momento.

Aqui vai um agradecimento muito especial à minha esposa, Silvia Lopes, à minha filha, Clara Mayumi e meu enteado Thallison, que estiveram ao meu lado durante toda esta caminhada, oferecendo força, inspiração e tudo o que um marido e pai poderia desejar em forma de afeto sincero e cuidado amoroso. Mesmo nos momentos mais difíceis, permanecemos unidos e, juntos, conseguimos superar todas as adversidades.

Finalmente agradeço ao PPGAdm/UFSC e a Rede IF EcoSol, todos os servidores pelos ensinamentos que me proporcionaram, em especial aos que participaram e contribuíram fortemente para a elaboração deste trabalho: Maurício Serva, Helena Salles, Adalto Parada e Lauro Mattei, Gustavo Guergoletto e Guilherme Brandt, meu muito obrigado! Agradeço também ao Programa UNIEDU, do Governo do Estado de Santa Catarina, pela bolsa pesquisa e ao IFMT que me concedeu o afastamento, contribuindo para a minha permanência e conclusão do doutorado.

“Estamos governando a globalização ou é a globalização que nos governa? É possível falar em solidariedade e em ‘estamos todos juntos’ em uma economia baseada na concorrência desenfreada? Até onde vai a nossa fraternidade?”

“O deus mercado organiza a economia, a vida e financia a aparência de felicidade. Parece que nascemos só para consumir e consumir”

“Como inventamos uma sociedade de consumo, consumista, e a economia tem que crescer porque se não crescer é uma tragédia, inventamos uma montanha de consumo supérfluo. E tem que viver comprando e jogando fora, e o que estamos gastando é tempo de vida, porque quando eu compro algo — ou você — você não compra com dinheiro, você compra com o tempo de vida que teve que gastar para ter esse dinheiro, mas com uma diferença: a única coisa que você não pode comprar é a vida. A vida se gasta. E é miserável desperdiçar a vida para perder a liberdade.”

“A vida escapa e se vai minuto a minuto e não se pode ir ao supermercado comprar a vida. Então lutem para vivê-la, para dar conteúdo a ela”

“Os indivíduos sozinhos não são nada; os indivíduos dependem da sociedade, e o progresso da sociedade é o que nos permite enriquecer e melhorar permanentemente nossa vida.”

“Pobre não é quem tem pouco, mas verdadeiramente pobre é aquele que necessita infinitamente de muito e deseja cada vez mais’ Este é um fator cultural fundamental.”

“Eu não sou pobre, eu sou sóbrio, de bagagem leve. Vivo com apenas o suficiente para que as coisas não roubem minha liberdade.”

Reflexões de José Alberto "Pepe" Mujica Cordano (1935 – 2025) sobre a vida, a solidariedade, a pobreza, a riqueza e a liberdade.

RESUMO

Esta tese investiga a contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a consolidação da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil. Fundamentada em bases epistemológicas marxistas e gramscianas, e em uma ontologia do trabalho como princípio educativo e emancipador, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e analítico, com métodos bibliográficos, documentais e empíricos. O estudo parte da compreensão de que o conhecimento e a prática social são indissociáveis e de que a educação constitui um espaço de disputa ideológica e de transformação das relações de produção. As análises revelam que os Institutos Federais, ao promoverem ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a economia solidária, configuram-se como agentes de mediação entre ciência, tecnologia e sociedade, articulando saber popular e científico na construção de novas racionalidades produtivas e solidárias. Os resultados demonstram que tais experiências têm contribuído para o fortalecimento de uma pedagogia da autogestão e da cooperação, reafirmando o compromisso dos Institutos com a formação integral do ser humano e com a democratização do conhecimento. A Rede IF EcoSol emerge como expressão institucional de uma tecnociência solidária, comprometida com a produção de tecnologias sociais e com a construção de práticas de desenvolvimento ético e sustentável em diferentes contextos socioterritoriais onde atuam os campi da Rede Federal. A tese conclui que a articulação entre economia solidária e educação pública configura uma base epistemológica e política para a reorientação do papel social dos Institutos Federais, contribuindo para uma economia do bem viver e para o fortalecimento da cidadania democrática.

Palavras-chave: Autogestão; Educação e Trabalho; Tecnociência Solidária; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This dissertation investigates the contribution of Brazil's Federal Institutes of Education, Science, and Technology to consolidating the solidarity economy as a public policy for generating collective and self-managed work. Grounded in Marxist and Gramscian epistemological frameworks and in an ontology of labor as an educational and emancipatory principle, the research adopts a qualitative, descriptive, and analytical approach, combining bibliographic, documentary, and empirical methods. It is based on the understanding that knowledge and social practice are inseparable and that education constitutes an arena of ideological struggle and transformation of productive relations. The analysis reveals that the Federal Institutes, through their teaching, research, and community extension activities related to the solidarity economy, act as mediators between science, technology, and society—integrating popular and scientific knowledge in the construction of new productive and cooperative rationalities. The findings demonstrate that these experiences foster a pedagogy of self-management and cooperation, reaffirming the Institutes' commitment to integral human development and the democratization of knowledge. The Rede IF EcoSol emerges as an institutional expression of solidarity technoscience, dedicated to developing social technologies and promoting ethical and sustainable development practices across the diverse socioterritorial contexts in which the Federal Institutes operate. The study concludes that the integration of solidarity economy principles within public education provides an epistemological and political foundation for reorienting the social role of the Federal Institutes, contributing to a “good living” economy and the strengthening of democratic citizenship.

Keywords: Self-management; Education and Labor; Solidarity Technoscience; Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Linha do Tempo da Economia Social / Solidária

Figura 02 – Princípios Basilares da Economia Solidária

Figura 03 – O campo da Economia Solidária no Brasil em 2005

Figura 04 – Estrutura da SENAES

Figura 05 – Organização da Economia Solidária no Brasil em 2024

Figura 06 – Fases do desenvolvimento da Pesquisa

Figura 07 – Integração ensino, pesquisa e extensão

Figura 08 – Nuvem de palavras da Entrevistada 01

Figura 09 – Ciclo virtuoso da pesquisa

Figura 10 – Nuvem de palavras da Entrevistada E2

Figura 11 – Chamada para formação do Programa Manuel Querino

Figura 12 – Nuvem de palavras do Entrevistado E5

Figura 13 – Nuvem de palavras da Entrevistada E4

Figura 14 – Nuvem de palavras do Entrevistado E6

Figura 15 - Membros da Rede IF EcoSol por região e IF ou CEFET filiado.

Figura 16 – Organograma e Composição da Rede IF EcoSol

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Ações da pré-incubadora do IFRS, campus Alvorada

Fotografia 02: Reunião de Coordenadores e palestra para alunos da comunidade

Fotografia 03 – Ações promovidas pelo Programa EcoViamão

Fotografia 04 – Participação da comunidade e alunos das escolas comunitárias

Fotografia 05 – Cirandas Infantis no IFBA

Fotografia 06 – Cursos de formação em economia solidária no IFSP

Fotografia 07 – Aulas do curso de agente de desenvolvimento cooperativista solidário no IFRS – campus Alvorada

Fotografia 08 – Solenidade de formatura do Programa Manuel Querino do IFCE, campus Sobral e campus Paracuru/CE

Fotografia 09 – Rede IF Ecosol e a Educação Popular de Freire

Fotografia 10 – Rede IF EcoSol e o diálogo com a SETC/MEC

Fotografia 11 – Rede IF EcoSol e o diálogo com o Forproex e CONIF

Fotografia 12 – Rede IF EcoSol e a formação de formadores do PMQ

Fotografia 13 – Rede IF EcoSol e fortalecimento das Incubadoras nos IFs

Fotografia 14 – Ações dos Núcleos Incubadores nos IFs

Fotografia 15 – Reuniões Gerais da Rede IF EcoSol

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Visões e perspectivas/propostas de vários autores sobre economia solidária no Brasil

Quadro 02 – Concepções de Formação Humana Integral em Autores Clássicos e Contemporâneos

Quadro 03 – Acompanhamento dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Quadro 04 – Relação de entrevistados

Quadro 05 - Aproximações e distanciamentos da formação para o trabalho associado e autogestionário nos PPCs do Campus Viamão do IFRS

Quadro 06 – Comparativo entre a Empregabilidade/Empreendedorismo x Formação para o Trabalho Associado nos IFs

Quadro 07 – Servidores que atuam na Rede Federal com o tema Economia Solidária

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Participação trabalhadores informais/população ocupada Brasil 2012-2022

Gráfico 02 – Evolução da pobreza na América Latina

Gráfico 03 – Relação entre EES novos e revisitados entre 2010-2012

Gráfico 04 – Servidores que atuam com projetos de Economia Solidária X vinculação à incubadoras

Gráfico 05 – Envolvimento dos integrantes da Rede IF EcoSol com o ensino, a pesquisa e a extensão

Gráfico 06 – Área de formação dos integrantes da Rede IF Ecosol

LISTA DE SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AGÊNCIA BRASIL – Empresa Brasileira de Comunicação – fonte de notícias do governo federal

ANCOSOL – Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNES – Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária

CONAES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (UFRJ)

EES – Empreendimento de Economia Solidária

ESS – Economia Social e Solidária

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FSM – Fórum Social Mundial

GT – Grupo de Trabalho

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IF ECOSOL – Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a Economia Solidária

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IFSOL/ZN – Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN

IFSP – Instituto Federal de São Paulo

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ITES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (plural)

Liga Coop – Federação Nacional das Cooperativas de Mobilidade Urbana

MEC – Ministério da Educação

ME – Ministério da Economia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMQ – Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPCs – Projetos Pedagógicos de Cursos

PPGAdm – Programa de Pós-Graduação em Administração

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

PT – Partido dos Trabalhadores

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

RES – Redes de Economia Solidária

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária

TI – Tecnologia da Informação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICATADORES – União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

UNISOL – Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. REVISÃO DA LITERATURA	35
2.1 Origens e pressupostos da Economia Solidária internacionalmente	36
2.2 Concepções da Economia Solidária no Brasil	42
2.3 Trajetória e configuração da Economia Solidária no Brasil	53
2.4 A formação humana integral e para o trabalho associado nos IFs	74
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	92
4. CONTRIBUIÇÕES DOS IFs NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	103
4.1 O ensino e a formação para o trabalho associado nos IFs: disputa por um projeto de sociedade	105
4.2 Os IFs e a pesquisa aplicada: gerando conhecimento através da prática	115
4.3 A extensão nos IFs: construindo pontes e transformando territórios	128
5. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DOS IFs NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	146
6. REDE IF ECOSOL: UMA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO	159
7. CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	187
Apêndice I – Roteiro utilizado para entrevistas	202
Apêndice II – Termo de consentimento livre e esclarecido	204

1. INTRODUÇÃO

Após mais de cinco anos do início da crise sanitária global provocada pela Covid-19, a realidade socioeconômica brasileira continua marcada por profundas contradições, revelando os limites estruturais das estratégias de recuperação econômica e social adotadas no país. A pandemia não apenas agravou desigualdades históricas, como também evidenciou a fragilidade do mercado de trabalho nacional, caracterizado por elevados níveis de informalidade, desemprego estrutural e precarização das relações laborais (DE SOUZA; JÚNIOR, 2020). Nesse cenário, emergem com maior visibilidade experiências e políticas públicas orientadas à geração de trabalho, renda, autonomia e emancipação baseadas na cooperação e autogestão, conforme os princípios defendidos pela economia solidária, objeto central deste estudo.

A crise econômica brasileira acentuada a partir da década de 2010, somada aos impactos da pandemia, comprometeu de forma significativa as condições de vida da classe trabalhadora. Conforme apontam Mattei e Heinen (2020), os efeitos da recessão de 2015–2017 deixaram o país fragilizado, e os sinais de recuperação observados nos anos subsequentes mostraram-se insuficientes para recompor o nível de emprego e renda. Ainda que indicadores macroeconômicos recentes apontem avanços, tais como crescimento do Produto Interno Bruto e redução das taxas oficiais de desemprego, persistem fenômenos como a informalidade, a instabilidade ocupacional e a perda do poder de compra, os quais limitam o acesso de parcelas expressivas da população aos direitos sociais e trabalhistas (DE SOUZA; JUNIOR, 2020, MATTEI; HEINEN, 2020).

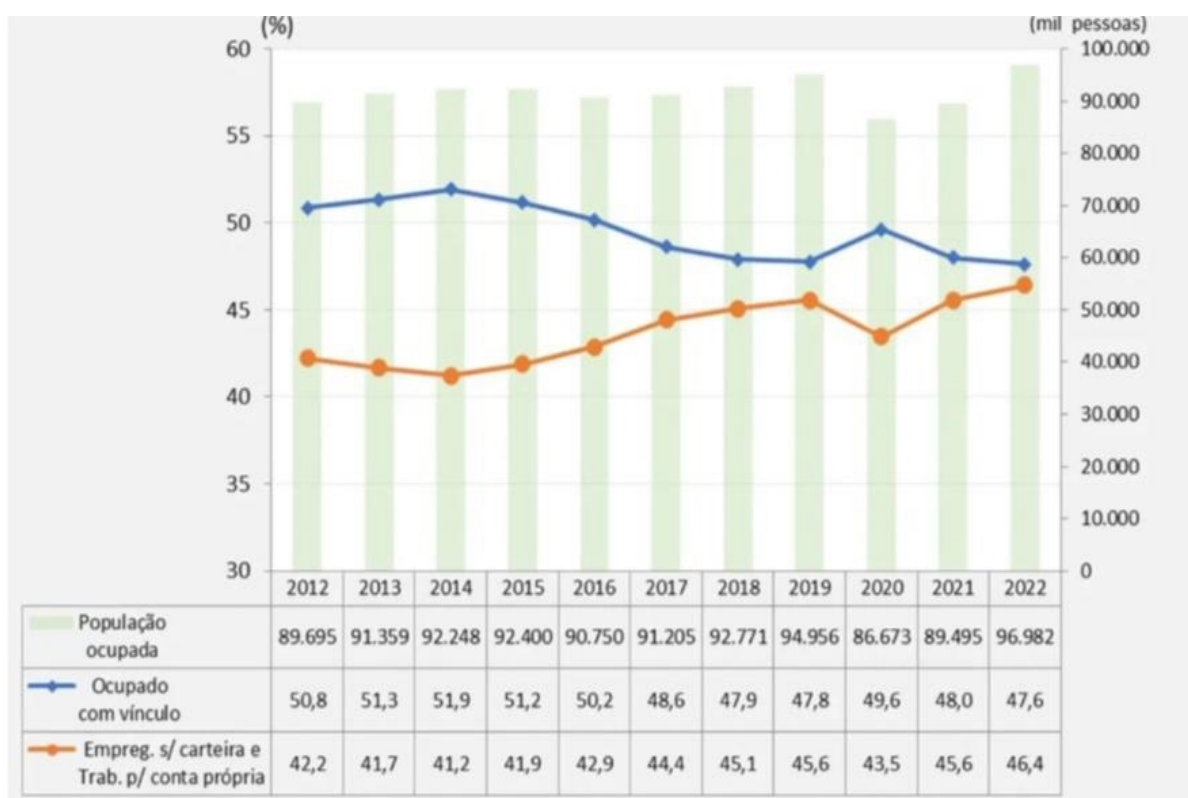
O ano de 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechou com uma taxa de desemprego oficial de 9,3%, após ter atingido o índice de 13,2%, no auge da pandemia, em 2021, ou seja, uma massa de mais de 12 milhões de pessoas nessa condição. Em 2023, mesmo tendo registrado uma melhora neste índice com uma queda de 1,8% em relação ao ano anterior, estes dados apresentam apenas uma pequena parte do trágico panorama social instaurado no país, uma vez que outros fenômenos, como a informalidade, precariedade dos postos de trabalho e perda de poder de compra dos trabalhadores acompanharam este movimento, provocando consideráveis prejuízos econômicos e sociais (Pnad Contínua-IBGE, 2024).

Assim, a pandemia mostra de forma contundente, a vulnerabilidade de um mercado de trabalho cuja estrutura é marcada pela informalidade nas relações de emprego que abrange

quase a metade da população economicamente ativa que não tem acesso à previdência e aos direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), formando uma imensa massa de marginalizados pelo sistema (DE SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Segundo o Ministério da Economia (ME), no primeiro semestre de 2020, o contingente de trabalhadores informais atuando por conta-própria e de empregados sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, superou a marca de 43 milhões de brasileiros, os quais diante da necessidade de isolamento social, tiveram seus rendimentos reduzidos ou quase zerados de forma instantânea e imprevisível, sem que estivessem preparados para esta situação. Em 2022 o Brasil registrou quase 97 milhões de pessoas ocupadas, o que significa uma melhora nos índices de 2021, todavia a diferença entre o trabalho informal e os vínculos com carteira assinada nunca foram tão próximos para a década, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Participação trabalhadores informais / população ocupada Brasil (2012-2022):



Fonte: IBGE (2023).

Além disso, o IBGE e o ME estimaram que neste período, em função da pandemia, mais de 520 mil empresas fecharam suas portas e que 62,4% dos empreendimentos foram severamente impactados pelas medidas sanitárias adotadas à época para evitar a proliferação

do vírus. Esse levantamento mostra ainda que 15% das empresas que mantiveram suas atividades foram forçadas a reduzir o quadro de funcionários, suspender ou reduzir a jornada de trabalho acarretando uma circunstancial diminuição da massa salarial, ou seja, a soma de todos os rendimentos dos trabalhadores, o que afetou violentamente o consumo e a produção econômica no país, resultando em uma queda de 3,3% no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no primeiro ano da pandemia.

Segundo a carta conjuntura divulgada pelo IPEA em 2024, o desempenho da economia brasileira em 2023 foi surpreendentemente positivo, com uma alta acumulada de 2,9% no PIB, mantendo o ritmo de 2022. Esse resultado contrariou as expectativas do mercado que previa em dezembro de 2022, um crescimento modesto na faixa de 0,8% no PIB e inflação de 5,31%, o que acabou não se concretizando na prática superando assim as mais otimistas previsões naquele momento. Esse cenário também mostrou reflexo no mercado de trabalho com quedas contínuas da taxa de desocupação e crescimento da ocupação de vagas de trabalho, especialmente formal, no decorrer do ano de 2023, onde segundo a Pnad contínua do IBGE, registrou em julho daquele ano a taxa de desemprego de 7,6%, a menor desde abril de 2015.

Diante deste quadro de reconstrução e retomada do desenvolvimento do panorama socioeconômico brasileiro, ressurge como alternativa para criação de trabalho e renda, a economia solidária, fenômeno que se popularizou entre as décadas de 1980 e 1990, volta a ganhar espaço de destaque diante do cenário político contemporâneo e retoma uma trajetória de reinserção nas pautas econômicas e sociais no cenário nacional, particularmente neste momento em que a sociedade busca meios de enfrentar os problemas provocados e intensificados pela crise sanitária (DE SOUZA; JÚNIOR, 2020).

A economia solidária é um modelo de relação social e econômica que envolve um sistema integrado e coletivista de compartilhamento dos meios de produção, comercialização, consumo e crédito, alicerçados em princípios de igualdade e democracia e envolve uma rede de agentes como cooperativas rurais e urbanas, associações, bancos comunitários e ainda grupos locais de troca de mercadorias e serviços (SOUZA, 2000; SINGER, 2002; CATTANI, 2003).

Singer (2002) define a economia solidária como “sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental”.

Ao contrário do que ocorre no modelo predominante da economia tradicional, os trabalhadores não buscam por empregos e salários, mas assumem a posição de agentes em torno de uma concepção de ajuda mútua e autogestionária, onde atuam também como proprietários dos meios de produção, decidindo e influenciando os demais participantes em um processo democrático de tomada de decisão, dentro dos princípios estabelecidos pelo sistema cooperativo: os meios de produção são propriedade de todos, participação ampla por meios democráticos e direcionamento da produção para atendimento das necessidades humanas de todos os envolvidos, de modo diferente de acumulação de capital e lucro financeiro preconizado pelo sistema capitalista tradicional (SINGER, 2002).

Ainda com relação a essa inevitável comparação entre a lógica solidária e o pensamento capitalista, Cavalcante (2005), destaca categoricamente essa distinção, de modo que fica evidente a diferenciação das características, constituição e propósitos de uma sociedade econômica solidária frente às sociedades econômicas majoritariamente estabelecidas, as quais estão voltadas ao lucro e rentabilização do capital investido pelos sócios, que detêm o poder dentro de uma estrutura hierarquicamente definida em uma configuração bastante diferente da economia solidária, na qual o importante é a satisfação das necessidades humanas, onde cada trabalhador é também dono, administrando a organização através de um sistema autogestionário e democrático (SINGER, 2002).

Para além de simplesmente se tornar uma alternativa viável de geração de trabalho e renda, Silva et al. (2020) defendem que os empreendimentos solidários promovem formas de organização social fundamentadas em relações de reciprocidade e solidariedade, baseadas na igualdade e fraternidade em contraponto ao individualismo e competição. A ideia central é constituir empreendimentos sustentáveis e comprometidos com um modelo de desenvolvimento que integre a sustentabilidade de uma forma plena, contemplando aspectos financeiros, econômicos, socioculturais e ambientais de modo a aprimorar o ser humano como um todo, em seus relacionamentos e convívio saudável e respeitoso com a sociedade e a natureza (SILVA et al, 2020).

Os desafios são muitos e as dificuldades enfrentadas por este tipo de organização são imensas em função do ambiente de hostilidade que se cria por não adotar uma lógica amparada na economia capitalista que sufoca sem piedade outras formas de experiência que desafie sua hegemonia e superioridade. Todavia, cresce o interesse pela economia solidária à medida que são percebidos os prejuízos e distorções provocadas pelo reflexo de uma relação de insustentabilidade do modelo capitalista de produção e consumo, que tende a reduzir o

sentido existencial da vida humana ao ato de consumo e ao individualismo radical perdendo a noção da coletividade e o bem comum (SILVA et al, 2020).

Em busca de superar este olhar puramente econômico, Arruda (2003 p.234), propõe “uma inversão de valores, onde os interesses econômicos sejam subordinados aos interesses sociais, num conceito de socioeconomia”, abrangendo uma nova proposta de sociabilidade, fortemente baseada em elementos de natureza educacional e cultural, de construção popular de um desenvolvimento humano mais abrangente, capaz de atender de forma plena, duas demandas: a sobrevivência fisiológica (reprodução simples da vida) e também a qualidade de vida do ser humano, com bem-estar pleno consigo mesmo, na sociedade e com o meio ambiente (reprodução ampliada da vida), configurando uma economia voltada para o social (ARRUDA, 2003).

O papel da educação é central no âmbito desta proposta, uma vez que se constitui a melhor forma de emancipação humana, cultivando a sensibilidade e a preocupação com o outro, despertando a fraternidade, o amadurecimento da consciência social e a defesa dos interesses da sociedade através de uma profunda mudança nos próprios valores da sociedade, em um “trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente” (ARRUDA, 2003, p. 234).

Também com uma forte crítica à utilização da ciência e tecnologia para reforçar os modelos dominantes do paradigma hegemônico, que segundo Dagnino (2020), a ciência e a tecnologia dominantes são moldadas por uma lógica voltada para a acumulação privada de capital., acentuando uma divisão clara entre quem produz e quem utiliza o conhecimento em uma relação verticalizada de poder, onde a inovação é avaliada a partir de uma ótica meramente mercadológica e não pela real capacidade de indicar soluções para os problemas sociais que estão presentes na sociedade, mas que são relegados em função dos objetivos centrados na competitividade empresarial e na obtenção de lucro (DAGNINO, 2020).

Em uma lógica contrária à essa realidade, o conceito de adequação sociotécnica defendido por Dagnino (2020), propõe uma tecnociência que não é neutra e nem universalista, mas está orientada de forma situada, contextualizada localmente e direcionada a apresentar soluções para as demandas socioeconômicas, culturais e ambientais dos sujeitos excluídos do processo, substituindo um modelo de transferência unidirecional de tecnologia por um sistema participativo e democrático envolvendo e empoderando a comunidade através de um novo paradigma de intervenção técnica e cognitiva mediados pela educação emancipadora (DAGNINO, 2020).

Seguindo esta racionalidade, Danigno (2020) propõe a tecnociência solidária como o suporte cognitivo para a economia solidária, capaz de sustentar tecnicamente redes de negócios solidários autogeridos, impulsionando seu crescimento e consolidando-se uma solução para essa exclusão estrutural, criando conhecimento e rompendo com o modelo tecnocrático e capitalista de ciência e tecnologia. Trata-se, portanto, de uma proposta profundamente política e transformadora, enraizada na luta por justiça social e autonomia popular.

Por seu caráter político e social, a implantação da tecnociência solidária exige uma disputa em múltiplos níveis: a) na política pública, buscando reorientar os investimentos estatais para tecnologias inclusivas; b) nas universidades, desafiando o produtivismo acadêmico e promovendo a extensão crítica; c) na sociedade civil, fortalecendo redes de economia solidária como práticas políticas emancipadoras. Essa disputa é também epistemológica, uma vez que a tecnociência solidária questiona a pretensa neutralidade da ciência e propõe sua repolitização, inserindo os saberes populares e os interesses dos excluídos no centro da agenda científica (DANIGNO, 2020).

Dagnino (2020) enfatiza que o Estado deve cumprir um papel central na viabilização da tecnociência solidária, garantindo financiamento, formação técnica e inserção dos empreendimentos solidários nas compras públicas. Nesse sentido, a tecnociência solidária não é apenas uma alternativa técnica, mas uma estratégia de transformação social que articula ciência, política, economia e cultura.

Alinhado a este posicionamento, o Conselho Nacional de economia solidária (CONAES) chama atenção para a necessidade de “[...] avançar no reconhecimento do direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na cooperação, na autogestão e na propriedade coletiva dos meios de produção”. (CONAES, 2014, p. 14). E acrescenta no mesmo documento “o acesso às políticas públicas de formação e assessoria técnica em economia solidária é considerado direito do trabalho associado, cabendo ao Estado garantir recursos permanentes para o financiamento de ações [...]” (CONAES, 2014, p. 23).

Assim, o ambiente proporcionado pela atuação das universidades junto aos empreendimentos de economia solidária tem potencial de contribuição para uma educação transformadora, ajudando na formação de conhecimento a partir da vivência de práticas democráticas de autogestão de forma solidária com propriedade compartilhada, igualdade na distribuição do capital e equidade nas relações de trabalho (GADOTTI, 2009), que para favorecerem o amadurecimento dos empreendimentos, as universidades assumem um papel socioeducativo dos estudantes e demais envolvidos no processo através de debates e

questionamentos de forma muito mais ampliada do que as observadas nos modelos organizacionais puramente centrados nas perspectivas do mercado (GATTAI; BERNARDES, 2013).

Diante desses desafios, cabe pensar sobre o alcance e possibilidades que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), na realização destes objetivos, em especial quando se analisa a Lei 11.892, de dezembro de 2008, que criou os IFs e definiu suas finalidades, como menciona no artigo 7º, a necessidade de “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais...” de modo a “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008).

Levando em conta estes direcionamentos, a forma e finalidade em que foram constituídos os IFs, se pode considerar a instituição como potencial protagonista na disseminação das ideias relacionadas à economia solidária e a formação para o trabalho associado, considerando ainda sua presença nas vinte e sete unidades federativas, atualmente com 656 campi e projeção de 756 unidades até o final de 2026, 12.951 cursos em várias modalidades e 1.681.363 estudantes matriculados (BRASIL, PLATAFORMA NILO PEÇANHA, 2024).

Os IFs, diante deste enorme potencial, precisam fazer com maior intensidade a aproximação de suas ações educativas, de pesquisa e de extensão com o trabalho associado e autogestionário, como forma alternativa de inserção no mundo do trabalho, de forma ampliada como acentuam Pelissari e Nascimento (2020), que a lógica da educação promovida pelos IFs deve estar pautada na formação integral do homem e no trabalho como meio educativo, no conceito da politecnia, dada às semelhanças desta proposta com ideal de sociedade vislumbrado pelo movimento de economia popular, sendo, portanto, um agente fundamental para o fortalecimento dos princípios da economia solidária (DOMINGUES JÚNIOR, 2018).

Essa concepção se opõe diretamente à visão utilitarista e fragmentada que reduz a escola à mera preparação de mão de obra para o mercado. A base ontológica para tal proposta é estabelecida por Marx, para quem o trabalho é o elemento fundante da sociabilidade humana, sendo a “atividade vital própria do homem, a confirmação da sua vida genérica, da sua vida humana” (MARX, 2010, p. 84). Nessa perspectiva antropológica, o autor considera que o trabalho é compreendido como a base da sociabilidade humana, articulando ciência, cultura e tecnologia para o desenvolvimento pleno do ser. A formação integral, portanto,

fundamenta-se na compreensão do trabalho tanto em seu sentido ontológico, no que se refere a realização humana inerente ao ser, quanto em seu sentido histórico relacionado à prática econômica associada ao modo de produção (RAMOS, 2008).

No campo pedagógico, Gramsci aprofunda essa discussão propondo a escola unitária como modelo de formação comum, humanista e geral. Para o autor, a escola deve ser um campo privilegiado de disputa ideológica dentro da sociedade civil, rejeitando a multiplicação de escolas profissionais que perpetuam a estratificação social, defendendo que o ideal democrático consiste na conquista da autonomia por cada cidadão (GRAMSCI, 1982).

De acordo com Saviani (2003), o trabalho educativo deve ser entendido em um sentido mais amplo, pois vai além do ato de ensinar. Para o autor, trata-se de possibilitar que os sujeitos se apropriem criticamente dos conhecimentos e valores produzidos historicamente, a fim de compreender e transformar a realidade social. Para isso, a integração curricular é a estratégia para a efetivação da formação omnilateral, superando a dualidade entre formação geral e técnica e possibilitando aos trabalhadores “compreender e intervir criticamente na realidade social (RAMOS, 2008).

Em consonância com esta proposição Silva et al. (2022), Muñoz et al. (2015) e Ullrich (2014) apontam a importância de apresentar aos discentes dos IFs as propostas e princípios da economia solidária e seu relevante papel no enriquecimento dos saberes acadêmicos e também populares na construção de um conhecimento ampliado, reconhecendo o destacado papel dos IFs na consolidação dos empreendimentos populares, muito além da operacionalização, mas também no empoderamento e emancipação dos atores e difusão de uma nova cultura de reciprocidade baseada na solidariedade. Assim, tanto as diretrizes dos IFs, quanto os estudos científicos indicam essa confluência de aspectos alinhados no sentido de incorporar definitivamente à sua agenda os temas referentes ao trabalho associado e autogestionário¹ (FISCHER; KREBS, 2023).

Com este propósito, uma entidade que vêm se solidificando e ganhando espaço no cenário nacional é a Rede IF ECOSOL, criada em 2023 por servidores dos IFs, com o objetivo fortalecer o ensino, pesquisa e extensão a partir do compartilhamento de experiências e tecnologias, na elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas à economia solidária, buscando assim ampliar e disseminar os princípios e valores do trabalho associado e

¹ É o trabalho em que os trabalhadores são, simultaneamente, proprietários dos meios de produção e gestores de seu próprio empreendimento (cooperativas, associações, grupos produtivos). É uma forma de organização do trabalho que busca superar a alienação e a exploração do trabalho assalariado. O capital e o trabalho não estão separados: o trabalhador é o agente econômico central. Baseia-se na autogestão (tomada de decisão democrática, geralmente com um voto por pessoa, independentemente da participação no capital) e na apropriação igualitária ou justa dos frutos do trabalho (SINGER, 2002).

autogestionário nos IFs e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) em vários territórios onde atua.

A Rede IF EcoSol é composta por servidores públicos federais ocupados com o ensino, pesquisa e extensão abrigados e unidos em torno de projetos em economia solidária e entendem a importância do debate deste tema no âmbito da rede federal, fortalecendo os valores da solidariedade, cooperação, democracia, justiça social, desenvolvimento sustentável com respeito à natureza, à diversidade, a dignidade do ser humano, do trabalho associado e autogestionário, na tecnociência solidária, na educação profissional e tecnológica e nas experiências junto às comunidades, dentre outros princípios e valores que contribuem para o bem-viver das pessoas.

No intuito de conhecer e dimensionar a quantidade de servidores que atuam no campo da economia solidária em cada unidade da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, foi realizado um levantamento junto a Rede Integra, que atualmente é composta por 33 instituições da rede federal e foi constatado que em janeiro de 2024 haviam 1.249 servidores com trabalhos publicados, atividades de extensão entre outras formas de estudo e difusão da economia solidária em seus campi de origem (KREBS, 2023).

Apesar de ter sido criada recentemente, a Rede IF Ecosol, através de seus projetos e representantes, vêm trabalhando intensamente na retomada da economia solidária à pauta das políticas públicas, articulando junto à recriada Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), no Ministério da Educação (MEC), participando de encontros, foros, simpósios, seminários e reuniões para o fortalecimento da economia solidária nos IF's e CEFET's. Além disso, a Rede IF Ecosol acompanha de perto as ações da frente parlamentar de economia solidária em Brasília e participa ativamente do comitê gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), reativado conjuntamente com a nova SENAES.

A recriação da SENAES é também bastante recente e simboliza um passo importante para a recondução da economia solidária a uma posição de destaque dentre as políticas públicas do governo federal para combater o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais, incentivando iniciativas populares de trabalho associado sob a forma da autogestão democrática e aderindo aos princípios e valores da economia solidária, os quais foram praticamente aniquilados no período de 2016, no governo de Michel Temer até o final do governo de Jair Bolsonaro, em 2022, com o abandono total da temática (RODRIGUES; COSTA, 2023).

Representa, portanto, grande desafio a reinserção do tema economia solidária na agenda nacional de políticas públicas de combate às desigualdades sociais, desemprego e pobreza e nesse sentido as contribuições dos IFs no seu fortalecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão são muito importantes para a consolidação do trabalho associado e autogestionário como alternativa viável na criação de oportunidades de trabalho e renda através de empreendimentos de economia popular e solidária.

Assim, levando em conta o importante papel dos IFs, neste movimento de retomada da economia solidária como política pública e da necessidade de trazer o tema ao cenário político, econômico, educacional e social brasileiro, pergunta-se:

Qual a contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no fortalecimento da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil?

Para responder a essa questão, a pesquisa tem como objetivo geral: entender a contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no fortalecimento da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil.

Este objetivo desdobra-se em três objetivos específicos:

a) Identificar as contribuições promovidas através de ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para o fortalecimento da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil;

b) levantar os principais desafios e possibilidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no fortalecimento da economia solidária na perspectiva dos atores envolvidos na sua aplicação enquanto política pública;

c) acompanhar as ações da Rede IF Ecosol em favor do fortalecimento da economia solidária e na sua disseminação como política pública junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Diante disso, o estudo apresenta relevância em função do papel social que a economia solidária representa na geração de trabalho e renda, em especial para pessoas com pouca instrução, baixa escolaridade e trajetória profissional marcada por subempregos e atividades desgastantes e insalubres. Isso se faz ainda mais importante pelo fato de outros setores da economia, como a indústria e o comércio, serem bastante limitados e estarem em uma trajetória de tímida recuperação, fato que faz com a quantidade de empregos sejam

insuficientes para atender aos trabalhadores com este perfil que convivem com o desemprego e a falta de oportunidades.

Conforme o Atlas Economia Solidária, divulgado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) até 2007 havia o registro de 21.859 empreendimentos econômicos solidários, gerando aproximadamente 1,5 milhão de postos de trabalho e movimentando anualmente mais de 12 bilhões de reais, sendo assim um importante segmento da economia brasileira.

Outro ponto importante que qualifica o presente estudo está na importância da integração das instituições de ensino com a sociedade através de projetos de ensino, pesquisa e extensão para apoio aos movimentos populares que se mostram como alternativas possíveis para amenizar os problemas socioeconômicos deflagrados pela pandemia e suas restrições ocorridas principalmente no período de 2020 a 2022, com necessidade de distanciamento social, restrição do funcionamento de empresas de diversos ramos e limitações severas da mobilidade que acabaram por gerar um abalo considerável na economia, impactando no trabalho, renda e comportamento dos indivíduos. Assim a universidade, através do apoio as iniciativas populares, fomenta a recuperação necessária da economia e seus impactos sociais associados.

Além desse papel de apoio aos empreendimentos econômico-solidários, os IFs pelas características de atuação e procedimentos metodológicos que adotam em suas ações, considerando a singularidade de cada campus, têm o potencial de assumir o papel de um laboratório de práticas de alternativas de gestão e possibilidade de trabalhar de maneira integrada extensão, pesquisa e ensino oportunizando aos participantes o desenvolvimento do pensamento reflexivo sobre as questões que envolvem a gestão e estudos organizacionais considerando a complexidade dos fenômenos estudados, assim como a pluralidade de organizações e modos de produção, gestão, divisão do trabalho, responsabilidades, compartilhamento de recurso, distribuição de resultados e entender melhor um outro lado da economia para além dos conceitos de mercado, geração de lucro e criação de postos de trabalho a partir da competição e da meritocracia.

No que se refere a produção científica, ao longo das últimas quatro décadas, a economia solidária consolidou-se não apenas como prática social, mas como campo interdisciplinar de investigação científica, articulando economia política, sociologia do trabalho, educação, administração pública e estudos do desenvolvimento. Levantamentos bibliométricos realizados nas bases Scopus, Web of Science e Periódicos CAPES, considerando o período de 1985 a 2025, indicam a existência de aproximadamente 4.300 publicações científicas

relacionadas ao tema, entre artigos, livros acadêmicos, teses e dissertações. Observa-se crescimento significativo da produção a partir do final da década de 1990, com forte intensificação nos anos 2000.

A distribuição temporal dessas publicações evidencia que mais de 80% da produção científica identificada concentra-se no período posterior a 2006, coincidindo com a ampliação das experiências empíricas, a institucionalização de políticas públicas e o fortalecimento das redes universitárias de pesquisa. A crise econômica internacional de 2008 também contribuiu para intensificar o debate acadêmico sobre alternativas ao modelo econômico hegemônico, ampliando a visibilidade da economia solidária no cenário internacional.

No contexto internacional, especialmente europeu, a economia solidária é frequentemente abordada sob a denominação de *social and solidarity economy*, com ênfase em inovação social, coesão territorial e desenvolvimento sustentável. Em contraste, a produção latino-americana e, em especial, a brasileira, distingue-se por sua ancoragem crítica, dialogando com a economia política e os estudos do trabalho. No Brasil, a economia solidária é compreendida majoritariamente como prática social contra-hegemônica, vinculada às lutas dos trabalhadores por autonomia, trabalho associado e autogestão (SINGER, 2002; GAIGER, 2008; CORAGGIO, 2011).

Do ponto de vista temático, a produção científica brasileira apresenta trajetória de diversificação progressiva. Se os estudos iniciais concentravam-se no cooperativismo e na economia popular, a partir dos anos 2000 ampliam-se as pesquisas sobre políticas públicas, gestão democrática, incubadoras universitárias e desenvolvimento territorial. Mais recentemente, ganham centralidade as investigações que articulam economia solidária, educação profissional e tecnológica, formação humana integral e trabalho como princípio educativo, evidenciando a compreensão da economia solidária como espaço formativo e político, e não apenas como estratégia de geração de renda (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012; DAGNINO, 2022).

Apesar da expressiva produção acadêmica e da relevância social do tema, o estado da arte evidencia lacunas importantes, especialmente no que se refere à análise dos processos formativos desenvolvidos em experiências de trabalho associado e autogestionário no âmbito da educação profissional. Predominam ainda estudos descritivos ou fragmentados, indicando a necessidade de pesquisas que aprofundem a articulação entre economia solidária, trabalho e educação de forma integrada e crítica.

Em síntese, esta pesquisa faz uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no fortalecimento da economia solidária como uma política

pública de inserção do trabalho associado e autogestionário como uma alternativa de inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho, apresentando esse sistema organizacional e de gestão como uma alternativa possível aos modelos hegemônicos das organizações empresariais e das relações de trabalho e emprego pautados em uma lógica de mercado e valores como a meritocracia, competitividade e acumulação.

Essa visão de mundo tem relação direta com a trajetória de transformação e amadurecimento do próprio pesquisador, que ao longo dos anos foi percebendo que seria possível uma outra forma de relação das pessoas com o mundo do trabalho e que essa nova forma de organização pode promover um jeito mais justo de produzir, distribuir, trocar, comercializar e consumir bens e serviços tendo como figura central a satisfação das necessidades humanas e não do capital.

Assim abre-se um pequeno espaço para contar um pouco dessa trajetória e da relação do pesquisador com a temática que é bastante recente e, portanto, encontra-se em uma fase de muito aprendizado e algumas vivências que estão contribuindo para uma compreensão mais ampliada do que representa o reconhecimento e a inserção da economia solidária nas relações econômicas e sociais no contexto brasileiro e como a educação pode ser uma chave para abertura desta possibilidade a cada vez mais trabalhadores que de forma livre e consciente resolvem organizar-se em torno do trabalho associado e autogestionário.

Desde muito cedo este pesquisador se vê desafiado pela busca de um espaço no mundo do trabalho, diante de uma realidade bastante adversa como é natural dos jovens e adolescentes que crescem em famílias pobres no interior do Rio Grande do Sul, uma família arrimada por uma mãe viúva e três filhos em idade escolar. Já nos anos 1970, com menos de 10 anos foi trabalhar em um circo vendendo maçã caramelada e pirulitos para ajudar no sustento da casa.

Mais tarde nos anos 1980, aos 15 anos de idade consegue seu primeiro emprego formalizado, como aprendiz de expedição em uma rede de lojas do varejo com presença em vários estados brasileiros, onde permaneceu trabalhando por mais de 13 anos, exercendo cargos como vendedor, chefe de departamento, auditor interno e gerente de loja, em cidades como Rio de Janeiro e Cuiabá.

Seguindo sua carreira como profissional da área comercial passou por mais algumas empresas e também experimentando, sem sucesso, a ilusão de ser um empreendedor no ramo das telecomunicações, o que apesar dos prejuízos financeiros, trouxe uma vivência do quanto é difícil e desgastante a vida dos que empreendem individualmente em um universo desafiador como o mercado da tecnologia.

Paralelamente, nos anos de 1990, enquanto empregado CLT e aspirante a empreendedor este pesquisador formou-se em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com muitas dificuldades naturais de quem tenta conciliar os estudos com o trabalho com muitas viagens e carga horária pesada, o que fez com que essa formação fosse concluída somente depois de oito anos e meio de curso, quase ao limite do jubileamento estabelecido pela instituição de ensino à época.

O contato com o mundo acadêmico causou profundas transformações na visão do pesquisador, o que foi reforçado quando teve a oportunidade de trabalhar na mesma universidade a qual concluiu sua graduação, atuando como professor substituto, tomando gosto pela educação e pela formação e transformação das pessoas através de uma perspectiva mais crítica em face à realidade apresentada pelas relações sociais e profissionais que compõe a vida moderna.

Lamentavelmente o contrato era temporário e mesmo após uma trajetória profissional de mais de 25 anos em grandes empresas e cargos de gestão, com formação superior e muitos cursos e treinamentos de aprimoramento na carreira, veio o fantasma do desemprego e muitas portas se fechando diante da idade que já se aproximava dos 50 anos, mostrando mais uma vez as dificuldades enfrentadas diante de um mercado de trabalho excludente e altamente competitivo.

Apesar desses desafios, o sonho da docência permaneceu vivo e a vontade de transformar vidas através da educação fortaleceu esse propósito que mais tarde foi realizado pela aprovação em concurso público, no ano de 2017, para professor de administração do Instituto Federal de Mato Grosso, no campus localizado na cidade de Alta Floresta, distante 800 km da capital, Cuiabá.

A adaptação teve que ser rápida pois o campus contava com poucos servidores e as turmas eram grandes e repleta de alunos ávidos de conhecimento, tanto no ensino médio integrado ao técnico em administração, quanto no curso de bacharelado em administração. Apesar da rotina de trabalho bem sobrecarregada, foi possível cursar a pós-graduação em nível de especialização em gestão escolar na Universidade Estadual do Mato Grosso com conclusão no ano de 2019, ocasião em que também, paralelamente, o pesquisador estava cursando o mestrado em administração.

Foi um pouco antes de ingressar no curso de mestrado em administração que surgiu o primeiro contato com a economia solidária através da necessidade do campus apoiar e acompanhar a criação de uma associação de catadores de resíduos sólidos no município de Alta Floresta, assim foi designado um servidor, no caso este pesquisador, para coordenar um

plano de trabalho em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública, Prefeitura Municipal e outras organizações ligadas aos direitos dos trabalhadores, como a OAB e Justiça do Trabalho.

Essa experiência acabou se tornando o tema da dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde foi desenvolvida uma metodologia para incubação destes tipos de organizações econômicas solidárias no âmbito do IFMT, sendo criado um roteiro metodológico que foi concebido a partir das práticas aplicadas na execução do plano de trabalho de acompanhamento da criação e estruturação da associação dos catadores de resíduos sólidos de Alta Floresta, a qual acabou não acontecendo de fato em função das restrições impostas pela pandemia do COVID-19.

Mesmo com essa interrupção repentina e imprevista, o que foi experimentado nesse curto espaço de tempo contribuiu imensamente na formação deste pesquisador e trouxe uma nova visão de como a administração, enquanto uma ciência social que tem o potencial de promover as mudanças necessárias no mundo do trabalho, tem o compromisso de pesquisar, trazer, desenvolver e difundir inovações sociais que ofereçam novas formas e possibilidades de organização e gestão de empreendimentos de modo alternativo ao que temos atualmente através do emprego formal e do empreendedorismo individual.

Com a conclusão do mestrado em setembro de 2020, veio logo em seguida, ainda no mesmo ano, a aprovação para o curso de doutorado em administração na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o que ensejou a elaboração do presente estudo como forma de refletir sobre como a educação tem um papel importante no aprimoramento das relações sociais e de trabalho, propondo uma maneira mais crítica de olhar para a realidade e entender a dinâmica da formação para o trabalho e para a vida em sociedade.

Assim, considerando o contexto, objetivos, justificativas e trajetória do pesquisador apresentados nesta introdução do presente estudo, no capítulo seguinte apresenta-se uma revisão de literatura que busca retratar as principais correntes teóricas da economia solidária nacional e internacionalmente, seguindo com uma visão da trajetória deste movimento no cenário brasileiro, bem como a influência dos IFs na promoção da cultura do trabalho associado e autogestionário por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a economia solidária como política pública de geração de trabalho e renda diante do cenário de retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro fortemente impactado pela pandemia de Covid-19.

Do ponto de vista metodológico, a tese adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, ancorada em referenciais críticos do campo da economia solidária,

educação profissional e da economia política, combinando procedimentos bibliográficos e documentais, contemplando o levantamento e a análise de produções científicas nacionais e internacionais sobre economia solidária, trabalho associado, autogestão, formação humana integral e educação profissional e tecnológica, bem como documentos normativos, políticas públicas e relatórios institucionais relacionados ao tema. Esse conjunto de fontes permitiu a contextualização histórica e teórica da economia solidária no Brasil e a compreensão de sua interface com a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Complementarmente, a investigação incorpora procedimentos empíricos, com destaque para entrevistas semiestruturadas realizadas com atores estratégicos envolvidos em ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à economia solidária, além da análise de experiências institucionais desenvolvidas no âmbito da Rede IF EcoSol. O material empírico foi tratado por meio de análise de conteúdo, possibilitando a construção de categorias analíticas alinhadas aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico adotado. Essa estratégia metodológica permitiu articular teoria e prática, evidenciando o papel dos IFs na promoção do trabalho associado e autogestionário e na consolidação da economia solidária como política pública no contexto brasileiro.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para melhor compreensão dos pressupostos teóricos que envolvem os conceitos e trajetória da economia solidária, bem como suas formas de apoio institucional, divide-se essa seção em quatro partes: inicialmente serão abordados os conceitos epistemológicos e antológicos da economia solidária na perspectiva global, em suas origens históricas e concepções atuais. Seguindo com o tema, em uma perspectiva mais específica, são apresentadas as principais correntes teóricas e os autores que se destacam no estudo do tema na América Latina e em especial no contexto brasileiro.

Em seguida, apresenta-se a uma retrospectiva histórica dos movimentos sociais que ensejaram o surgimento da economia solidária no Brasil, a trajetória de ascensão das iniciativas coletivistas de trabalho associado nos anos 1990, reflexo da redemocratização brasileira e garantias estabelecidas com a nova Constituição de 1988, passando pela consolidação do movimento como uma política pública governamental nos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e seu desmonte estabelecido a partir de 2016, com o início de um novo ciclo político liderado por grupos ideológicos de direita e extrema direita, alinhados aos preceitos econômicos neoliberais e finalizando com uma sinalização de retomada e inclusão da temática na agenda do novo governo progressista que volta ao poder em 2023. Apresenta-se ainda nesta seção a composição da economia solidária no cenário brasileiro, com um panorama que se constituía em 2005 e uma nova configuração atualizada em 2024 que mostra a evolução e reorganização do movimento nas variadas esferas em que se faz presente.

Encerrando essa etapa de revisão de literatura, discorre-se sobre o apoio institucional ofertado pelos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica às iniciativas de empreendimentos de economia solidária no Brasil, assim como a inserção do trabalho associado e autogestionário como uma alternativa de inclusão dos estudantes no mundo do trabalho por meio de projetos e iniciativas vinculadas aos campi que atuam no fortalecimento do movimento através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando suporte técnico, jurídico, operacional de modo a viabilizar estas iniciativas, fomentando o desenvolvimento socioeconômico local e regional e colaborando para a reinserção da economia solidária como política pública e alternativa de superação das desigualdades sociais e promoção de relações de trabalho mais justas e solidárias.

2.1 Origens e pressupostos da Economia Solidária internacionalmente

As bases para a economia solidária surgem no início do século XIX na Europa a partir da revolução industrial que trouxe, conjuntamente à modernização da atividade industrial e expansão do mercado em nível global, muitos problemas sociais provocados pelo desemprego em massa oriundo da utilização de máquinas modernas em substituição da mão-de-obra humana e das péssimas condições de trabalho daqueles que conseguiam manter seus empregos em um cenário de degradação e miserabilidade (COLLYER, 2015).

Em meio a esta turbulência surgem os primeiros traços da economia solidária ainda sob a forma “associativismo pioneiro” também nominado como economia Social, a qual se desenvolveu a partir do mutualismo, cooperativismo e associativismo que tinham como objetivo inicial a superação das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e chamar a atenção para as condições precarizadas de trabalho e outros malefícios observados em consequência do capitalismo (ALEIXO, 2015).

Este modelo tem como ícone, a criação das aldeias cooperativas de Robert Owen que inspiraram o surgimento de vários outros empreendimentos cooperativos, sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios, cooperativas de produção, cooperativas agrícolas e de poupança, associações de trocas, cooperativas de consumo e habitação que se espalharam por toda a Europa, obtendo inclusive o reconhecimento por parte do governo francês (LECHAT, 2002).

No início do século XX, em decorrência da implementação do Estado-Providência², a Europa passa por uma profunda transformação nas relações da sociedade com o estado, que passou a controlar e intervir na vida social e econômica de forma a minimizar crises, promover o pleno emprego e garantir o bem-estar político e social dos cidadãos (NOGUEIRA, 2001). Isso mudou radicalmente a história do cooperativismo naquele momento, uma vez que o mercado e o estado davam conta de gerar riqueza e assistência social, o cooperativismo solidário perdeu protagonismo e as associações e cooperativas da época passaram a integrar a economia de mercado ensejando uma considerável pausa na trajetória de evolução da economia social (LAVILLE; GAIGER, 2009).

² O Estado de bem estar social, ou então o Estado-Providência foi criado a partir dos modelos econômicos de John Maynard Keynes e atribui ao Estado uma função interventiva e regulatória na vida social e econômica (NOGUEIRA, 2001). A ascensão das economias intervencionistas iniciou-se a partir da crise de 1929, quando os Estados Unidos e posteriormente países da Europa passaram a aderir a modelos de governo que protagonizavam a manutenção e promoção do bem-estar político e social de seus cidadãos. O Estado de bem-estar social fortaleceu-se principalmente após a Segunda Guerra Mundial e manteve-se forte até aproximadamente os anos 80, quando houve uma forte retomada das políticas liberais (SPERANDIO, 2021).

Com a retomada do liberalismo econômico intensificado nos anos 1980 sob a denominação de neoliberalismo, a economia social teve de reestruturar-se e voltar renovada para fazer frente às práticas neoliberais que aliada a crise do Estado-Providência dos anos 1970, ocasionaram grandes perdas para os trabalhadores. Essas iniciativas locais ganharam força e se desenvolveram com a criação de novas cooperativas, indústrias recuperadas e geridas pelos trabalhadores, grupos de finanças solidárias, associações, serviços sociais e assistência à necessitados (GAIGER, 2009), conforme observa-se na figura a seguir:

Figura 01 – Linha do tempo da Economia Social/Solidária



Fonte: Leal; Rodrigues (2018), Lechat (2002) e Singer (2002).

O termo economia solidária surge no contexto das novas práticas da solidariedade, sendo criado no início dos anos 1990, por meio dos estudos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, na França. Utilizando essa denominação os autores buscam abrigar uma série de iniciativas socioeconômicas locais na Europa, baseadas na prática associativa de atividades econômicas (FRANÇA, 2001). Trata-se, assim, de um conceito criado no contexto europeu, a partir da problemática originada na exclusão social gerada a partir da crise do Estado-Providência e procura, mesmo que timidamente, estabelecer novas maneiras de regulação das relações de trabalho na sociedade. Esse movimento tem origem nos chamado serviços de

proximidade ou serviços solidários, assim como iniciativas de melhoria da qualidade de vida nos bairros e no meio ambiente local (LAVILLE, 1992).

Segundo Santos (2023), as bases conceituais, teóricas e filosóficas que sustentam a ideia de economia solidária como se apresenta na contemporaneidade tiveram suas origens a partir de um debate teórico entre a crítica à economia política de Karl Marx e aos ideais defendidos e aplicados pelos chamados “socialistas utópicos”, que serviram de inspiração para construção dos princípios norteadores da economia solidária na atualidade. O autor apresenta uma síntese da concepção de economia solidária a partir de dois pressupostos que têm origem de um lado no discurso marxista, segundo o qual, os trabalhadores são os detentores dos meios de produção e organizam-se sob a forma da autogestão, configurando um modo de organização e produção antagônico ao capitalismo, com objetivo de conduzir a sociedade ao socialismo, uma visão diferente da abordagem conceitual proposta por Laville, onde os trabalhadores organizados em empreendimentos solidários mantêm relações com o mercado e o Estado, porém adotam outras formas de relação econômica fundadas principalmente nos princípios da reciprocidade e domesticidade, mas inseridas na economia tradicional, não tendo como objetivo derrubar o capitalismo, mas mostrar à sociedade que é possível uma outra economia, mais democrática e socialmente justa (SANTOS, 2018).

Na perspectiva de Laville (2006), o capitalismo é entendido como o modo de produção e distribuição hegemônico, mas está longe de alcançar a totalidade das economias possíveis e apoia-se em Polanyi (1980), que apresenta outras maneiras de regulação e produção que vão além do mercado, como a domesticidade (produção focada no autoabastecimento do grupo), a reciprocidade (baseada na produção social estabelecida na relação de dádiva entre as pessoas) e a redistribuição (que funciona com a distribuição da riqueza social através de uma autoridade central), em geral representada pelo Estado (SANTOS, 2018).

Essa compreensão de economia plural proposta por Polanyi adiciona outros fatores de geração e distribuição da riqueza, aproximando-se dos princípios defendidos pela economia solidária, uma vez que considera a multiplicidade de comportamentos econômicos que podem coexistir nas dinâmicas da vida social, reconhecendo o ser humano como protagonista em meio a uma relação harmoniosa entre a sociedade, o estado, o mercado e a natureza para garantir as condições necessárias que viabilizem o bem viver (CORAGGIO, 2014).

O grande problema da atualidade é o que Polanyi (2012) designou de sofismo economicista, que consiste em confundir economia com mercado e justamente deixar de considerar a diversidade de comportamentos e princípios econômicos que se fazem atuantes na sociedade, conduzindo a um erro lógico que iguala a economia humana geral com a

economia de mercado, o que confere a sociedade um caráter de sociedade de mercado, excluindo outras formas de comportamento econômico (POLANYI, 2012).

Considerando essa multiplicidade de princípios econômicos propostos por Polanyi (mercantil, reciprocidade, domesticidade e redistribuição), França Filho e Laville (2004), reconhecem a possibilidade de conceber três economias distintas: a mercantil, caracterizada pelo interesse individual, a economia não-mercantil, que compreende a obrigação executada pelo estado dentro da lógica redistributiva e a economia não-monetária, que agrupa a reciprocidade e a domesticidade, baseada na teoria da dádiva.

Assim, nesta perspectiva de economia plural, França Filho e Laville (2004) afirmam que a economia solidária pode ser vista como mais uma forma de organização econômica e social e apesar de estabelecer que a economia solidária é distinta da lógica capitalista por seus fundamentos e princípios, os autores admitem que estas diferentes formas de economia podem conviver paralelamente dentro do sistema, inclusive integrando-se de tal maneira que ambas obtenham vantagens a partir deste vínculo, conforme descrito a seguir:

Laville caracterizava a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a Economia Solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional (apud LECHAT, 2002, p. 7). Assim, Laville destaca que a Economia Solidária não possui a mesma lógica de mercado capitalista e nem a lógica dos interesses do estado, essas lógicas diferenciadas podem estar presentes entre si e não necessariamente concorrerem, podem se interligarem e uma contribuir com a outra (ARAUJO, 2017).

O capitalismo, embora constantemente seja visto como a única forma de organização econômica da atualidade, trata-se apenas de uma das formas da sociedade organizar a produção, circulação e consumo de bens e serviços. Esse sistema econômico se pauta na posse privada dos meios de produção, na atuação livre e irrestrita do mercado com objetivo principal de gerar lucro, onde tudo é tratado como mercadoria, inclusive a força de trabalho. Assim, uma ínfima parte da sociedade tem acesso ao capital e preocupa-se em acumulá-lo

cada vez mais, enquanto por outro lado a grande parcela da população limita-se a disputar a chance de vender sua mão-de-obra (SINGER, 2018).

Esse modelo, ao longo do tempo, tem resultado enorme desequilíbrio na distribuição da riqueza, com empobrecimento e exclusão de grande parte da classe trabalhadora, que depende unicamente da venda da sua força de trabalho para sobreviver, concentrando o dinheiro na mão de pouquíssimos que se beneficiam desta dinâmica perversa que após a revolução industrial expandiu-se de tal maneira que marginalizou a agricultura camponesa, a produção simples de mercadorias e pequenos comércios, assim como o artesanato (SINGER, 2018).

Assim, diante desta realidade a economia solidária se coloca na posição de auxílio aos necessitados e excluídos do sistema dominante, os quais sem acesso aos bens de produção, à tecnologia, aos serviços e ao crédito precisam recorrer às cooperativas e associações comunitárias que “são sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais” (PINHO, 2004, p. 124).

Para Roca (2012) um traço característico da economia solidária é o reconhecimento do trabalho do homem como forma de produzir riqueza, cultura e ética à sociedade, onde essa adesão dos trabalhadores à formas inovadoras de geração de renda por meio de associações e cooperativas consolida paulatinamente a economia solidária como um novo espaço de práticas sociais (GAIGER, 2004), onde os participantes encontram um local aberto ao diálogo, à cooperação e a ajuda mútua na superação das injustiças e desigualdades (COUTINHO et al, 2005).

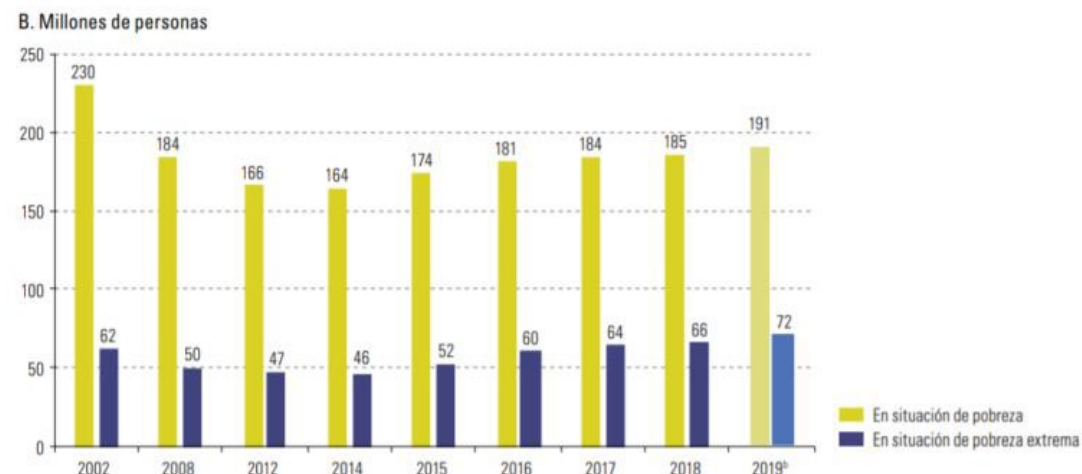
O fortalecimento da sociedade civil é um fator determinante para entender o surgimento da economia solidária em diversos países, com diferentes significados políticos, sociais e econômicos em decorrência das peculiaridades de cada contexto em que se desenvolveram (ANDION, 2005). Na Europa se popularizou através das cooperativas e empresas sociais e na América Latina se consolidou através das associações, clubes de trocas, bancos populares e cooperativas de produção, como uma forma de enfrentar problemas sociais como o desemprego e a exclusão social (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Diferentemente dos países do norte global, o desenvolvimento da economia solidária na América Latina, conforme Antunes (2018), ocorre de forma mais acelerada pelo crescimento da pobreza relacionada diretamente com o desemprego que gera índices alarmantes de desigualdade social e empobrecimento na região que em 2017 chegou a 184

milhões de pessoas consideradas pobres, ou seja mais de 30% da população conforme dados levantados pela CEPAL:

Gráfico 02 – Evolução da pobreza na América Latina

Gráfico 2 (conclusión)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Banco de Datos de Encuestas de Hogares (BADEHOG).

* Promedio ponderado de los siguientes países: Argentina, Bolivia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela (República Bolivariana de).

Los valores corresponden a proyecciones.

Fonte: CEPAL (2019).

Diante do quadro de crise no capitalismo na América Latina, vem ocorrendo nas últimas décadas uma expansão do trabalho estruturalmente precarizado, fruto do desemprego, crescimento da informalidade, da terceirização e flexibilização nas regras de contratação de trabalhadores, o que em parte justifica a exploração da força de trabalho e os atribui o verdadeiro “privilegio da servidão” (ANTUNES, 2018).

Apesar de toda essa regressão nos direitos e proteções do trabalhador latino-americano e até em função dela, cresce o surgimento de entidades que buscam através do trabalho associado uma forma de enfrentar estas dificuldades com a mobilização de produtores e consumidores comprometidos com o bem-viver, respeito à natureza e consumo responsável na geração de renda e fortalecimento dos laços territoriais, culturais de comunidades camponesas e povos originários (SILVA; SILVA, 2022).

Desde o início deste século, paralelamente a esse processo, se notabilizou uma série de políticas públicas de economia solidária incorporadas à programas de governos nacionais democráticos e populares que apesar de expressarem em suas formulações estratégias contra-hegemônicas, mas que na prática adotam abordagens de caráter mais instrumental para geração de trabalho e renda, sem contemplar uma atitude sociotransformadora a partir da

emancipação do trabalhador e democratização dos ativos produtivos, o que gera uma contradição entre essas políticas e os movimentos sociais (SILVA; SILVA, 2022).

Na busca da superação destes desafios, proliferam-se por toda a América Latina a criação de redes, fóruns e entidades que visam apoiar as manifestações populares de economia solidária em contraposição ao neoliberalismo que ameaça e desfavorece a classe trabalhadora articulando-se em lutas políticas mais amplas para conquistar um ambiente mais propício a consolidação dos ideais defendidos pelos movimentos sociais de defesa dos interesses dos trabalhadores (CORAGGIO, 2018).

No contexto da América Latina, segundo a visão do argentino Coraggio (2002), a economia solidária trata-se de um projeto político de transformação social, que vai muito além da reprodução simples da vida e acredita que isso será possível por meio de uma inversão de valores construída de modo democrático e com a ajuda do Estado. O chileno Razeto (2010) define a economia solidária como realidade, teoria e projeto: realidade por brotar com naturalidade no seio da sociedade, como teoria por considerar que a temática instiga o trabalho de muitos pesquisadores na formulação de ideias e racionalidades na análise do fenômeno e finalmente como projeto, uma vez que propõe uma transformação para toda a sociedade.

2.2 Concepções da Economia Solidária no Brasil

No contexto brasileiro, destaca-se a obra do sociólogo e economista Paul Israel Singer, precursor no estudo da economia solidária e um dos mais importantes pesquisadores do tema no Brasil. Nascido em família judia, na Áustria, em 1932, veio para o Brasil com apenas 8 anos de idade, fugindo da perseguição nazista e instalou-se na cidade de São Paulo. Participou do movimento estudantil, foi líder sindical, estudou e fez carreira na Universidade de São Paulo (USP), onde formou-se doutor em sociologia, em 1966. Junto a outros intelectuais de esquerda, em 1980 ajuda a fundar o Partido dos Trabalhadores, onde foi secretário de planejamento de São Paulo, no governo de Luiza Erundina e mais tarde tornou-se secretário na Secretaria Nacional de economia solidária, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, onde permaneceu por treze anos. Durante sua trajetória acadêmica e política foi autor de vasta produção científica, principalmente em estudos do desenvolvimento social, participação democrática, economia solidária e superação da pobreza (JACQUES; ESTEVAM, 2023).

As questões sobre o desenvolvimento sempre se fizeram presentes nas obras de Singer, com um posicionamento crítico em relação ao capitalismo, de onde surge uma

indagação que se tornou o ponto central de seu esforço científico acadêmico e é tido como um fio condutor de toda sua obra: seria possível um desenvolvimento que não seja capitalista? (NASCIMENTO; SANTOS, 2018). Em busca de uma resposta a esta pergunta e procurando um meio de superação da pobreza e do desemprego seu foco é direcionado para as iniciativas populares de economia solidária como “uma solução não capitalista para o desemprego” (SINGER, 1999).

Com esta convicção, a economia solidária opõe-se à ditadura do capital e suas racionalidades presentes no individualismo competitivo, na maximização de resultados lucrativos e desconsideração pela multidimensionalidade do ser humano, reduzindo-o a uma simples peça na engrenagem do grande capital que a tudo e todos comanda. Em contraposição ao capitalismo e seus efeitos, a economia solidária surge e se constitui em um modo alternativo de produção, circulação, consumo consciente e também um meio de convivência humanizado e solidário (SINGER, 2002).

Essa concepção está em linha com a definição apresentada pela Secretaria Nacional de economia solidária:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (BRASIL, 2011).

Para Singer e Souza (2000), apesar de haverem múltiplas possibilidades de entendimento sobre a economia solidária, existem alguns princípios que são considerados como basilares e de certa forma compõem sua identidade:

a) Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir; b) Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do número de cooperados; c) Repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia; d) Destinação do excedente anual (sobras), segundo critérios acertados entre todos; e) A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada; f) Somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (SINGER; SOUZA, 2000, p.13).

Tendo em vista estes princípios, os empreendimentos de economia solidária devem buscar uma forma de desenvolvimento sistêmico, preferindo em suas relações comerciais outras organizações que cultivem esses mesmos valores, de modo a fortalecer as redes solidárias, sem a presença de atravessadores, porém, na visão de Singer, não são incompatíveis a competição e a cooperação, uma vez que mesmo dentro desta lógica solidária é importante a “competição” para que melhores produtos e preços possam ser oferecidos aos consumidores e haja um estímulo à melhoria nos processos, observando que essa concorrência deve se dar entre semelhantes, garantindo o equilíbrio de forças entre os participantes (SINGER, 1998).

Considerando esta integração e intercâmbio entre os agentes, a existência de redes e cadeias produtivas se fazem indicadas e promissoras no desenvolvimento e consolidação deste modelo de organização, pois atuando de forma isolada será improvável a superação do grande capital, que só poderá ser confrontado com uma proposta de ação integrada, conjunta e organizada, envolvendo diversos atores como: governos e suas instâncias, ONG's, academia, incubadoras e a sociedade, alcançando um nível de força que garanta a sinergia necessária para um desenvolvimento progressivo e sustentável (SINGER, 2002).

O consumo solidário, segundo o autor, pode garantir a permanência de empresas solidárias, mesmo em mercados capitalistas, haja vista o crescimento desta forma de comportamento de consumo em alguns mercados ante a preocupação com a preservação do meio ambiente. Assim, a economia solidária só será uma alternativa melhor que o capitalismo quando tiver condições de oferecer aos seus participantes condições seguras de autossustento, realização pessoal e bem-estar semelhante àquele proporcionado pelo trabalho assalariado, assim precisa considerar o constante aprimoramento de seus processos de produção, distribuição e operação, superando o modo capitalista através da organização em redes e incentivo ao consumo consciente (SINGER, 2002).

Corroborando com essa visão, Euclides Mance defende um sistema atuando em redes integradas e interdependentes vislumbrando uma nova racionalidade de comportamento de mercado, seguindo princípios de cooperação e solidariedade, em um modelo diferente do modo capitalista, que atua em geral de forma isolada e procurando de alguma maneira superar ou até mesmo eliminar seus concorrentes. A ideia da criação de redes de colaboração solidária tem base no conceito de trabalho conjunto, interligando a produção e o consumo através de mecanismos verticais de produção, em células produtivas que retroalimentam seus parceiros dentro de uma operação circular dentro da própria rede (MANCE, 2000).

Para França Filho (2007), a concepção epistemológica da economia solidária se fundamenta em uma profunda revisão das premissas que historicamente moldaram o pensamento econômico. Ele argumenta que a disciplina econômica tradicional, ao focar excessivamente no mercado e no individualismo utilitário, obscureceu outras formas de organização e regulação da vida social e econômica. Dessa forma, sua abordagem busca desconstruir a ideia de que as relações econômicas são naturalmente pautadas pelo cálculo racional e pela competição, propondo uma ressignificação do agir econômico a partir de uma perspectiva mais abrangente e sociocultural, inspirada pela antropologia econômica e pela sociologia (FRANÇA FILHO, 2007).

Nesse sentido, a economia solidária, na visão de França Filho, não é apenas um conjunto de práticas alternativas, mas um paradigma epistemológico que questiona a hegemonia do modelo capitalista. Ele enfatiza a hibridação de economias, reconhecendo a coexistência e interdependência de lógicas diversas: a do mercado, a do Estado e, crucialmente, a da dádiva, que frequentemente são negligenciadas pela economia convencional (FRANÇA FILHO; LEVILLE, 2004). Ao destacar a dádiva, por exemplo, ele introduz um princípio de reciprocidade e solidariedade que vai além da troca mercantil, evidenciando a pluralidade de motivações e valores que impulsionam as ações econômicas em sociedade (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2019)

Assim, a contribuição epistemológica de França Filho reside em sua capacidade de propor uma leitura da economia que integra dimensões sociais, políticas e culturais, oferecendo um arcabouço teórico para compreender a economia solidária como um movimento de renovação e reatualização histórica da economia social. Trata-se de um projeto que não se limita a apontar falhas no sistema dominante, mas que se dedica a construir um novo imaginário de gestão e de relações econômicas, fundado na "solidez da sociedade" e na busca por um desenvolvimento territorial sustentável, plural e genuinamente alternativo (FRANÇA FILHO, 2001).

A criação de ambientes propícios à inovação social através do empreendedorismo popular é também uma ideia bastante promissora no seio do movimento de economia solidária, configurando um sistema de integração, colaboração e compartilhamento de tecnologia e experiências entre os participantes, gerando trabalho e renda através da adoção dos princípios de autogestão, igualdade, cooperação, democracia, autossustentação, desenvolvimento humano e social, diferentemente da economia capitalista, que visa o lucro e a exploração do trabalho assalariado dentro de um ambiente altamente competitivo entre seus participantes em busca da predominância no mercado (GAIGER, 2004).

Na visão de Gaiger (2004), em contraposição a racionalidade econômica predominante atualmente, o diferencial da economia solidária reside justamente “no interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento, o que estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência” (GAIGER, 2004, p. 34).

Apesar de contraditórias, as lógicas solidária e capitalista, não são totalmente incompatíveis (COSTA, 2003), pois em muitas situações é necessária uma combinação das mesmas para sobrevivência do empreendimento dentro de uma cultura capitalista, onde estabelecer integralmente os princípios da economia solidária ainda é algo muitíssimo desafiador (GAIGER, 2008).

Assim, o desafio mais presente é desenvolver uma organização dos empreendimentos populares capazes de conciliar eficiência e solidariedade, de modo a gerar o solidarismo empreendedor. Diante dessa dificuldade, o grande desafio é construir métodos eficientes de administração, resultados econômicos, viabilidade financeira e remuneração adequada do trabalho, conciliando tudo isso com os princípios da gestão democrática e solidária (GAIGER, 2000), pois é preciso trabalhar além dos aspectos econômicos, considerando prioridade o compromisso com as pessoas e sua qualidade de vida (GAIGER, 2007).

Neste contexto, Arruda (2003) aponta que a economia solidária se apresenta como uma alternativa viável ao desgastado modo de produção capitalista que ao longo dos anos tem promovido desigualdades sociais, injustiça nas relações de trabalho e concentração de poder e renda nas mãos de poucos, aprofundando a pobreza, o que justamente a economia solidária busca evitar, focando no bem-estar coletivo das pessoas como prioridade, superando uma ótica puramente econômica, que subordina os interesses sociais aos interesses econômicos.

Frente à esta inversão de valores, o autor sugere uma nova proposta de sociabilidade, alicerçada fortemente em aspectos culturais e educacionais que possam estabelecer um desenvolvimento humano capaz de contemplar, de forma plena, além das demandas da reprodução simples da vida, de natureza meramente fisiológicas, aquelas que configuram uma reprodução ampliada da existência e aumentam a qualidade de vida da pessoa humana, com satisfação pessoal, convívio social prazeroso e em harmonia com o meio ambiente, ensejando ao indivíduo a possibilidade de desenvolver suas potencialidades e crescer num sentido amplificado do termo em um sistema econômico voltado para as questões de ordem sociais (ARRUDA, 2003).

O papel da educação é central no âmbito da proposta de Arruda (2003), uma vez que se constitui a melhor forma de emancipação humana, cultivando a sensibilidade e a preocupação com o outro, despertando a fraternidade, o amadurecimento da consciência social e a defesa dos interesses coletivos através de uma profunda mudança nos próprios valores da sociedade, em um “trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente” (ARRUDA, 2003, p. 234).

Corroborando à esta posição, Dagnino (2014) apresenta uma visão crítica e inovadora sobre a economia solidária, articulando-a com sua proposta de Tecnociência Solidária, na qual entende a economia solidária como um campo político e produtivo que se contrapõe à lógica do capital, representando assim não apenas mais uma alternativa econômica, mas uma inovadora proposta de reconfiguração das relações socioeconômicas no campo do trabalho e produção, exigindo assim um novo tipo de conhecimento e tecnologia, dado que a tecnociência capitalista vigente, centrada no lucro, na exclusão e na reprodução das desigualdades, é, nesta concepção, tida como inadequada para atender às necessidades da maioria da população. Desta forma, em oposição à esta lógica capitalista de produção de conhecimento, o autor propõe a Tecnociência Solidária como uma plataforma cognitiva voltada à autogestão, à participação coletiva e à transformação social, ancorada nos princípios da economia solidária (DAGNINO, 2014).

A Tecnociência Solidária é concebida como uma resposta estratégica e política à crise da tecnociência dominante. Em vez de simplesmente transferir tecnologias prontas para os empreendimentos solidários, Dagnino defende a construção coletiva do conhecimento, em diálogo direto com os sujeitos populares. Ele critica o uso superficial e despolitizado do termo “tecnologia social”, muitas vezes cooptado por práticas empresariais ou assistencialistas, e propõe a Tecnociência Solidária como uma abordagem epistemológica e metodológica radicalmente diferente, que integra valores, saberes e necessidades dos excluídos (DAGNINO, 2020).

Um conceito central na proposta de Dagnino et al. (2004) é a “adequação sociotécnica”, que visa desenvolver tecnologias ajustadas às realidades locais, sociais e culturais das populações marginalizadas. Essa abordagem rejeita a lógica tradicional da oferta tecnológica unilateral, buscando, em vez disso, processos participativos e horizontalizados. O desenvolvimento tecnológico deixa de ser um monopólio de especialistas e se torna um processo democrático, orientado por finalidades públicas e solidárias, capaz de empoderar cognitivamente as comunidades envolvidas (DAGNINO, 2014).

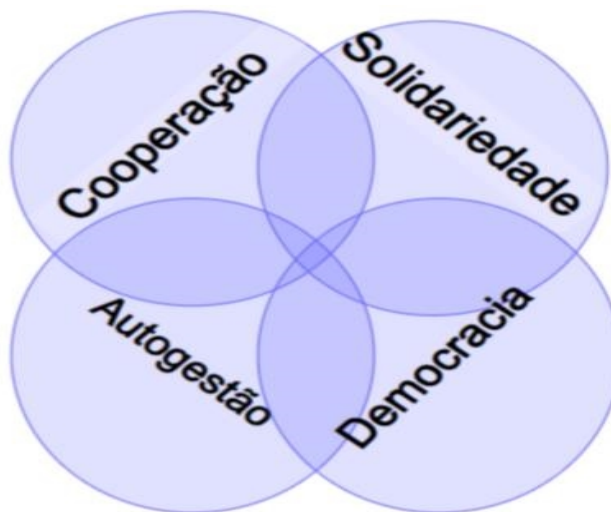
Por fim, Dagnino defende que a implementação da Tecnociência Solidária depende de uma disputa política nos âmbitos acadêmico, estatal e social. Isso inclui reconfigurar as políticas públicas de ciência e tecnologia, redirecionando recursos para apoiar a ES e promovendo a participação dos movimentos sociais na definição de prioridades tecnocientíficas. O objetivo é romper com o monopólio cognitivo das elites técnico-científicas e democratizar a produção do conhecimento. A Tecnociência Solidária é, assim, um instrumento para transformar não apenas a economia, mas também a maneira como se concebe e se produz ciência e tecnologia no Sul Global (DAGNINO, 2020).

Nespolo e Esteves (2022) destacam a importância da união da classe trabalhadora para superação das dificuldades impostas pelo atual modelo de relações sociais de trabalho e defendem que a economia solidária deve se fazer “apoiada em práticas de autonomia coletiva, autogestão e trabalho associado, como um contraponto ético e econômico ao sistema capitalista”. (NESPOLO; ESTEVES, 2022, p.5). Os autores ainda acrescentam:

A Economia Solidária resgata a autogestão, a autonomia coletiva e a democracia interna como princípios ético-políticos para criar relações econômicas que sirvam às necessidades das/os trabalhadoras/es. Ao mesmo tempo, a Economia Solidária convoca o trabalho coletivo como princípio organizativo para enfrentar o pior do capitalismo, que é a desigualdade produzida pela péssima distribuição das riquezas geradas. A opção pelo trabalho coletivo se justifica já que os empreendimentos de trabalhadores/as possuem a capacidade de distribuir renda e riqueza lá mesmo onde elas são geradas, na origem, evitando os ônus da acumulação. (NESPOLO; ESTEVES, 2022, p.6).

Na visão de Sandel (2020), a dignidade do trabalho não encontra espaço na realidade do cenário político e social dominante, sendo importante a criação de meios da coesão social e a solidariedade cheguem aos trabalhadores excluídos pelo sistema que não consegue absorvê-los e proporcionar condições satisfatórias de subsistência. A economia solidária, como contraponto ao capitalismo, busca a emancipação do trabalhador através da solidariedade, autogestão, cooperação e democracia, que são seus princípios basilares conforme se pode observar na figura a seguir:

Figura 02 – Princípios basilares da Economia Solidária:



Fonte: Singer (2002).

Aleixo (2015) aponta que as bases que sustentam a construção e manutenção da economia solidária estão fundamentadas nos princípios da democracia, da autogestão, cooperação e solidariedade democrática, sendo que essa última não pode ser confundida com a filantropia, a qual está relacionada com a caridade e a ação social e deve ser compreendida no âmbito da relação de igualdade, de reciprocidade e da união em torno da produção, conforme destacado a seguir:

A solidariedade é uma construção social e a sua concepção atual, surgiu no início do século XIX, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial, em que se assume que o mercado deve ser complementado e que essa complementaridade pode ser conseguida através da solidariedade democrática e da associação entre iguais, que só são possíveis existirem no ambiente atual de democracia (ALEIXO, 2015, p. 26).

A economia solidária é o sistema econômico que melhor se relaciona com o social e o político, pois não busca apenas o lucro, tendo seu foco as necessidades humanas de desenvolvimento, liberdade, igualdade e democracia, com clareza que “há de se entender que em qualquer empreendimento solidário é necessária a existência de uma condição de igualdade, onde haja direitos iguais para todos que deste modelo participam. É a democracia participativa que visa garantir esses direitos” (PORTO; OPUSZKA, 2015, p. 432).

Seja qual for o tipo de empreendimento solidário, a administração do mesmo deve ocorrer através da autogestão que segundo Szul e Moura (2017) é o princípio norteador da economia solidária e promove a igualdade entre os pares, fortalecendo a democracia. Assim, a

autogestão é um requisito indispensável, o qual torna os trabalhadores coproprietários e responsáveis pelos rumos da organização, como define Lefebvre (2017): “Apenas através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação”.

Para que o sistema alcance seus objetivos é imprescindível que haja a cooperação nas relações sociais através da colaboração recíproca e não pela competitividade, pois “a cooperação possui como escopo a contribuição para um processo de interação social dentre aqueles que do projeto participam, faz com que exista uma constante busca por um objetivo comum através de ações compartilhadas, pois ao final, o benefício será repartido entre todos” (PORTO; OPUSZKA, 2015, p. 431).

Na prática, a autogestão impõe desafios muito grandes pois os empreendimentos em sua maioria são formados por pessoas com carência de formação, pouca qualificação profissional, nenhuma ou rara experiência de gestão (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003), sendo a educação continuada condição fundamental para uma emancipação de fato com as concepções do modo capitalista que prepondera na condução da maioria das organizações e pauta as relações de trabalho (TIRIBA, 2007).

Diante deste desafio, os aspectos culturais têm grande importância e romper com o modelo hegemônico é bastante complexo diante da realidade que os trabalhadores estão imersos no dia a dia, o que faz com que carregados desta lógica, os participantes do empreendimento permaneçam comportando-se como empregados mesmo sendo os proprietários dos meios de produção (REGO, 2023). Apesar de estarem pautados nos princípios desta nova economia, que preza pelo humanismo e a solidariedade, na prática precisam interagir com mercados que incentivam a competição (ARRUDA, 2000).

Nesta situação, os empreendimentos solidários estão expostos aos efeitos da racionalidade utilitarista, dentro de uma perspectiva de acumulação e exploração que se manifestam com os agentes do mercado que se relacionam em função da necessidade de obter produtividade e participação na dinâmica produtiva para sobrevivência e viabilidade comercial da organização (GAIGER, 2011; COSTA, 2003).

Para Rosangela Barbosa (2007), que desenvolve uma reflexão mais crítica em relação à economia solidária e seus empreendimentos populares, a autora entende como injusto e incoerente transferir para as camadas populares da sociedade a responsabilidade de corrigir um sistema falho em sua concepção estrutural, que por natureza é socialmente excludente e por consequência produz o desemprego e concentração da riqueza nas mãos de poucos. Essa

responsabilidade de rever e aprimorar o sistema cabe ao Estado e não às vítimas do próprio sistema.

Diante disso, mesmo com a implementação de políticas públicas de fortalecimento da economia solidária, com programas baseados em empreendedorismo solidário e autoemprego através do trabalho associado, o Estado brasileiro atua de forma contraditória quando mesmo em governos ditos de viés progressistas, mantém uma política neoliberal na economia, a qual não promove uma mudança efetiva no mercado de trabalho e nem fomenta um plano de desenvolvimento econômico capaz de gerar emprego e renda suficientes para um conjunto de trabalhadores que sobrevivem graças ao labor informal ou do assistencialismo permanente do Estado (BARBOSA, 2007).

Luzio dos Santos e Borinelli (2010), em concordância com o pensamento de Barbosa (2007), entendem como temerária a sobrevivência da economia solidária inserida no mercado capitalista, considerando que não há uma equivalência de forças quando se analisa a formação técnica, escolaridade, potencial tecnológico e permanente inovação de uma possível concorrência que se torna desleal e perversa. Essa demanda por produtos e serviços advindos de empreendimentos econômicos populares deve ser fomentada através da ação governamental, com alteração nas leis de compras públicas e adequação da estrutura dos empreendimentos de economia solidária para atender ao fornecimento das necessidades públicas, implementando uma solução inteligente por meio de uma parceria público-privada pautada em interesses sociais e capaz de gerar autonomia e sustentabilidade às iniciativas populares (SANTOS; BORINELLI, 2010).

Seguindo essa mesma linha, Godoy et al (2020, p. 88) expressa esta mesma preocupação quando afirma que “a autossustentação é tida como limitada ou utópica na perspectiva dos seguidores da linha defendida por Singer, pois a organização de iniciativas solidárias é relativamente mais lenta do que a organização de unidades convencionais de mercado e as fragilidades das iniciativas impediriam o desenvolvimento destas redes”. Os autores defendem que as iniciativas populares sejam plurais, abarcando diversos setores e alcancem uma estrutura sólida capaz de gerar maior visibilidade diante do mercado tradicional e para isso deve haver um apoio efetivo do Estado, sem que essa política venha a confundir-se com práticas assistencialistas promovidas, ainda que com boas intenções, por ONG’s, centros públicos de economia solidária entre outros agentes de fomento (GODOY et al, 2020).

As múltiplas características e fins que estão presentes na lógica solidária e se manifestam no âmbito da economia solidária levam a possibilidades interessantes

sobre as muitas racionalidades que se fazem notar em tais práticas, pois os interesses coletivos que caracterizam a racionalidade substantiva precisam conviver simultaneamente com a finalidade de sobrevivência e geração de renda aos trabalhadores em relação direta com o mercado, o que aproxima a presença de variadas lógicas coexistindo ao mesmo tempo, fazendo com que a busca da eficiência assume, por vezes, a característica de uma racionalidade mais instrumental, todavia sem excluir o perfil solidário e colaborativo presente na racionalidade mais substantiva (COSTA, 2003; RAZETO, 2010).

Com base nas visões de cada autor tratado neste espaço dedicado a teorização da economia solidária, apresenta-se o quadro a seguir, o qual mostra de forma bastante resumida a visão pessoal de cada autor sobre a economia solidária, bem como suas concepções epistemológicas sobre o tema trazendo também algumas perspectivas e propostas de ações com relação aos rumos mais indicados para que esta maneira de organização socioeconômica venha a prosperar e consolidar-se como um modo alternativo ao sistema capitalista ou até mesmo como um sistema substituto ao mesmo:

Quadro 01 – Visões e perspectivas/propostas de vários autores sobre a economia solidária no Brasil

Nome do autor ano/área de formação	Visão sobre a Economia Solidária	Perspectiva / Propostas
Paul Singer (2002) Economia e Sociologia	Alternativa ao capitalismo, superação da pobreza e desemprego pelo trabalho associado.	Formação de redes solidárias, cadeias integradas de produção e consumo. Ação conjunta com governo e instituições de apoio.
Euclides Mance (2002) Filosofia	Nova racionalidade de relação econômica de produção e consumo baseada na solidariedade.	Integração de redes de colaboração para produção em células que se retroalimentam entre parceiros.
Genauto França Filho (2019) Administração	Um paradigma epistemológico que questiona a hegemonia do modelo capitalista, integrando dimensões sociais, políticas e culturais, possibilitando a construção uma nova concepção de gestão e de relações econômicas baseado na solidez da sociedade e na solidariedade.	Desconstruir a ideia de que as relações econômicas são naturalmente pautadas pelo cálculo racional e pela competição, propondo uma ressignificação do agir econômico a partir de uma perspectiva mais abrangente e sociocultural, inspirada pela antropologia econômica e pela sociologia.
Luiz Inácio Gaiger (2004) História e Sociologia	Sistema de Inovação Social através da colaboração mútua e união de forças por um objetivo.	O grande desafio é conciliar eficiência e solidariedade de modo a gerar o solidarismo empreendedor.

Marcos Arruda (2003) Geologia e Economia	Nova proposta de sociabilidade baseada em educação e cultura para o bem-estar pleno.	Emancipação do indivíduo pela educação e mudança de valores na sociedade para emergir a solidariedade consciente.
Nelsa Nespolo e Egeu Gómez Esteves (2022) Ensino Médio e Psicologia	Resgata, por meio do trabalho coletivo, a autogestão, a autonomia coletiva e a democracia interna como fundamentos ético-políticos para estabelecer relações econômicas que atendam às demandas dos trabalhadores.	Incentiva a união da classe trabalhadora para superação das dificuldades impostas pelo atual modelo de relações sociais de trabalho e defendem que a economia solidária deve estar apoiada em práticas de autonomia coletiva, autogestão e trabalho associado.
Renato Dagnino (2004, 2014 e 2020) Engenharia e economia	Campo político e produtivo que se contrapõe à lógica do capital, sendo assim para além de mais uma alternativa econômica, uma inovadora proposta de reconfiguração das relações socioeconômicas no campo do trabalho, produção e geração de conhecimento.	Propõe a Tecnociência Solidária como uma plataforma cognitiva voltada à autogestão, à participação coletiva e à transformação social, ancorada nos princípios da economia solidária
Rosângela Barbosa (2007) Assistência Social	Crítica a atuação do poder público que transfere a responsabilidade de corrigir o sistema às próprias vítimas dele.	Implementação de políticas concretas e adoção de práticas progressistas e não neoliberais para mudanças profundas no sistema econômico e social.
Luzio dos Santos e Benilson Borinelli (2010) Economia e Administração	Vê como temerária a sobrevivência da Economia Solidária inserida no mercado capitalista	Equilíbrio de forças com adoção de uma legislação de compras públicas que estabeleça uma parceria público-privada com os EES.
Godoy (2007) Administração	Autossustentação dos EES é limitado pela ineficiência	Ação de apoio efetivo do Estado no fortalecimento dos EES, sem confundir com assistencialismo.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise das correntes teóricas apresentadas neste quadro demonstra que a economia solidária no Brasil é um campo de convergências éticas, mas de profundas divergências estratégicas e epistemológicas. Por um lado, autores como Paul Singer e Euclides Mance aproximam-se ao conceberem o movimento como uma racionalidade econômica alternativa e antagônica ao capitalismo, fundamentada na autogestão e na posse coletiva dos meios de produção para superar a pobreza e o desemprego. Enquanto Singer foca na formação de redes e cadeias integradas com apoio institucional, Mance enfatiza a criação de redes de colaboração solidária que se retroalimentam, ambos vislumbrando a economia solidária como um motor de transformação social estrutural (SINGER, 2002; MANCE, 2002).

Por outro lado, observam-se afastamentos significativos quanto à relação com o mercado e o papel do Estado, especialmente nas críticas de Rosângela Barbosa. Ao contrário da visão de "economia plural" de autores como França Filho, que admite a coexistência e interligação entre as lógicas de mercado, Estado e solidariedade, Barbosa alerta para o risco de as políticas públicas instrumentalizarem a economia solidária. Para a autora, é incoerente e injusto que o Estado transfira para as camadas populares a responsabilidade de corrigir as falhas de um sistema estruturalmente excludente através do "empreendedorismo solidário", defendendo que a solução para a precarização deve ser uma obrigação do Estado e não apenas um nicho de sobrevivência das vítimas do sistema (BARBOSA, 2007; FRANÇA FILHO, 2019).

Para Serva; Andion (2006), as concepções da Economia Social no Brasil revelam um campo em formação, diverso e ainda sem consenso teórico, composto por múltiplas práticas e correntes que articulam dimensões econômicas, sociais e políticas. Os autores identificam quatro vertentes principais que estruturam esse campo: a) os estudos do cooperativismo, que têm origem nos princípios rochdaleanos e evoluem para uma visão mais empresarial e pragmática; b) a corrente do terceiro setor, inspirada na tradição anglo-saxônica, que compreende as organizações sem fins lucrativos como complementares ao Estado e ao mercado, com foco na filantropia e no voluntariado; c) os estudos interdisciplinares sobre organizações da sociedade civil, que analisam essas entidades como espaços de interação entre o econômico, o político e o social, enfatizando sua contribuição à democracia e à economia plural; e d) a corrente neomarxista, centrada na economia solidária, que interpreta esse fenômeno como um novo modo de produção alternativo ao capitalismo. Nesta última vertente, representada por autores como Paul Singer, a economia solidária é concebida como uma forma de organização baseada na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção e na solidariedade entre trabalhadores, contrapondo-se à lógica de exploração e competição do sistema capitalista. Assim, a economia solidária é vista não apenas como prática econômica, mas como projeto político de transformação social e emancipação da classe trabalhadora no país (SERVA; ANDION, 2006).

Todavia, para Paul Singer (2002b, p. 113), “a reinvenção da economia solidária é tão recente que se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro”. Assim, o potencial de desenvolvimento é algo a considerar, haja vista a mobilização que se tem visto nos meios acadêmicos, empresariais e no próprio setor público, que apesar de ainda oferecer um apoio tímido, já vem demonstrando iniciativas de incentivo e promoção de

projetos de parceria com os empreendimentos de econômicos solidários (BARIC; BATURINA, 2020).

2.3 Trajetória e configuração da Economia Solidária no Brasil

O Brasil, ao longo de sua história, tem sido palco de intensas mobilizações populares onde é possível acompanhar uma constante evolução da capacidade de organização social em defesa de projetos e ideais em diversos setores da sociedade tendo ocasionado uma reação estatal também bastante diversa a depender do momento histórico a que se refere, a exemplo do período do regime militar iniciado em 1964, o qual foi marcado por forte repressão ao associativismo civil, sindical, partidos políticos e outras entidades representativas (SCHERER-WARREN, 2006).

Porém, segundo Serva; Andion (2006), a economia social no Brasil desenvolveu-se em um contexto dominado pelo assistencialismo religioso e pela forte centralização estatal. Desde a República Velha (1889-1930), as Santas Casas de Misericórdia, irmandades e outras instituições religiosas exerceram papel fundamental na assistência aos pobres, suprimindo a ausência de políticas públicas e assumindo funções que caberiam ao Estado. Essas entidades filantrópicas constituíam o principal braço da caridade organizada, promovendo ações de saúde, acolhimento e amparo social, ainda que dentro de uma lógica de tutela e benevolência, em que os beneficiários eram vistos como objetos da caridade e não como cidadãos de direitos.

Com o governo Vargas (1930-1945), o Estado ampliou sua intervenção por meio da criação de instituições de assistência e regulamentação do cooperativismo, mas manteve um caráter clientelista e paternalista, muitas vezes em parceria com as próprias Santas Casas. Durante o regime militar (1964-1985), a repressão política conviveu com o surgimento de novos movimentos sociais, comunidades eclesiais de base e organizações não governamentais que reivindicavam maior participação e autonomia. Assim, as práticas solidárias e comunitárias herdadas das instituições religiosas tradicionais se transformaram gradualmente, contribuindo para a formação de uma sociedade civil mais articulada e participativa, contribuindo para a consolidação dos direitos sociais e da economia social no país (SERVA; ANDION, 2006).

Ao final dos anos 1970, grupos progressistas ligados a Igreja Católica ganham notoriedade, com a participação de intelectuais de variadas matrizes de pensamento organizados em defesa de direitos sociais da classe trabalhadora, como moradia, educação,

saúde e melhores condições de trabalho e lazer (SADER, 1988; BRANDÃO, 2011). Ainda sob tais influências, na década seguinte, o novo sindicalismo, liderado pelos metalúrgicos do ABC Paulista, mobilizam greves e unem os trabalhadores influenciando de forma contundente a dinâmica política e social brasileira à época (MATTOS, 2009).

Outros grupos formados por estudantes, trabalhadores rurais, sanitaristas entre outros, são exemplos do fortalecimento das lutas populares que resultaram na refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o ressurgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), culminando com o movimento Diretas Já que influenciaram de forma decisiva para o estabelecimento da cidadania no Brasil com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte e por consequência, na promulgação da Constituição Federal de 1988, ponto de inflexão para os movimentos sociais brasileiros (GOHN, 1997).

A nova Carta Magna garantiu a participação política popular através do voto e restabeleceu a liberdade de ação das organizações coletivas representativas, mas muitos direitos reivindicados pelos setores mais populares não avançaram como pretendido (SILVA, 2018; AVELINO e FONSECA, 2018). A resposta de coletivos do setor mais conservador foi imediata, o que paralisou algumas pautas importantes, em especial às relacionadas a reforma agrária (IPEA, 2008).

Os anos 1990, mesmo com a democracia instituída, grandes desafios foram impostos à população, principalmente no que diz respeito ao trabalho, severamente afetado por um processo de liberalização da economia, com privatizações, desregularização financeira e a abertura de mercado, o que demandou uma forte reestruturação do setor produtivo brasileiro ocasionando aumento do desemprego e crescimento da informalidade nas relações de trabalho (POCHMANN; BORGES, 2002, CARDOSO, 2003, OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Nesse contexto, novas formas de organizações coletivas de luta por melhores condições de trabalho e salários ganharam espaço com a formação de sindicatos, associações civis, organizações não-governamentais (ONG's) em defesa de pautas específicas trazendo importantes mudanças estruturais na “sociedade salarial”, impulsionando o aparecimento de novas práticas sociais e ideais de mobilização de grupos em busca de melhores condições de vida por meio do trabalho associativo e não ficando restrito apenas uma forma organizada de enfrentar a falta de empregos formais (CASTEL, 1995; SINGER, 2000; SILVA, 2018b).

A forte mobilização da classe trabalhadora neste período concentra seus esforços em torno de uma proposta conhecida como economia solidária, que surge com força no Brasil a partir dos anos 1990, como resposta ao desemprego e a precarização das condições de

trabalho, onde diversos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho acabaram buscando por empreendimentos de natureza solidária, privilegiando uma relação de esforço coletivo, adotando uma nova forma gestão e tomada de decisão, que ganham contornos democráticos, quebrando com a hierarquização tradicional das relações de trabalho (SINGER, 2002). Assim, “a economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais” (FRANÇA FILHO, 2009, p. 203).

As discussões em torno da temática têm seu ponto de partida a partir da segunda metade dos anos 1990, com Encontro Latino-americano de Cultura e Socioeconomia Solidária, também realizado em Porto Alegre, com a participação de diversos países sul-americanos, além de mexicanos e espanhóis. Nesse evento, foi lançada a Carta de Porto Alegre, definindo o entendimento de economia solidária como alternativa social de países considerados periféricos, como estratégia de construção de uma rede de colaboração na região, o que deu origem, no ano 2000, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES) congregando movimentos sociais, empreendimentos e instituições de apoio no propósito de promover a expansão da economia solidária no Brasil (BARBOSA, 2006).

Além da RBSES, outras importantes entidades participaram dessa primeira fase do movimento de economia solidária no Brasil, cujo objetivo era garantir a implementação das bases fundamentais dessa outra economia, com destaque para o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS); Rede Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED) e a Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária (FBES, 2002, p. 18).

Nessa trajetória, alguns pontos merecem especial reflexão, como o diz respeito a formação dos grupos de trabalho, que se deu a partir das entidades de apoio atuantes na ocasião e não da mobilização dos empreendimentos solidários, como cooperativas, associações, empresas recuperadas e bancos comunitários, o que caracteriza o baixo poder de articulação dessas entidades naquela época e, por outro lado, a forte influência, organização e protagonismo das instituições apoiadoras que abrangeram desde às ligadas com a Igreja Católica, perpassando pelo ONG's, meio universitário, movimentos sociais, sindicais e

associativos e também com a participação de gestores públicos no processo, o que era bastante inovador para aquela época (NAGEM; JESUS, 2013).

Conforme Santos (2002), a realização do I Fórum Social Mundial (I FSM), que aconteceu em Porto Alegre no ano de 2001, pode ser considerado como um momento de consolidação da economia solidária no cenário nacional, sob forte influência de uma mobilização de caráter internacional em resposta aos impactos sociais ocasionados ou, ao menos agravados, pela globalização da economia e proliferação das ideias e práticas de uma política neoliberal.

Assim, se desencadeavam as ações do movimento nacional que abrangia atores de variados campos sociais que tinham como objetivo promover a mobilização das forças e elaborar o processo de organização social vinculada aos princípios da economia solidária estabelecidos nos encontros estaduais e nacionais ocorridos até então consolidando uma identidade consensual construída com a participação popular (NAGEM; JESUS, 2013).

No cenário político nacional, em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT), consegue eleger Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República, abrindo amplas possibilidades de articulação do movimento com o poder executivo federal, uma vez que o PT já havia manifestado seu apoio às iniciativas dos movimentos populares de economia solidária através da íntima relação entre os militantes do movimento e as gestões municipais e estaduais estabelecidas anteriormente (SILVA, 2010); levando a criação de um espaço institucional na estrutura governamental voltado a atender os interesses da economia solidária (SILVA e NAGEM, 2011).

Durante os governos de Lula e Dilma, a economia solidária ganhou destaque nas ações governamentais, sendo notórias as articulações políticas e de compartilhamento de experiências entre os agentes do setor, viabilizando os meios de alcance dos direitos através do acesso às políticas públicas institucionalizadas pelo Estado. Todavia, as questões da economia solidária sofrem com a instabilidade das políticas adotadas pelos governos, partidos e interesses dos que detêm o poder (SILVA, 2015).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi um marco nas ações de governo para fomentar programas de formação e acompanhamento de empreendimentos de economia solidária no Brasil. Através desta secretaria foram desenvolvidas variadas ações governamentais, buscando o crescimento de políticas públicas também em âmbito estadual e municipal. Nesse sentido, foram articulados projetos de leis, consultas públicas, conselhos, parcerias com entidades financeiras, além de programas voltados a acompanhamento aos trabalhadores (SILVA, 2011).

Com objetivo de criar e implementar políticas públicas para a economia solidária, a SENAES, na ocasião vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, teve como prioridades em suas ações iniciativas para minimizar os principais problemas enfrentados pelos empreendimentos solidários como melhorias no processo de comercialização por meio de redes de produção e distribuição, acesso ao crédito e finanças solidárias através de entidades financeiras públicas ou criadas com esta atribuição específica e apoio, incentivo e acompanhamento à criação, formalização e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários mobilizando e articulando movimentos sociais, ONG's, universidades e membros da sociedade civil organizada para colaboração no processo de consolidação da economia solidária como política pública (SENAES, 2005).

Dentre estas ações, a SENAES implantou em 2004, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) um instrumento para identificação e cadastro de informações sobre os empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento denominado de Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), com os seguintes objetivos:

- a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (SENAES, 2005).

Em cumprimento dos objetivos traçados, foram realizados três levantamentos de abrangência nacional, divididos em duas fases de pesquisas para identificação e caracterização dos empreendimentos de economia solidária (EES), a primeira entre 2005 e 2007, quando foram identificados 21.859 EES, em 2.934 cidades, envolvendo 1.687.035 trabalhadores e trabalhadoras, sendo que deste total, 63% era homens e 37% eram mulheres, com predominância da região nordeste com 43%; seguida pelo Sudeste 18%; Sul com 16,5%;

Norte com 12% e por último a região Centro-Oeste, 10% (SILVA; NAGEM, 2012; PEREIRA, 2012).

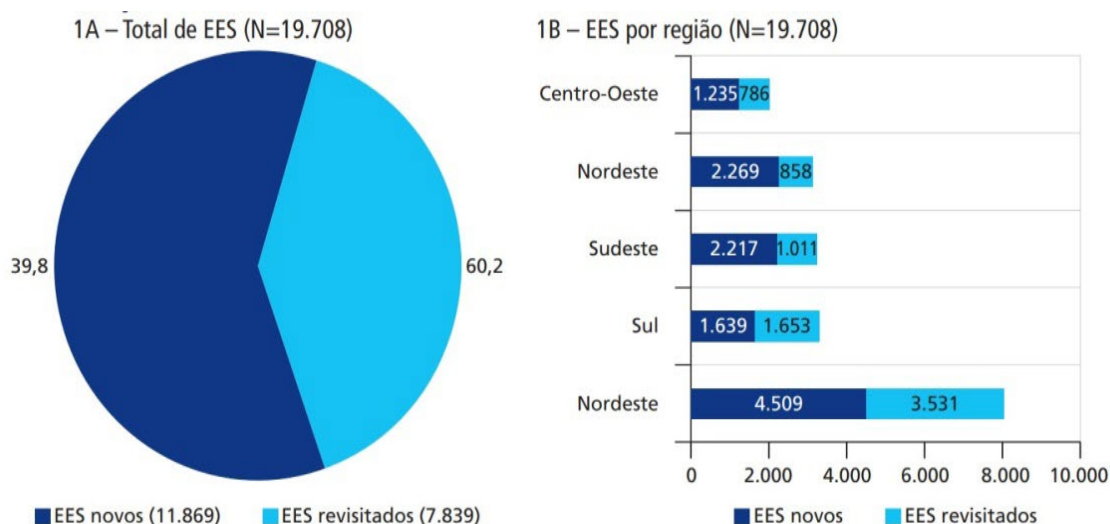
Na ocasião foi realizado um mapeamento da forma como estava organizado o campo da economia solidária no Brasil, sendo que fruto deste levantamento foi publicado em 2005, o Atlas da Economia Solidária no Brasil, o qual apresentava além dos empreendimentos econômicos solidários, uma série de outros atores envolvidos no fortalecimento destas organizações a exemplo da própria SENAES que iniciava naquele período suas atividades. O resultado da pesquisa mostrou, de forma sintetizada a realidade da organização do campo da economia solidária conforme a figura a seguir:

Figura 03 – O campo da Economia Solidária no Brasil em 2005



Fonte: SENAES-MTE (2006, p.14).

A última coleta de dados referente aos anos de 2010-2012 apresentou as informações mais atualizadas sobre o panorama de 19.708 EES, organizados e distribuídos em 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação, sendo 60% novos EES (não registrados nos levantamentos anteriores) e aproximadamente 40% de EES revisitados, conforme os gráficos 1A e 1B a seguir apresentados:

Gráfico 03 – Relação entre EES novos e revisitados entre 2010-2012

Fonte: (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Depois deste levantamento não houve novas atualizações do banco de dados do SIES, uma vez que em 2016, com o fim do governo Dilma Houssef, não se mantiveram as políticas públicas de economia solidária, assim como a manutenção da própria SENAES com status de Secretaria no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, consequência de decisões postas em prática no governo de Michel Temer, que ocasionaram um acelerado esvaziamento das políticas voltadas às camadas mais populares da sociedade brasileira (MEDEIROS, 2018; AVRITZER, 2018).

O ciclo político de caráter neoliberal que começa com Temer, em 2016, teve sequência em 2019 com a posse de Jair Bolsonaro, onde foi ainda mais aprofundada a ruptura radical com as políticas públicas de geração de emprego e renda por meio da economia solidária, com a extinção definitiva da SENAES e paralisação das atividades do Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES), que marcam o retrocesso total na agenda governamental de qualquer política voltada à economia solidária neste período, restando a poucos agentes de âmbito nacional, como o próprio Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que mesmo fragilizados diante da deterioração dos avanços conquistados em períodos anteriores, seguiram reorganizando o movimento por meio de seminários, encontros e eventos regionalizados e articulando ações políticas junto ao Congresso Nacional para aprovação de leis que venham a fortalecer a economia solidária como política de Estado (AVRITZER, 2021).

Além da perda de espaço na estrutura burocrática do governo, o tema economia solidária foi praticamente banido da agenda do governo federal no Plano Plurianual no

período Jair Bolsonaro, encerrando o mandato mergulhada em um cenário de inquestionável crise de paradigma, que pode ser constatado sob dois aspectos: inicialmente pelo decréscimo da dotação orçamentária para operacionalização de políticas que foi definhando ao longo dos anos, comprometendo quaisquer iniciativas, que foram alocadas para outros programas de interesse daquele governo e o outro ponto diz respeito a própria perda de prestígio dentro da organização pública, assim como a maioria dos programas sociais, que sofreram desmonte em sua estrutura de pessoal e de infraestrutura que inviabilizaram ações mais efetivas nesta área de um modo geral (SILVA, 2020).

Este quadro sofre uma profunda ruptura em 2023 com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, que assume pelo terceiro mandato como Presidente da República e inicia o resgate das políticas de economia solidária que marcaram suas gestões anteriores, com ênfase a recriação da SENAES e uma rede de conexões interministeriais para implementação de políticas sociais voltadas a atender às demandas advindas da parcela da população mais fragilizada pela pobreza e o desemprego (MACHADO, 2023).

Para Atilio Machado (2023), com a eleição para um terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, espera-se o início de um novo ciclo político, com resgate dos princípios ideológicos da esquerda, com reconhecimento da importância da economia solidária como política pública e alternativa viável de geração de trabalho e renda. A recriação da SENAES, vinculada ao MTE é um evidente sinal desse caminho de reinserção da temática na agenda de prioridades do novo governo, que tem à frente Gilberto Carvalho, que afirmou em discurso no Fórum Social Mundial, em janeiro de 2023:

A economia solidária não pode ser reduzida a um mero “nicho” dentro do governo e na sociedade, um tipo de proposta, dentre outras, de organização autogestionária do trabalho e da economia, semelhante ao conceito corrente que se tem do cooperativismo. No bojo da “nova revolução econômica e do próprio capitalismo (...) A economia solidária tem que dar forma, consistência para um novo padrão de funcionamento econômico nacional”, propagando “novas formas de gestão coletiva do capital e dos meios de produção. (CARVALHO, 2023).

Os desafios para este novo ciclo político que se inicia a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e para a nova SENAES são enormes, diferentemente das experiências pregressas que tiveram seus acertos e também muitos equívocos, entre eles a ausência de canais mais acessíveis para dialogar de forma mais estreita, dinâmica e respeitosa com os movimentos populares para o resgate dos avanços realizados e construção sólida de um

percurso de novas conquistas em contraposição às assombrosas forças retrógradas e destrutivas que se proliferaram no ciclo de poder reacionário, populista e autoritários registrado no Brasil nos últimos seis anos (MACHADO, 2023)

Devido a essa instabilidade política, uma questão muito discutida é a necessidade de se aprimorar a legislação vigente no país de forma a estabelecer a economia solidária como um direito garantido do cidadão, contemplando os trabalhadores e possibilitando as condições necessárias para produção com o apoio do Estado. Assim, é essencial que se encontre os meios para institucionalizar a economia solidária como uma política de Estado, garantindo a estabilidade, solidez e permanência independente das transições governamentais que aconteçam (SILVA e SILVA, 2014).

Apesar da aprovação no Congresso Nacional, em 2019, do projeto de lei (PL 6.606/2019), que cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária, a mesma ainda carrega inconsistências com relação aos propósitos da economia solidária e suas especificidades operacionais, onde percebe-se até uma diminuição da própria política pública, quando tenta definir os empreendimentos econômico solidários através de uma ótica utilitarista, deixando margem à entendimentos equivocados, comprometendo sua aplicação enquanto política pública (RODRIGUES; COSTA, 2023).

Mesmo frente a tantos obstáculos, agentes políticos do campo da economia popular continuam agindo no sentido do legítimo reconhecimento dessas práticas, tramitando junto ao Congresso Nacional a PEC 069/2019, que inclui a economia solidária entre os princípios da ordem econômica nacional, um passo fundamental para que se torne de fato uma política de Estado, e não meramente e ocasionalmente de governo, e assim, constitucionalmente, venha a integrar os princípios da ordem econômica nacional. O texto foi aprovado no Senado, em 12/05/2022 e aguarda a votação em plenário pela Câmara Federal (RODRIGUES; COSTA, 2023).

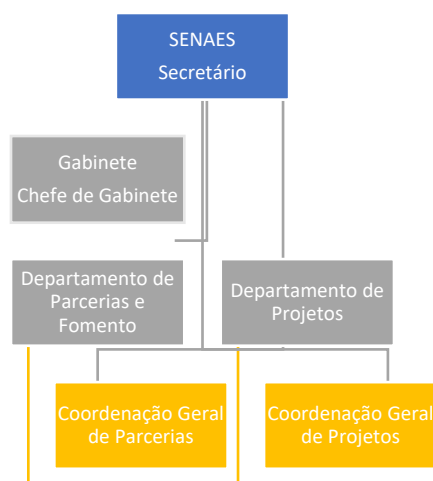
A Secretaria de Economia Popular e Solidária (SENAES) foi recriada no atual governo federal através da Medida Provisória nº 1.154/2023 e o Decreto nº 11.359/2023, que também traz de volta o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda. A SENAES tem, entre suas competências, colaborar com outros órgãos públicos em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular e ainda, as competências da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda de planejar, coordenar,

monitorar e avaliar as ações de estímulo ao emprego e trabalho para a juventude, incluídos a aprendizagem, o estágio e as iniciativas de inclusão produtiva.

Além das atividades da SENAES, o governo reestabeleceu o Conselho Nacional de Economia Solidária que é composto por representantes do governo, das iniciativas econômico solidária, das organizações da sociedade civil e dos serviços sociais, totalizando 56 membros, presididos pelo secretário da SENAES. O conselho estava paralisado há mais de cinco anos e volta a se reunir para organizar a quarta conferência nacional de economia solidária e tratar de assuntos ligados ao marco regulatório do setor, bem como uma apresentação do planejamento do SENAES para os próximos anos (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

O SENAES, regulamentado através do decreto 11.359, de 01 de janeiro de 2023, apresenta uma estrutura ainda bastante reduzida, com um gabinete e dois departamentos, conforme ilustração a seguir:

Figura 04 – Estrutura da SENAES



Fonte: Elaborado pelo autor

Nos artigos 33, 34 e 35 do supracitado decreto, são estabelecidas as atribuições da SENAES, bem como dos dois departamentos vinculados:

Art. 33. À Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária compete:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos públicos em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças e outras formas de organização deste setor e estimular o cooperativismo de crédito;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, com vistas ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias com outros órgãos do Governo federal e com órgãos dos Governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar parcerias com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar as atividades de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

IX - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência; e

X - promover a articulação com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Art. 34. Ao Departamento de Parcerias compete:

I - promover ações e elaborar e coordenar programas que visem ao desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária;

II - coordenar a articulação e o desenvolvimento de parcerias com organizações não governamentais, entidades de classe, universidades e outras instituições, com vistas ao desenvolvimento de programas de economia solidária;

III - promover a expansão dos empreendimentos solidários, mediante fomento à abertura de canais de comercialização e a divulgação dos conceitos de comércio justo e consumo ético;

IV - promover a articulação de políticas de financiamento que viabilizem a criação de novos empreendimentos e o desenvolvimento e consolidação dos já existentes; e

V - cooperar com as Secretarias do Ministério e com outros órgãos públicos para o desenvolvimento de linhas de crédito que sejam mais adequadas aos empreendimentos solidários.

Art. 35. Ao Departamento de Projetos compete:

I - colaborar com o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas na área da economia solidária;

II - em articulação com a Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho Secretaria-Executiva, apoiar a produção e a divulgação de dados e estatísticas na área de economia solidária;

III - promover seminários, encontros e outras atividades que tenham por objetivo a divulgação e a promoção da economia solidária;

IV - coordenar estudos da legislação que visem ao fortalecimento da economia solidária; e

V - apoiar iniciativas das universidades com vistas à criação de campo acadêmico e científico da economia solidária.

Verifica-se pelas atribuições da secretária, assim como de seus departamentos, uma forte proposta de parcerias e projetos que envolvem as universidades para o fortalecimentos da economia solidária, o que abre a possibilidade de uma série de ações organizadas e implementadas em conjunto, como o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional, que destina R\$ 9 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para capacitação de 2.880 agentes de economia solidária, em parceria com o Instituto Federal da Bahia e Instituto Federal de São Paulo (AGENCIA BRASIL, 2023).

Segundo o secretário da SENAES, Gilberto Carvalho, essas capacitações fazem parte da implementação de uma política pública que visa estruturar o Sistema Nacional de Formação de Economia Solidária, que se divide em dois eixos: Qualificação e Fomento. Para qualificação serão lançados editais para agentes de economia solidária, que realizarão diagnóstico e conduzirão as políticas públicas nos territórios e quanto ao fomento, o secretário afirmou à Agencia Brasil:

“Da mesma forma, como nós, de maneira adequada financiamos a grande produção industrial, a grande produção agrícola, nós temos que financiar, fomentar, dar condições técnicas e econômicas para que a economia solidária, os empreendimentos tenham de fato capital de giro, tenham condição de disputar mercado, tenham equipamentos e todo o necessário para o empreendimento ser saudável e ter sustentabilidade” (AGENCIA BRASIL, 2023).

Atualmente, segundo levantamento realizado por Krebs e Fischer (2024), o cenário da economia solidária no Brasil se ampliou bastante em comparação com aquele registrado em 2005 pela SENAES, com a seguinte composição:

Figura 05 – Organização da Economia Solidária no Brasil em 2024



Fonte: (KREBS; FISCHER, 2024).

Segundo as autoras, a apresentação do diagrama em formato circular indica a relação que existe entre os vários atores que se mobilizam em torno dos princípios da economia solidária e atuam de formas diversas através de uma complexa rede cooperação e apoio representado pelas setas duplas que indicam a articulação e relação de contribuição mútua entre os participantes que desempenham suas funções ligados por linhas da mesma cor das instâncias a que estão diretamente vinculados (KREBS; FISCHER, 2024).

Em uma leitura inicial do diagrama percebe-se na cor roxa a instância do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), onde estão divididos em fóruns locais, estaduais e

macrorregionais que totalizam mais de 160 fóruns nacionalmente e que compõem o espaço de deliberação através das plenárias que apresentam diretrizes a cerca de 3000 empreendimentos econômicos solidários (EES), que estão representados na cor azul no diagrama e englobam associações, cooperativas populares, coletivos de trabalho e empresas recuperadas (KREBS; FISCHER, 2024).

Na sequência, em verde, temos as Redes e Uniões de EES formadas por entidades que congregam os empreendimentos que atuam em diferentes segmentos como União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (UNICATADORES), a Federação Nacional das Cooperativas de Mobilidade Urbana (Liga Coop) e a Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários (UNISOL). Entidades de crédito também estão presentes como a Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL); a Rede Brasileira de Bancos Comunitários; as Redes de Economia Solidária (RES) entre outras (KREBS; FISCHER, 2024).

Também compõem a rede de economia solidária as organizações e entidades de apoio e fomento como ONGs, organizações da sociedade civil, igrejas e pastorais sociais e agências de desenvolvimento solidário que se mobilizam através de entidades sindicais de trabalhadores de diversas classes. Universidades, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica se fazem presentes através diversas redes como as ITCPs, Rede Unitrabalho, Rede IF Ecosol atuando através das incubadoras tecnológicas (KREBS; FISCHER, 2024).

Finalizando o diagrama, temos as instâncias de Políticas Públicas de Economia Solidária, nas quais estão secretarias como a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) e seus departamentos e coordenações, conselhos como o Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES), a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária e as Frentes Municipais, Estaduais e Nacionais de Parlamentares de Economia Solidária que são entidades importantíssimas na implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da economia solidária em todos os âmbitos, assim como as Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES), que se constituem em espaços democráticos de participação e cooperação social (KREBS; FISCHER, 2024).

No sentido de colocar em prática as políticas públicas planejadas e em fase de implementação pelas diversas organizações que compõem essa rede de sustentação da

economia solidária no Brasil, se faz imprescindível a participação das universidades e institutos federais neste processo, envolvendo várias formas de colaboração, seja na formação e capacitação de trabalhadores, na elaboração de estudos e pesquisas científicas sobre a temática e também no acompanhamento de projetos e empreendimentos de economia solidária através das Incubadoras de EES vinculadas às instituições universitárias por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Institucionalmente, as universidades brasileiras têm mantido um profundo relacionamento com a comunidade através de uma gama de ações voltadas a aproximar a academia da dinâmica social de forma ampla e fundamentada em suas bases indissociáveis do ensino, pesquisa e extensão. Em particular, esta última tem o caráter mais específico de realizar esta ponte e manter uma comunicação que facilite esta interação, identificando necessidades e intervindo de maneira mais ostensiva, através de projetos que abrangem uma infinidade de áreas e saberes estabelecendo assim uma constante troca de conhecimentos e experiências com a participação direta da comunidade e de docentes, estudantes, técnicos e outros profissionais (SILVA et al, 2020).

A forte atuação das incubadoras de empreendimentos de economia solidária nos últimos trinta anos faz com que este canal se consolide cada vez mais como um importante meio de efetivação de projetos de extensão, orientados à grupos de trabalhadores associados e organizados no sistema de autogestão, solidariedade e democracia para superar as dificuldades e criar perspectivas de geração de trabalho e melhores condições de vida para o território e seus habitantes (CULTI, 2011).

A forma como ocorre esta interação é bastante variada em seu contexto metodológico, porém a preservação da autonomia dos grupos em processo de incubação é decisiva no sentido de êxito no processo de parceria, estabelecimento de objetivos e potencialização dos ganhos sociais, vivenciais e de geração de renda (ADDOR; LARICCHIA, 2018). Considerando que as ações estão voltadas a construção de conhecimento e troca de experiências, elas estão perfeitamente alinhadas ao papel das universidades “essa estratégia articula os diferentes saberes – o conhecimento acadêmico sistematizado com o conhecimento popular empírico – e gera soluções adequadas ao contexto trabalhado e às características sociais, econômicas e culturais dos trabalhadores” (ADDOR; LARICCHIA, 2018, p. 15).

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP's) e as incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários (ITES), através do envolvimento de diversos grupos transversalmente vinculados pelo tema economia solidária, têm auferido grande notoriedade por esta conexão que possuem com a comunidade no assessoramento de

empreendimentos coletivos através de uma dinâmica prático-educativa que possibilita vantagens para todos os envolvidos. Esse processo demanda conhecimentos técnicos de atividades de gestão, produção, operacionalização, comercialização, logística e inserção em cadeias de produção e arranjos locais de forma cooperativa (PERISSÉ et al, 2017; LEAL, 2018).

As ITCP's e ITES, em geral atuam por meio de projetos de extensão vinculados a iniciativas populares de trabalho coletivo, quase sempre de âmbito local em áreas urbanas e rurais próximas às unidades acadêmicas. A assessoria prestada pela incubadora é ampla e envolve apoio jurídico, administrativo, tecnológico, ligados aos processos de formalização, legalização, capacitação técnica, formação cooperativa e acesso às políticas públicas e de incentivo aos empreendimentos econômicos solidários (SILVA et al, 2020).

Segundo Vechia et al (2011), em 1995 surge a primeira ITCP, na UFRJ, voltada a interagir com a comunidade local para criar soluções no enfrentamento do desemprego e da pobreza verificados nas favelas vizinhas à Fundação Osvaldo Cruz, em Manguinhos, com o seguinte questionamento: “o que as universidades podem fazer para reverter o quadro de miséria das populações mais pobres?” suscitando a reflexão de como as tecnologias eram criadas, pesquisadas e implementadas no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial das comunidades do entorno das universidades públicas (SANTOS; CRUZ, 2008). Daí vem a ideia da universidade “subir o morro e o morro descer à universidade” e criar-se uma incubadora de empreendimentos populares que “haveria de ser uma incubadora ‘tecnológica’, porque haveria que se compreender que a tecnologia não deve estar apenas a serviços de poucos” (Vechia et al, 2011, p. 8).

Este exemplo foi seguido por outras universidades em todo o país de modo ao final dos anos 1990 foi possível a criação de uma Rede de ITCP's, que a partir da sua ampliação passou a fazer parte da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho (REDE UNITRABALHO), vínculo que permaneceu até o ano de 2002, quando as ITCP's saem da Rede UNITRABALHO e constituem novamente a Rede ITCP's, assim estabeleceu-se a configuração que tem-se até os dias atuais, com duas redes: a Rede de ITCP's e a Rede UNITRABALHO, ambas promovendo a criação e compartilhamento de conhecimento e tecnologias no campo da economia solidária (VELLOSO; MORAIS; MENEZES, 2020).

No sentido de apoiar estas iniciativas e fortalecer a atuação das incubadoras universitárias, no ano de 2010, foi institucionalizado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), com os seguintes objetivos:

“A finalidade do Proninc, conforme o Decreto no 7.357 de 17/11/2010, é o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos de economia solidária (EES), buscando atingir os seguintes objetivos: i) geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos EES; ii) construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EES pós-incubação; iii) articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; iv) desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial; v) formação de discentes universitários em ESS; e vi) criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da ESS nas instituições de ensino superior” (Velloso, Morais e Menezes, 2020, p. 137).

No ano de 2016, a SENAES registrava aproximadamente 110 incubadoras vinculadas à universidades com projetos fomentados pelo PRONINC, sendo assim o programa foi muito importante para manter em funcionamento todos os processos de incubação desde a concepção até o atingimento da autonomia necessária para desvinculação da ITCP ou ITES, no estágio final, conhecido por desincubação (SANTOS; CRUZ, 2008).

A criação de ITCPs ou ITESs, de certa forma, reflete o nível de engajamento de cada universidade pública, uma vez que uma parte dos recursos é oriundo da própria instituição, como a participação de professores, técnicos, estrutura física, veículos entre outras despesas, assim a ação das incubadoras se apresenta como eficientes políticas públicas que desenvolvem tecnologias sociais aplicadas na organização do trabalho associado, autogestão e propriedade coletiva e compartilhada dos meios de produção (IADH, 2011).

Infelizmente o engajamento das universidades para criação e manutenção de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão voltados a apoiar empreendimentos populares e cooperativos, através das incubadoras de economia solidária, não acompanha a demanda e representa apenas uma pequena parcela dos recursos alocados pelas instituições quando comparado às incubadoras tradicionais

As consequências desta lógica de comportamento estão presentes em quase todos os seguimentos da sociedade e as universidades não são exceções, quando se analisa o contexto dos cursos de Administração no Brasil em similaridade com o que ocorre no exterior, nota-se uma tendência a “mercantilização” do ensino e deficiência de conteúdos e abordagens pedagógicas (PAULA; RODRIGUES, 2006), que apesar de haver promovido o crescimento do acesso à universidade, regrediu em qualidade quanto ao aprofundamento das pesquisas

(PARKER; JARY, 1995), com a massificação do ensino em algo como define Ritzer (1993), a “macdonaldização” da educação superior o que se reflete nas condições de trabalho dos professores e consequentemente na formação dos discentes.

Em particular, no caso dos Estados Unidos, Pfeffer e Fong (2004), apontam que além do fracasso no desempenho no ensino e pesquisa da administração, as escolas de negócios americanas são bastante criticadas pelo enfoque dos interesses instrumentais com olhar exclusivo no mercado, com práticas gerencialistas (GHOSHAL, 2005), fortemente influenciadas pelo “*management*”, que estimula a competição como prática natural e recorrente.

Há mais de quatro décadas atrás, Maurício Tragtenberg (1979), já criticava a pouca preocupação da finalidade social do conhecimento, o que chamava de “delinquência acadêmica”, onde observava a predominância do tecnicismo e do produtivismo acadêmico, sobrepondo-se ao humanismo, o que transformava o ensino e a pesquisa em administração em uma “mercadoria” afastando as universidades do seu papel social.

Essa visão também é compartilhada por outros expoentes da administração crítica no Brasil, como Alberto Guerreiro Ramos (1983, 1989), quando afirma que a administração enquanto ciência não abarca condições de analisar e interpretar a complexidade dos fenômenos na diversidade de organizações cada vez mais sofisticadas, uma vez que utiliza uma lente que reduz a visão apenas ao enclave do mercado estimulado pela racionalidade predominantemente instrumental desconsiderando importantes elementos de análise da racionalidade substantiva que oferecem uma visão ampliada das organizações e os atores que a compõe, suas ações, expectativa e comportamento.

Para da Costa Araújo (2021), há o entendimento de que os planos pedagógicos de cursos criados em instituições de educação profissional são pautados e formulados a partir de uma abordagem puramente mercadológica para atender aos interesses de corporações que lucram com a formação de mão-de-obra alinhada às suas necessidades, onde fatores humanísticos, sociais e ambientais não são considerados, tendo como base o modelo do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1989), e destaca que “para se alterar essa realidade as instituições precisam se livrar dos antolhos conceituais inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado” em conformidade com o ilustre economista:

A crítica de Ramos (1989) aponta principalmente para o fato de não serem levados em considerações às atividades não geradoras de lucro, como as atividades domésticas e de subsistência, mas que no contexto social se apresentam imprescindíveis à manutenção do equilíbrio socioeconômico

local e também que o montante e qualidade do consumo do cidadão estão expressos apenas naquilo que ele compra. A partir dessas duas premissas, às quais denominou de “ilusões” e “pontos cegos”, indica que as políticas públicas alocativas do governo têm sido incapazes de ultrapassar o círculo vicioso do sistema de mercado, para tirar vantagem das possibilidades existentes de construção de uma variedade de ambientes produtivos, que não dispõem de dinheiro, como parte da sociedade multicêntrica (DA COSTA ARAÚJO, 2021).

Ann Louise Cunliffe (2002), destaca que a abordagem mais reflexiva no ensino coloca em questão práticas gerencialistas, tecnicistas e de legitimação de poder difundidas tradicionalmente, incentivando o aluno a refletir e desenvolver suas ideias através da construção de uma visão crítica da gestão e dos estudos organizacionais, sendo capaz de formular perspectivas próprias a partir da observação e vivência dos fenômenos que ocorrem no ambiente das organizações, que são altamente complexos e que demandariam análises mais aprofundadas e sofisticadas para entender os variados fenômenos que se desenvolvem nas organizações envolvendo uma infinidade de atores e diferentes concepções, decisões e comportamentos (CHIA, 2000; PAULA, 2006).

Considerando essa perspectiva, um grande desafio da educação superior, em particular os cursos da área da ciências sociais aplicadas é capacitar as pessoas de maneira que atendam as demandas do mercado, mas que também estejam prontas para implementar as mudanças que a sociedade precisa (COSTA; COTTA, 2014), aliando ferramentas práticas a epistemologias críticas (PAULA, 2008) para formação integral do estudante sob o ponto de vista profissional e de cidadania e humanização do indivíduo, combinando instrumentos e práticas frutos da complexidade das relações com criatividade, arte, ciência, inovação de modo adotar melhores soluções levando em conta coragem e sensibilidade, mesmo sem a segurança dos modelos racionais (MEYER JUNIOR; LOPES, 2015).

Em relação a essa formação integral do estudante, uma preocupação que se faz presente nos IFs, com vistas a preparação dos sujeitos para o mundo do trabalho, é alvo de grande disputa de interesses, onde constata-se a prevalência da formação para o trabalho assalariado e também dos processos formativos voltados ao empreendedorismo, que têm sido muito difundidos. Assim, é preciso trazer ao debate e implementar ações de formação para o trabalho associado e autogestionário, a partir das vivências concretas que ocorrem em vários campi dos IFs em diferentes regiões do país (KREBS, 2024).

2.4 A formação humana integral e para o trabalho associado nos IFs

A concepção de formação humana integral é fundamental para a compreensão da proposta de educação emancipatória que está presente na constituição dos IFs e se fundamenta em uma das principais categorias no campo da educação profissional e tecnológica, onde desde sua criação está voltado a necessidade de superar concepções utilitaristas e fragmentadas da educação, que tendem a reduzir a escola à preparação imediata de mão-de-obra para suprir as necessidades do mercado.

Em oposição a este processo, a formação integral propõe articular ciência, cultura, tecnologia e trabalho, visando ao desenvolvimento omnilateral dos sujeitos, como apontam os referenciais clássicos que tratam do tema como Karl Marx, Antonio Gramsci, Dermeval Saviani, Paulo Freire, István Mészáros, Gaudêncio Frigotto, Marise Ramos, Lucília Machado, entre outros.

Em Karl Marx encontra-se a base ontológica dessa concepção, ao compreender o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana e asseverar em sua obra que “o trabalho é a atividade vital própria do homem, a confirmação da sua vida genérica, da sua vida humana” (MARX, 2010, p. 84). Essa dimensão antropológica fundamenta a ideia de que através do trabalho, em suas múltiplas dimensões, orienta os caminhos a serem percorridos pela sociedade, como afirma Ramos (2008):

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos, estéticos, morais e simbólicos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (Ramos, 2008, p.4).

Marx e Engels (2007) projetam uma sociedade na qual ninguém tem uma esfera exclusiva de atividade, mas cada um pode aperfeiçoar-se em qualquer ramo que deseje, o que dá um sentido de liberdade no exercício de diversas profissões, desenvolvendo seu potencial em diferentes frentes:

O indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas

pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (Marx; Engels, 2007, p.38)

Gramsci aprofunda essa discussão a partir da formulação da escola unitária e da compreensão ampliada de Estado, onde para o autor, o Estado não se restringe ao aparato repressivo, mas compõe-se de sociedade política e sociedade civil, esta última constituída por aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos, partidos, igrejas e escolas, nos quais se exerce a disputa ideológica (GRAMSCI, 2002). Diferentemente da concepção clássica de Marx e Engels, para quem o Estado era, sobretudo, “um comitê para gerir os negócios da burguesia” (MARX; ENGELS, 2015, p. 47).

Gramsci reconhece que nas sociedades capitalistas avançadas a sociedade civil adquire maior densidade, tornando-se espaço estratégico para a luta pela hegemonia (NASCIMENTO, 2010).

O princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação (Gramsci, 1982, p.130).

Nesse contexto, a escola aparece como um campo privilegiado para a disputa cultural e política e é com base nessas reflexões que Gramsci propõe a escola unitária, entendida como um modelo de formação comum, humanista e geral para todos os sujeitos, independente de sua origem social, como acentua:

A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto,

deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretanto como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (Gramsci, 1982, p.136).

Assim, Gramsci rejeita a multiplicação de escolas profissionais voltadas apenas a estratos sociais específicos, pois tais instituições tendem a perpetuar a estratificação social e a limitar a classe trabalhadora a funções instrumentais. Seu ideal é uma escola que permita a qualquer cidadão tornar-se dirigente, ou seja, capaz de participar ativamente da vida política e social, sem distinção conforme segue:

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir numa tendência democrática. Por exemplo: operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar (Gramsci, 1982, p.137).

Outro ponto central em Gramsci (1982) é a reafirmação do trabalho como princípio educativo. Para ele, a atividade teórico-prática constitui a base para a formação cidadã e para a compreensão crítica da realidade. O autor observa que o trabalho deve ser concebido como mediação entre o homem e a natureza, permitindo a construção de uma visão de mundo “liberta de toda magia ou bruxaria” e abrindo caminho para uma concepção histórico-dialética, como descreve:

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola elementar, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de

uma concepção histórico-dialética do mundo, para a compreensão do movimento e do devenir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (Gramsci, 1982, p.131).

Nesse sentido, Ramos (2008), corroborando tanto com Marx e Engels, quanto com Gramsci, entende que o trabalho não deve ser reduzido ao simples “aprender fazendo”, mas compreendido como atividade formadora que articula ciência, cultura e vida social e não obstante a essa concepção, para a autora, tratar a atividade laborativa como princípio educativo “equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la” (Ramos, 2008, p.4).

No contexto dos Institutos Federais, a proposta da escola unitária gramsciana encontra forte ressonância. O projeto político-pedagógico dos IFs se pauta pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pelo compromisso social e pela democratização do acesso. Guergoletto (2025) demonstra como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) funcionam como espaços gramscianos de disputa de hegemonia, articulando a formação acadêmica com a realidade social e promovendo a autogestão e a cooperação, como afirma Tiriba (2008) quando fala da escola unitária:

No horizonte da emancipação humana, propicie uma educação integral à classe trabalhadora. Ao invés de uma formação instrumental e “imediatamente interessada” para atender às demandas do mercado de trabalho, a escola unitária de Gramsci pressupõe uma formação humanista, de cultura geral, para todos (Tiriba, 2008, p.73).

Dessa forma, os IFs, ao unirem ciência, cultura e trabalho em projetos de extensão, ensino integrado e práticas formativas emancipatórias, concretizam a visão gramsciana de uma escola que não apenas prepara para funções instrumentais, mas possibilita aos estudantes tornarem-se dirigentes, no sentido de exercer criticamente seu papel na sociedade. Em outras palavras, a escola unitária encontra nos IFs contemporâneos uma materialização parcial, ainda tensionada por contradições internas e externas, mas orientada por princípios de emancipação e democratização (TITIBA, 2008).

Saviani, por sua vez, ao elaborar a pedagogia histórico-crítica, sistematiza a defesa da formação integral, a qual, para ele:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente

pelo conjunto dos homens [...] a prática pedagógica tem como tarefa possibilitar a apropriação, pelas novas gerações, dos conhecimentos sistematizados, das habilidades, dos valores, das atitudes e dos modos de ação que foram produzidos historicamente pela humanidade (SAVIANI, 2003, p. 21, 23).

Essa formulação, presente também em Ramos (2008), reforça que a EPT deve possibilitar o acesso aos conhecimentos científicos, culturais e artísticos, não apenas técnicos.

Paulo Freire contribui ao defender a educação como prática de liberdade. Em *Pedagogia do Oprimido*, afirma: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 68). Essa perspectiva dialoga com a formação para o trabalho associado e autogestionário, fundamentando práticas pedagógicas que valorizam o diálogo e os saberes da experiência.

Mészáros (2008, p. 27) adverte que “nenhuma reforma educacional significativa é possível dentro do quadro de referência do capital” e faz uma reflexão sobre essa relação nos dias atuais:

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como foi descrito neste texto. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas (Mészáros, 2005, p. 76-77).

Essa crítica é fundamental para compreender os limites da formação integral em um contexto de avanço da mercantilização da educação. Guergoletto (2025) reconhece esse desafio ao apontar as tensões entre os valores emancipatórios das incubadoras e as demandas do mercado, como aponta sua pesquisa:

A existência de programas ou projetos de ITCPs vinculadas aos *campi* dos IFs contribuem com a formação integral dos(as) estudantes e podem contribuir com o fomento da Tecnociência Solidária. As evidências levantadas com a pesquisa teórica demonstraram a proximidade entre a formação integral e os princípios que regem as incubadoras. Assim como a proposta da formação integral parte do pressuposto do trabalho como princípio educativo do ser humano, a Economia Solidária - e a Tecnociência Solidária dela derivada - assumem também a centralidade do trabalho para a constituição do ser humano (Guergoletto, 2025, p.216).

Outros autores brasileiros contemporâneos aprofundam esse debate, como Frigotto (2001) que ressalta que a formação integral deve estar orientada pela construção de um projeto contra-hegemônico, ao afirmar que “a escola pública deve ser um espaço de resistência e criação de alternativas frente às imposições do capital” (p. 115).

Ramos (2008) discute a integração curricular como estratégia de efetivação da formação omnilateral, destacando que:

A integração pressupõe a superação da dualidade entre formação geral e formação técnica. Essa concepção vincula-se à noção de formação humana integral, que implica acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, e não apenas técnicos, possibilitando aos trabalhadores compreender e intervir criticamente na realidade social.” (RAMOS, 2008, p. 37).

Já Machado (2010) defende que a educação profissional e tecnológica precisa estar vinculada à emancipação da classe trabalhadora, considerando que: “a formação integral é condição de cidadania plena” (p. 89) e aponta que a educação promova a autonomia, indo além do conhecimento técnico e deve “superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos alunos, para realizar o objetivo da educação integral” (p. 92).

Singer (2005) enfatiza a dimensão educativa da economia solidária, ressaltando que a cooperação e a solidariedade são aprendidas socialmente e dependem do contexto social em que o indivíduo se insere. Nesse sentido, afirma:

Todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive” (SINGER, 2005, p. 16).

Oliveira (2025) mobiliza essa concepção ao defender a curricularização da economia solidária como contraponto ao empreendedorismo dominante e reafirma a posição dos IFs como promotores da cultura do trabalho associado e autogestionário como alternativa ao discurso hegemônico das classes dominantes influenciadas por um viés utilitarista e funcional baseado na meritocracia e na superação dos obstáculos através da ação individual estabelecendo uma relação de concorrência com outros trabalhadores.

Considerando as contribuições teóricas destes autores, tanto clássicos, como contemporâneos, apresenta-se a seguir um quadro teórico a cerca do posicionamento de cada um sobre a formação humana integral dos indivíduos e seus reflexos na sociedade em constante transformação:

Quadro 02 – Concepções de Formação Humana Integral em Autores Clássicos e Contemporâneos

Autor	Concepção sobre a Formação Humana Integral
Karl Marx	Fundamenta a concepção ontológica: o trabalho é atividade vital e fundante da sociabilidade humana. A formação integral deve possibilitar o desenvolvimento omnilateral, superando a fragmentação e a alienação impostas pela divisão social do trabalho.
Friedrich Engels	Junto a Marx, defende uma sociedade em que cada indivíduo não se limite a uma atividade exclusiva, mas possa desenvolver-se em diferentes áreas, garantindo liberdade de escolhas e potencialidades humanas múltiplas.
Antonio Gramsci	Propõe a escola unitária, comum e humanista, que articule trabalho, ciência e cultura, rompendo com a dualidade entre escolas profissionais e gerais. Defende o trabalho como princípio educativo e a formação de sujeitos capazes de pensar, dirigir e transformar a realidade.
Dermeval Saviani	Na pedagogia histórico-crítica, entende que o trabalho educativo deve produzir intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade historicamente construída. A formação integral deve assegurar acesso ao conhecimento científico, artístico e cultural.
Paulo Freire	Defende a educação como prática de liberdade, baseada no diálogo e na valorização dos saberes populares. A formação integral só ocorre na comunhão coletiva, possibilitando consciência crítica e ação transformadora.
István Mészáros	Afirma que nenhuma reforma educacional é possível nos marcos do capital. A formação integral deve estar vinculada a uma transformação social radical e emancipadora, inseparável do projeto de superação da

	lógica do capital.
Gaudêncio Frigotto	Ressalta que a formação integral deve ter caráter contra-hegemônico, transformando a escola pública em espaço de resistência às imposições do mercado e de criação de alternativas emancipadoras.
Marise Ramos	Defende a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho. A formação integral não é simples 'aprender fazendo', mas a compreensão do trabalho como atividade formadora e princípio educativo.
Lucília Machado	Defende que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve articular-se à emancipação da classe trabalhadora, entendendo a formação integral como condição para o exercício pleno da cidadania.
Paul Singer	Reforça a importância da economia solidária como prática educativa que estimula cooperação em vez de competição. A formação integral deve fomentar valores de solidariedade e autogestão.
Guilherme Oliveira	Defende a curricularização da economia solidária como contraponto ao empreendedorismo hegemônico, fortalecendo práticas formativas emancipatórias nos IFs.
Gustavo Guergoletto	Mostra como as ITCPs nos IFs funcionam como espaços de materialização da formação integral, articulando ciência, trabalho e cooperação em práticas de tecnociência solidária.

Fonte: Elaborado pelo autor

Em uma análise sobre a fundamentação teórica que sustenta a relação entre educação e economia solidária no Brasil é possível constatar que a forte influência dos autores clássicos, como Marx e Gramsci se desdobram em contribuições contemporâneas que adaptam esses conceitos à realidade brasileira através de uma relação pode ser compreendida por meio de um movimento de continuidade ontológica e de especificação prática.

A principal aproximação entre os grupos de autores reside na concepção do trabalho como atividade vital e fundante da sociabilidade humana. A base estabelecida por Marx e Engels, que defende a superação da alienação por meio do desenvolvimento "omnilateral", encontra eco direto nas obras de Saviani, Frigotto e Ramos. Para estes autores contemporâneos, a formação humana integral não deve ser reduzida ao "aprender fazendo" técnico, mas compreendida como uma atividade que articula ciência, cultura e vida social (SAVIANI, 2011; RAMOS, 2008).

Dermeval Saviani, ao formular a pedagogia histórico-crítica, aproxima-se de Marx ao entender que o trabalho educativo deve produzir intencionalmente a humanidade em cada indivíduo, assegurando o acesso ao conhecimento acumulado historicamente. Da mesma

forma, Marise Ramos corrobora com a visão de Gramsci ao defender que tratar a atividade laborativa como princípio educativo equivale a reconhecer o ser humano como produtor e transformador de sua própria realidade (GRAMSCI, 1982; MARX, 2013; RAMOS, 2008).

A influência de Antonio Gramsci é central na arquitetura dos Institutos Federais, especialmente no conceito de "escola unitária". Essa proposta, que busca romper com a dualidade entre o ensino profissional (manual) e o propedêutico (intelectual), é o que fundamenta a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão defendida por autores como Fischer, Krebs e Oliveira (FISCHER; KREBS, 2023).

O distanciamento entre os grupos não ocorre por negação teórica, mas pela necessidade contemporânea de oferecer respostas às crises do capitalismo global e à precarização do trabalho no século XXI. Enquanto os clássicos focaram na análise macroestrutural do modo de produção, os autores contemporâneos avançam para a proposição de modelos alternativos de gestão e produção.

Paul Singer, por exemplo, embora ancore sua visão no movimento histórico de resistência ao capitalismo (uma visão marxista), propõe a economia solidária como uma alternativa prática e imediata de superação da pobreza por meio do trabalho associado e da autogestão. Este foco na "gestão social" e na "racionalidade substantiva" (em contraposição à instrumental) é uma marca do pensamento contemporâneo que busca instrumentalizar a teoria para a criação de políticas públicas (SINGER, 2002).

Renato Dagnino estabelece um distanciamento criativo ao propor a "Tecnociência Solidária", na qual expande a crítica clássica à tecnologia capitalista ao defender uma plataforma cognitiva voltada especificamente para a autogestão e para a transformação social, adequando o saber científico às demandas dos empreendimentos populares. Por fim, Paulo Freire conecta-se a essa linhagem ao transpor a disputa de hegemonia gramsciana para a sala de aula e para a extensão, definindo a educação como uma "prática de liberdade" baseada no diálogo, essencial para a formação de sujeitos capazes de gerir cooperativas e associações de forma autônoma (DAGNINO, 2014; FREIRE, 1987).

Essas reflexões convergem para o papel dos Institutos Federais como espaços estratégicos de materialização da formação humana integral no contexto da EPT dos Institutos Federais, a qual não se apresenta apenas como uma diretriz pedagógica, mas um projeto político de emancipação. Fundamentada em grandes autores clássicos que dialogam com outros pesquisadores contemporâneos, essa concepção reafirma o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a valorização da cooperação e da autogestão. Sua aplicação prática nos IFs mostra que é possível construir

experiências contra-hegemônicas que respondam às necessidades concretas da classe trabalhadora, fortalecendo a luta por uma sociedade mais justa e solidária (GUERGOLETT, 2025).

Em linha com esse processo, a formação para o trabalho associado e autogestionário é colocada em prática nos IFs, tendo como base o processo histórico que envolve a relação entre trabalho e a associa com a educação profissional e tecnológica no Brasil, que a partir dos anos 1990, impulsionados pelo processo de democratização efetiva do sistema educacional brasileiro, educadores comprometidos com a causa têm realizado importantes contribuições, apresentado propostas que estabelecem a vinculação do trabalho como princípio educativo, bem como especificando de que forma a educação para o mundo do trabalho deve ser implementada (KUENZER, 1991).

A trajetória do desenvolvimento da produção originou a divisão do trabalho a partir do rompimento da unidade das comunidades primitivas em consequência da posse privada da terra, o mais importante fator de produção, que provocou a separação dos homens em classes, daqueles que detêm o controle da terra como bem privado e vivem do trabalho alheio e aqueles que não sendo possível viver sem trabalhar, vendem sua força de trabalho aos proprietários das terras (SAVIANI, 2007, p. 155).

Kuenzer (1991) argumenta que a divisão técnica e social do trabalho em classes é uma condição natural para a manutenção do sistema capitalista de produção, uma vez que, desvinculando a teoria da prática, acaba preparando os trabalhadores para assumirem posições técnicas e hierárquicas diversas na engrenagem produtiva, o que é visto como uma consequência do próprio sistema educacional que perpetua essa dualidade em sua estrutura, sendo uma característica marcante do sistema educacional brasileiro.

Para Tiriba (2008, p. 72) “ao longo da história do capitalismo, aos trabalhadores tem sido negado o acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os fundamentos econômicos e filosóficos do mundo do trabalho” e destaca ainda que a estruturação do processo de trabalho tem uma ligação direta com a questão da propriedade dos recursos produtivos conferindo ao capitalista o "direito" de adquirir mão de obra e criar um esquema de trabalho para que os empregados em conjunto possam gerar com a maior produtividade possível. Assim, o avanço tecnológico e a divisão técnica do trabalho se tornam componentes cruciais para assegurar o aumento da produção e, consequentemente, a incorporação efetiva do trabalho ao capital.

Apesar da natureza educativa do trabalho, no capitalismo, sua configuração como trabalho alienado tem contribuído para a desconexão e desapropriação dos conhecimentos adquiridos através da experiência, comprometendo severamente a qualificação do trabalhador. Certamente, as modernas tecnologias de produção e administração do trabalho, baseadas na filosofia toyotista, demandam uma nova capacitação profissional, no entanto, a ciência em sua plenitude, continua sendo um privilégio para poucos (TIRIBA, 2008).

Considerando essa condição e seus reflexos na formação para o trabalho, Fischer e Franzoi (2009, p. 37), afirmam que essa dualidade pode ser compreendida quando se observa o “ensino acadêmico para aqueles que farão sua formação profissional na educação superior, e ensino profissionalizante, já no nível médio, para aqueles cuja entrada no mercado de trabalho dar-se-á precocemente.” Esse fenômeno é um traço marcante da cultura educacional do país ao longo de décadas, ora mais explícita e ora mais camuflada, mas sempre presente na trajetória da sociedade brasileira.

Para Tiriba (2008, p. 73), “os projetos de formação de trabalhadores caminham de mãos dadas com um determinado projeto societário” e a partir dessa ótica identifica três eixos com visões político-pedagógicas que traduzem a perspectiva do capital: a) formação para a empregabilidade, baseada no acúmulo de capacidades e competências (com objetivo de tornar-se mão-de-obra atrativa e facilmente vendável no mercado de trabalho capitalista); b) formação empreendedora (para promover a criação e gestão do negócio próprio e assim se tornar dono do empreendimento e o patrão de si mesmo) e c) formação para o (falso) cooperativismo (com objetivo de obter vantagens a partir da flexibilização das relações entre capital e trabalho garantidas pela legislação própria). Invariavelmente a educação é vista como mercadoria e a teoria do capital humano é relativizada, em razão disso é necessário se distinguir claramente as diferenças conceituais, históricas e materiais entre o trabalho assalariado (emprego), o empreendedorismo e o trabalho associado e autogestionário.

Na concepção de Fischer, Pereira e Tiriba (2013, p. 70) “[...] os jovens devem ser considerados como sujeitos de direitos, entre os quais o direito ao trabalho associado” e afirmam que diferentemente da cultura do emprego assalariado e do empreendedorismo, em uma perspectiva oposta a racionalidade capitalista, é possível vislumbrar as prática do trabalho associado que de forma objetiva e subjetiva, adotam dimensões e princípios que conduzem os indivíduos à conquista da autonomia, em um processo de emancipação e liberdade (FISCHER; PEREIRA; TIRIBA, 2013, p. 70).

Novaes e Okumura (2024, p.34), seguindo essa mesma linha de pensamento, também apresentam que “a formação para o mercado de trabalho, a agenda do empreendedorismo, do

inovacionismo, do produtivismo, do mimetismo científico deverão ser problematizadas, dando origem a outros pilares de um possível e necessário sistema educacional para além do capital”, comprometidos com a emancipação do trabalhador e desmercantilização das relações sociais. (NOVAES; OKUMURA, 2024).

Os autores propõem ainda que “em vez de disseminar a ideologia e a prática das profissões liberais, do empreendedorismo e da carteira assinada (vendedores da força de trabalho), a proposta deveria girar em torno do ensino e da vivência da autogestão, da educação no e para o trabalho autogestionário”. (NOVAES; OKUMURA, 2024, p.63).

Em uma análise aprofundada, Krebs (2025) demonstra em seu estudo que se tornou bastante comum em instituições educacionais que possuem em seus documentos normativos de política de ensino a presença do trabalho associado e autogestionário em suas matrizes curriculares de forma vinculada aos saberes práticos oriundos das experiências vivenciadas na economia solidária, associativismo e cooperativismo popular, estejam relacionados e muitas vezes até de subordinados ao empreendedorismo. Assim, é imprescindível esclarecer de forma contundente as diferenças entre o empreendedorismo e o trabalho associado e autogestionário, que se configuram como propostas totalmente antagônicas.

Na concepção de Lima (2024):

O empreendedorismo é cada vez mais percebido como alternativa ao trabalho assalariado regular, formalizado, no qual se vincula relação de trabalho com direitos sociais. Esta “alternativa” se configurou e se fortaleceu a partir da reestruturação econômica da década de 1990, marcada, de um lado, por mudanças tecnológicas e organizacionais que levaram a uma maior flexibilização da produção e, de outro, pela abertura dos mercados à competitividade internacional, tendo como resultado o aumento do desemprego e da informalidade. Esta conjuntura veio acompanhada de políticas neoliberais de enxugamento do Estado e de redução de gastos sociais, e foi se constituindo, de forma progressiva, sob um discurso único no qual a saída para os problemas econômicos e sociais estaria no mercado. Paulatinamente, se formou uma narrativa ideológica da modernidade capitalista em contraposição à regulação das relações capital-trabalho por parte do Estado, apresentada como obsoleta e ultrapassada. Instituiu-se essa concepção como discurso hegemônico nas mídias, além de surgir como disciplina escolar nos diversos níveis de ensino, orientando as reformas educacionais, trabalhistas e previdenciárias. (LIMA, 2024, p.2).

Com as transformações impulsionadas pela corrente neoliberal fortemente atuante nos anos 1980, houve um processo de desconstrução da cultura do trabalho assalariado no Brasil, que cedeu espaço a novas formas de trabalho, como descreve Lima (2024, p.03): “trazendo uma discussão sobre empreendedorismo e informalidade, em que a segunda se transforma em sinônimo da primeira, um empreendedorismo de si, ou um autoempreendedorismo por necessidade”. No entendimento do autor, empreendedor tornou-se um sinônimo de trabalhador versátil, inovador, responsável pela sua própria empregabilidade, adaptável, acompanhando a empresa onde for preciso, e até mesmo abrindo seu próprio negócio. A estabilidade passou a ser vista como sinônimo de comodidade. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), estabelecido em 1980, simboliza a fase de reconsideração desse conceito e sua troca pelo empreendedorismo individual mais apropriado à nova trajetória do capitalismo. Ele propaga esse conceito por meio de consultorias, palestras, cursos em instituições de ensino, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e corporações (LIMA, 2024).

No Brasil dos anos 1990, a privatização de companhias públicas, a abertura de mercados e a redução de pessoal resultante da reestruturação produtiva geraram um grande contingente de desempregados que, no discurso político e da mídia, foram considerados culpados pelo seu próprio desemprego, sendo acusados de se acomodarem e não investirem em capacitação, atualização, ou seja, na sua empregabilidade, o que resultou em um crescimento expressivo da informalidade e uma explosão de pequenos e micro empreendimentos por ex-desempregados com alto grau de empresas que não sobreviveram e fecharam as portas (LIMA, 2024)

Diante do quadro de crescente desemprego, houve um notório enfraquecimento da cultura do trabalho assalariado, o que favoreceu um movimento institucional organizado e associado à ideia de desenvolver uma cultura empreendedora, mobilizando recursos e esforços para sua aceitação, inclusive, colocando o empreendedorismo como uma ferramenta de inclusão social, apresentando variações de formas empreendedoras, como o conceito de empreendedorismo social, todavia, a inclusão proposta está baseada nos preceitos de uma racionalidade mercantilista (LIMA, 2024).

Sobre o empreendedorismo social, Ferraz (2022, p. 259) defende que “a luta contra opressão não pode se dar sem considerar a luta contra exploração” e faz considerações importantes sobre esta questão:

É nesse contexto que o empreendedorismo social é apresentado como solução para o desemprego estrutural, mas também para a opressão, dando a

impressão de que o esforço individual e o sucesso capitalista acabariam com o preconceito, surgindo, assim empreendedorismo negro, feminino, periférico, entre os setores progressistas. O empreendedorismo social é um meio de ampliar a reprodução do capital ao ampliar o contingente de trabalhadores e trabalhadoras que serão inseridos na dinâmica de mercado com o valor de sua força de trabalho abaixo do mínimo necessário, no mesmo movimento em que rebaixa o salário médio da classe. Se defende a justiça social enquanto, na verdade, é um meio que possibilita ao capital ampliar a exploração. (FERRAZ, 2022, p. 259).

Assim, tanto o empreendedorismo quanto o trabalho assalariado e até mesmo o chamado empreendedorismo social se assentam a partir da lógica capitalista, sem alterar o sistema hegemônico e a cultura vigente das relações de trabalho, logo, quando se pensa em construir as bases para uma nova sociedade, socialmente mais justa e inclusiva que ofereça meios de emancipação da classe trabalhadora, se precisa pensar a consolidação de um novo projeto de educação que contemple os princípios e característica presentes no processo de trabalho associado, desenvolvendo desta forma uma cultura para o trabalho associado (KREBS, 2025).

Para melhor compreensão da forma como o trabalho associado se organiza e opera, é necessário entender sua fundamentação em duas categorias: produção associada e autogestão, que são explicadas por Tiriba e Fischer (2012):

O termo produção associada e autogestão nos remete a relações econômico sociais e culturais nas quais trabalhadores e trabalhadoras têm a propriedade e/ou a posse coletiva dos meios de produção e cuja organização do trabalho (material e simbólico) é mediada e regulada por práticas que conferem aos sujeitos coletivos o poder de decisão sobre o processo de produzir a vida social. Diz respeito a um conjunto de práticas coletivas de pessoas ou grupos sociais que se identificam por compartilhar concepções de mundo e de sociedade fundadas no autogoverno e na autodeterminação das lutas e experiências das classes trabalhadoras. Ao contrário da heterogestão, os princípios, as regras e as normas de convivência que regem o trabalho associativo e autogestionário são criados e recriados pelos seus integrantes. (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 614 e 615).

Conforme Tiriba (2008, p. 82) “o conceito de produção associada não está, necessariamente, relacionado com a perspectiva de transformação das relações capitalistas de produção” e destaca que “no Brasil, para diferenciar as associações cooperativas e outras

formas de produção associada que pretendem se opor à lógica capitalista, tem-se utilizado os termos “cooperativismo popular” e “cooperativismo autogestionário”.

Nessas organizações observa-se a prática da autogestão, onde os próprios trabalhadores assumem nas mais variadas posições, o controle dos meios de produção, estabelecendo novas formas de relações sociais de trabalho em uma contraposição aquelas existentes nos processos hierárquicos e cadeias de comando verificados nas empresas operadas no âmbito da cultura defendida pelo sistema do capital. Assim, levando em consideração o caráter econômico, político e filosófico, essas práticas trazem em si a força das ideias de contraposição às relações sociais capitalistas de exploração do trabalhador, sendo, portanto, uma forma de instituição e propagação do socialismo, que propõe uma cultura de trabalho associado e autogerido, em posição antagônica àquela proposta em uma racionalidade alinhada ao sistema capitalista (TIRIBA; FISCHER, 2012b, p. 615 e 616).

Em 2008, com a criação dos IFs, uma nova proposta de educação profissional e tecnológica é posta em debate, fruto de um processo de construção amplamente discutido quanto a sua concepção, forma organizativa e espaço de atuação da educação profissional e tecnológica, a qual segundo Frigotto e Oliveira (2023), é resultado de árdua disputa de interesses:

No plano da concepção, a disputa centra-se, de um lado, na reiteração da dualidade educacional, que se caracteriza pela defesa da formação profissional e técnica restrita e pragmática para responder às necessidades do mercado, e, de outro, na defesa da formação humana integral ou por inteiro, referida ao desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano e às demandas da sociedade. O projeto que define a criação dos IF representa a busca da superação da dualidade mediante a oferta do Ensino Médio Integrado, visto como travessia para a formação humana politécnica e integral. Por outro lado, a institucionalidade dos IFs afirma o caráter indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão com o compromisso do “desenvolvimento sustentável” e melhoria da qualidade de vida das populações locais e regionais onde atuam. Esses dois pilares, ligados à verticalidade e à interiorização, caracterizam os Institutos e algumas outras instituições que formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como a maior e mais abrangente política pública do Estado brasileiro de educação de qualidade para, particularmente, jovens de médias e pequenas cidades ou das periferias dos grandes centros urbanos. Ribeirinhos, indígenas, quilombolas, estudantes periféricos, egressos do ensino fundamental e médio da rede pública e jovens e adultos do PROEJA

materializam a presença dos novos sujeitos sociais nos campi. (FRIGOTTO; OLIVEIRA, 2023, p. 90).

No entendimento de Kuenzer e Moura (2023), a 'criação' dos IFs ocorre em um cenário complexo, envolvendo projetos societários em conflito e que se manifesta no modelo institucional estabelecido através da Lei 11.892 de 2008, o qual marca uma visão antagônica entre a perspectiva da Educação Profissional, ligada às demandas do mercado, e a que a vê como um componente da formação humana integral, como fechamento da Educação Básica. No entanto, a implementação dos princípios que orientam a nova institucionalidade é complexa, pois estão inseridos nas contradições entre capital e trabalho no sistema capitalista de produção e sendo que “essa contradição fundamental está na raiz das disputas entre os projetos de formação humana no capitalismo – sociedade de classes – e socialismo – sociedade sem classes –, pautada na emancipação dos seres humanos e da humanidade. (KUENZER; MOURA, 2023, p. 78).

O processo de consolidação de uma identidade e propósitos dos IFs tem sido forjado em um árduo campo de disputas entre visões que se formam a partir de diferentes projetos de educação e concepções de sociedade, tendo como preceito fundamental o comprometimento com a formação humana integral e com os princípios de democracia, soberania, garantia dos direitos humanos fundamentais e condições de uma vida digna para todas e todos, caracterizando-se por ofertar ensino profissional e tecnológico, ou seja, voltados a profissionalização dos indivíduos bem como a formação científica e tecnológica que envolvem os saberes profissionalizantes em seus fundamentos práticos e teórico-filosóficos (SILVA; PACHECO, 2023).

Silva e Pacheco (2023) acrescentam que essa condição de ensino especializado tem a primazia de formar o indivíduo para uma participação plena na vida produtiva, todavia a forma como se dará essa participação poderá ser distinta conforme a postura adotada: reproduzindo e mantendo a estrutura atual ou agindo para transformar a realidade. Sendo assim, não há possibilidade de neutralidade no que diz respeito às opções educativas, o que “impõe aos IFs o debate sobre que tipo de sociedade queremos e que tipo de formação profissional pode colaborar para sua materialização” (SILVA; PACHECO, 2023, p.7).

Pensando no tipo de sociedade que se deseja, o Projeto Político-Pedagógico dos IFs precisa estar alinhado às demandas presentes na sociedade e às necessidades dos trabalhadores, mesmo que confronte a visão patrimonialista do mercado, como frisam Silva e Pacheco (2023):

[...] muitas vezes, no interior das instituições de educação profissional, reduzimos a compreensão da expressão “relação com a sociedade e diálogo com o setor produtivo” com “relação com o empresariado”. O pensado no Projeto Político-Pedagógico do IF vai em sentido inverso; trata-se do olhar para os representantes dos segmentos populares e da classe trabalhadora em suas demandas perenes, largas e profundas de cidadania e vida digna. O diálogo das ofertas educacionais com o setor produtivo deve estar inequivocamente vinculado à ideia de promoção da cidadania compreendida como ato no qual os sujeitos constituem sua humanidade, participando ativamente do processo histórico de construção do mundo humano, material e simbólico. Não se pode esquecer que a educação, como política social do Estado brasileiro, tem sido orientada hegemonicamente pelas necessidades de valorização do capital. Porém, os esforços realizados para a concretização da proposta pensada para as instituições da Rede Federal, em particular para os IF, parte de uma proposição inversa, a da valorização do trabalho como categoria de saber, de produção, de humanidade. (SILVA; PACHECO, 2023, p. 10 e 11).

Assim, o processo formativo nos IFs deve estar orientado para contemplar os fundamentos teóricos da formação humana integral; trabalho, ciência, tecnologia e cultura como elementos indissociáveis da trajetória formativa, tendo assim o trabalho como princípio educativo, pesquisa como fator de aprendizagem; transversalidade e verticalização na organização curricular (SILVA; PACHECO, 2023).

Em linha com esse entendimento, Pacheco (2023) traz ao debate as dimensões do processo educativo nos IFs e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como condição preponderante na construção do processo formativo, sendo, portanto algo que não pode ser separado ou segmentado, perfazendo, de forma integrada, um único processo, estando todos estes componentes presentes em todo o Projeto Político-Pedagógico da Instituição. A educação é um processo contínuo que se desenrola ao longo da vida, e essas três dimensões fazem parte de um processo inseparável de aquisição de conhecimento, onde o ensino, a pesquisa e a extensão, isoladamente, não alcançam suas metas e é por meio da interação dialética entre teoria e prática que conectamos saberes e experiências, componentes fundamentais na construção do conhecimento. Portanto, não é viável definir uma hierarquia ou ordem de prioridade entre essas três dimensões (PACHECO, 2023).

Frigotto e Oliveira (2023, p.105) também acentua que “é prioritário o foco nas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) oferecidas de modo indissociável e em atenção às demandas regionais que são trazidas pelo arranjo produtivo dos diversos locais em que as

instituições funcionam”. A superação desses desafios é essencial para a consolidação da identidade institucional dos IFs, que atua de forma interiorizada e pulverizada em todo o território nacional, aliando sua capacidade de mobilização tanto das forças políticas como das lideranças locais e comunitárias para o êxito de suas ações.

Os Ifs, diante desta missão a qual está alinhado, precisam desenvolver mecanismos capazes de aproximar de forma mais intensa suas ações educativas, de pesquisa e de extensão com o trabalho associado e autogestionário, como uma via alternativa de inserção no mundo do trabalho, de forma abrangente, efetiva e ampliada como acentuam Pelissari e Nascimento (2020), que a lógica da educação promovida pelos IFs deve estar pautada na formação integral do homem e no trabalho como meio educativo, no conceito da politecnia, dada às semelhanças desta proposta com ideal de sociedade vislumbrado pelo movimento de economia popular, sendo portanto, um agente fundamental para o fortalecimento dos princípios da economia solidária (DOMINGUES JÚNIOR, 2018).

Em consonância com esta proposição Silva et al. (2022), Muñoz et al. (2015) e Ullrich (2014) apontam a importância de apresentar aos discentes dos IFs as propostas e princípios da economia solidária e seu relevante papel no enriquecimento dos saberes acadêmicos e também populares na construção de um conhecimento ampliado, reconhecendo o destacado papel dos IFs na consolidação dos empreendimentos populares, muito além da operacionalização, mas também no empoderamento e emancipação dos atores e difusão de uma nova cultura de reciprocidade baseada na solidariedade. Assim, tanto as diretrizes dos IFs, quanto os estudos científicos indicam essa confluência de aspectos alinhados no sentido de incorporar definitivamente à sua agenda os temas referentes ao trabalho associado e autogestionário (FISCHER; KREBS, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste estudo optou-se por uma abordagem qualitativa pois há uma necessidade de descrever um fenômeno e entender como eles acontecem na prática social em um espaço determinado envolvendo as contribuições dos IFs através de ações de ensino, pesquisa e extensão para o fortalecimento da economia solidária e a cultura do trabalho associado e autogestionário, sob a perspectiva dos próprios atores envolvidos nestas atividades. A pesquisa qualitativa é uma excelente alternativa quando se procura entender uma situação ou fenômeno analisando-o sob a ótica dos participantes e o modo como os mesmos constroem sua visão da realidade considerando como base suas interações pessoais a partir do seu universo social (MERRIAM, 1988).

Na pesquisa qualitativa o pesquisador envolve-se diretamente na obtenção dos dados referentes a pessoas, processos, organizações e grupos sociais que estejam sendo estudados de forma a conhecer e compreender os fenômenos na perspectiva dos sujeitos no próprio local onde os mesmos ocorrem, de modo normal, rotineiro, nas interações diárias das atividades implicadas como objeto de estudo. Nessa perspectiva, todos os posicionamentos e pontos de vista devem ser considerados importantes na compreensão de uma interpretação mais ampla sobre uma realidade que englobam um conjunto de visões específicas que se revelam no decorrer da investigação (GODOY, 1995).

Em função dos objetivos traçados neste projeto, esta pesquisa pode ser classificada como do tipo exploratória e descritiva, que conforme Gil (2008), se constitui uma maneira bastante adequada de pesquisa quando se busca uma visão geral acerca de um fato. A escolha da pesquisa exploratória se justifica na necessidade de se aprofundar o conhecimento a respeito do tema estudado, desenvolvendo uma familiaridade com o problema, de modo a torná-lo melhor compreendido, proporcionando subsídios para conquista dos objetivos propostos. No que tange a escolha da característica descritiva deve-se a necessidade de um maior entendimento à cerca do fenômeno de um modo geral, considerando sua interação nos ambientes estudados, compreendendo uma teia de relações institucionais, pessoais, culturais no âmbito da complexidade que as mesmas denotam (GODOY, 1995).

Para apoiar a análise sobre as contribuições dos IFs no processo de fortalecimento da economia solidária como política pública de promoção da cultura do trabalho associado e autogestionário no Brasil, foi desenvolvido paralelamente um estudo de caso, que tem como objeto a Rede IF Ecosol, onde pretende-se observar na prática como se efetivam no campo as ações e articulações que esta promove junto aos empreendimentos econômicos solidários, a sociedade e o poder público na implementação destas ações. O estudo de caso no

entendimento de Yin (2005, p. 32), é um “estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade”.

No sentido de cumprir os objetivos deste estudo, optou-se pela adoção do estudo de caso, pois este representa uma abordagem que ajuda no entendimento de fenômenos sociais complexos, auxiliando para a análise do comportamento individual, organizacional, comunitário, político e em situações de grupos sociais e coletivos representativos, sendo, portanto, uma estratégia de pesquisa que possibilita a compreensão dos fenômenos com maior profundidade de uma forma completamente inserida em seu contexto, de modo que oferece a opção de conhecer através do estudo de processos, a análise dos fenômenos sob diferentes ângulos (ROESCH, 1999; YIN, 2015).

O estudo de caso é empregado quando se tem como objetivo obter uma compreensão mais aprofundada de um processo e do seu significado para os atores que nele estão envolvidos. O direcionamento está mais focado nos processos do que nos próprios resultados, mais no contexto geral em que ocorrem do que em uma variável a observar, com olhos voltados mais para a descoberta do que para a confirmação. As informações colhidas através dos estudos de caso têm o poder de influenciar de forma direta a transformação de políticas, práticas e também pesquisas posteriores (MERRIAM, 1988).

Nesta pesquisa a opção foi o estudo de caso único, que tem por tipologia, seu caráter instrumental (STAKE, 1994), uma vez que oferecem ao pesquisador a possibilidade de ampliar a visão sob duas perspectivas que muito importam e interessam ao pesquisador: inicialmente, o olhar mais aprofundado e um melhor entendimento sobre o caso em específico; e assessoriamente, a possibilidade que a relação com o caso específico fornece para uma melhor compreensão acerca dos fenômenos sociais que se deseja estudar e a relação multifacetada que o mesmo possui com outros elementos que compõem a esfera da economia solidária no contexto brasileiro.

Este estudo de caso teve o objetivo de apreciar e conhecer uma organização em específico, caracterizando-se, portanto, como um estudo longitudinal, acompanhando sua história, entendendo que este tipo de estudo permite ao pesquisador conhecer todas as etapas do processo, desde o surgimento da organização, seus desafios e avanços obtidos até o momento atual, permitindo assim que se possam identificar as mudanças ocorridas no decorrer do tempo, os direcionamentos adotados e avaliar com maior precisão os pontos específicos, considerados relevantes para auxiliar a compreensão das dimensões escolhidas no roteiro teórico metodológico que norteiam este estudo. Para Bonamino e Oliveira (2013) os

estudos longitudinais, de modo diferente dos seccionais, são mais apropriados em identificar, com maior e melhor precisão, as mudanças temporais ocorridas.

Para melhor orientação da pesquisa foi elaborada uma tabela contendo uma sequência de ações que viabilizarão a obtenção das informações necessárias para atender cada um dos objetivos propostos na pesquisa, através de técnicas e procedimentos metodológicos como levantamento documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas entre outras, conforme o quadro a seguir:

Quadro 03 – Acompanhamento dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Objetivo	Ações	Técnica de Pesquisa
Identificar as contribuições promovidas através de ações de ensino, pesquisa e extensão nos IFs para o fortalecimento da Economia Solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil	Coletar informações sobre as ações e políticas públicas articuladas pelos IFs para o fortalecimento da economia solidária através de atividades de ensino, pesquisa e extensão	a) pesquisa documental e mídias digitais; b) entrevistas com servidores dos IFs que atuam na Economia Solidária.
Levantar os principais desafios e possibilidades dos IFs no fortalecimento da Economia Solidária na perspectiva dos atores envolvidos na sua aplicação enquanto política pública	Coletar informações sobre o cotidiano do trabalho desenvolvido nos IFs através de ações de ensino, pesquisa e extensão e levantar os principais desafios enfrentados, assim como as possibilidades na visão dos participantes	a) pesquisa documental e mídias digitais; b) entrevistas com servidores dos IFs que atuam na Economia Solidária. c) Observação direta
Acompanhar as ações da Rede IF Ecosol em favor do fortalecimento da Economia Solidária e na sua disseminação como política pública junto aos IFs	Acompanhar e descrever a criação e desenvolvimento da Rede IF Ecosol e suas contribuições na inserção da ES na pauta dos IFs	a) pesquisa documental e mídias digitais; b) entrevista com servidores dos IFs que atuam junto a Rede IF Ecosol; c) Observação participante

Fonte: Elaborado pelo autor

A primeira etapa da pesquisa está baseada na coleta de informações para realização do diagnóstico sobre a situação atual da economia solidária no cenário dos IFs através de matérias divulgadas nos sites institucionais, nas redes sociais e também por meio de indicações pessoais de atores envolvidos atualmente neste processo. Neste sentido, foi realizada intensa pesquisa documental em editais, notícias publicadas em veículos oficiais de imprensa e entrevistas publicadas com atores envolvidos na aplicação de políticas públicas de fomento e fortalecimento da economia solidária e demais materiais que foram encontrados nos achados de pesquisa durante a realização do trabalho de campo.

Foram realizadas entrevistas com diversos participantes do processo de fortalecimento da economia solidária nos IFs, assim como de integrantes da Rede IF Ecosol em diversos locais do Brasil. Essas entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado que permite maior flexibilidade na abordagem dos temas junto aos entrevistados de acordo com a área de conhecimento que os mesmos apresentem condições de contribuir. O quadro de entrevistados faz uma descrição dos entrevistados que contribuíram com informações e vivências acerca do objeto de estudo e são caracterizados doravante conforme o quadro descritivo que se apresenta a seguir:

Quadro 04 – Relação e Caracterização dos entrevistados

Entrev.	Campo de atuação e Vínculo institucional	Formação	Caracterização da atuação em Ecosol
E1	Docente Administração IFRS / Viamão Membra Rede IF Ecosol	Doutorado em Educação	Liderança da Rede IF Ecosol, forte atuação junto à Incubadora de Ecosol e no programa EcoViamão, pesquisadora em Ecosol e tese recente sobre a acampamento Filhos de Sepé (MTST/RS)
E2	Técnica Administrativa Coord. De Extensão IFRS / Alvorada	Graduação	Atuação junto aos movimentos de defesa das minorias, participação ativa na promoção da Ecosol na comunidade através de projetos de extensão
E3	Docente Administração IFRS / Rolante	Doutorado Administração	Atuação junto a projetos de extensão em Ecosol e criação de uma incubadora de Ecosol no campus
E4	Assistente Social IFRS / Rolante Membra Rede IF Ecosol	Mestrado Ciências Sociais	Liderança da Rede IF Ecosol, forte atuação junto à comunidade de Rolante em projetos de extensão voltados às mulheres em vulnerabilidade social
E5	Pedagogo IFRS / IF Ecosol	Doutorado em Educação	Liderança da Rede IF Ecosol, atuação na criação do curso de Artesanato e tese recente sobre a Ecosol e o EJA-EPT
E6	Docente Administração IFPR / Rede IF Ecosol	Doutorado Administração	Liderança da Rede IF Ecosol, pesquisador Ecosol e tese recente sobre Incubadoras de Ecosol e a EPT

Fonte: Elaborado pelo autor

A escolha dos entrevistados obedeceu a três critérios bastante objetivos, em primeiro lugar a experiência, conhecimento e participação ativa do entrevistado no movimento da economia solidária, sua vivência acadêmica e sua participação integrada à comunidade. O segundo critério foi a identificação do entrevistado como servidor públicos vinculado à algum IF, sendo ele docente ou técnico administrativo e o último critério foi a disponibilidade do mesmo em conceder a entrevista, a qual priorizou-se o encontro presencial no local onde o servidor está lotado e desenvolve o seu trabalho, que foi o caso de cinco das entrevistas realizadas e somente uma que devido a questões logísticas foi realizada por videoconferência na plataforma GoogleMeet.

Além das entrevistas que foram realizadas junto aos servidores dos IFs e demais participantes dos projetos, conforme descrito no quadro 04, foi identificada também a necessidade de conhecer o trabalho específico dos IFs através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim como observar a atuação dos participantes das atividades desenvolvidas nos campus e nas incubadoras a partir da observação direta em conjunto com os atores envolvidos, no sentido de compreender de que forma cada uma contribui no processo de apoio aos empreendimentos de economia solidária e como ocorre a interação com as redes de compartilhamento de experiências e tecnologias nos territórios onde as ações são desenvolvidas, sendo que para suprir esta demanda foi realizada visita técnica onde ocorriam estes processos.

Como forma de compreender fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os sentidos, significados e práticas construídas pelos sujeitos em determinado contexto, a visita técnica configura-se como um recurso metodológico relevante, pois permite ao pesquisador inserir-se no campo e observar a realidade em sua materialidade, articulando teoria e prática. Trata-se de uma estratégia que possibilita a observação *in loco* das dinâmicas sociais, organizacionais e institucionais, permitindo identificar processos, estruturas e práticas que sustentam o fenômeno investigado. Essa aproximação direta com o ambiente pesquisado favorece a construção de uma compreensão densa e contextualizada, uma vez que, ao contrário de levantamentos puramente documentais, a visita técnica envolve interação com o espaço, registros de campo, observação direta e, por vezes, diálogos informais com os sujeitos (MINAYO, 2012; FLICK, 2009).

Além disso, a visita técnica desempenha um papel importante no fortalecimento da validade e da confiabilidade da pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita a triangulação de dados quando associada a outras técnicas, como entrevistas, grupos focais ou análise documental. Ao permitir ao pesquisador vivenciar de perto o contexto empírico, amplia-se a

possibilidade de interpretações críticas e reflexivas, contribuindo para uma análise mais aprofundada e situada. Dessa forma, a visita técnica não se restringe apenas à coleta de informações, mas constitui também um momento formativo, em que o pesquisador é instigado a dialogar entre as categorias teóricas e a realidade concreta observada, consolidando um olhar mais crítico sobre o objeto de estudo (DENZIN; LINCOLN, 2011; FLICK, 2009; MINAYO, 2012).

A partir desta necessidade detectada, foram realizadas visitas técnicas nas unidades do IFRS nas cidades de Viamão e Alvorada, onde acompanhamos um dia inteiro de ações do projeto Ecoviamão, com palestras para alunos da rede privada do município falando das variadas ações desenvolvidas pelos membros do projeto e como isso reflete na comunidade. Acompanhou-se uma visita à horta comunitária sob responsabilidade do curso de graduação e pós-graduação em agroecologia do campus e por fim de uma reunião geral dos participantes e dirigentes do projeto Ecoviamão. Nesta visita técnica, foram realizados apontamentos, gravações de palestras, conversas com participantes e documentação fotográfica de vários momentos durante o encontro. No campus Alvorada acompanhamos as ações de extensão e atividades envolvendo a comunidade local.

Como forma de concretizar uma possível triangulação de dados, adotou-se também a pesquisa documental para apoiar o registro de eventos relatados em entrevistas, publicações em redes sociais e para confirmação de observações diretas realizadas durante o trabalho de pesquisa nas instituições estudadas, onde foram levantadas informações de projetos pedagógicos de cursos, ementas de disciplinas, registros eletrônicos de projetos de pesquisa, ensino e extensão, regulamentos, estatutos, relatórios de visitas, atas de reuniões entre outros documentos de domínio e acesso público disponibilizados nos sites governamentais e demais espaços digitais, como redes sociais, e-mails e outros aplicativos de comunicação.

A pesquisa documental, no âmbito da abordagem qualitativa, constitui-se como uma técnica relevante de coleta e análise de dados, uma vez que se fundamenta na interpretação de documentos que expressam práticas, registros institucionais, legislações, relatórios, correspondências, atas e demais materiais que possibilitam compreender um fenômeno social em sua historicidade e contexto. Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que se centra em obras teóricas e acadêmicas, a pesquisa documental lida com fontes primárias, permitindo ao pesquisador estabelecer conexões entre os registros e a realidade social que lhes deu origem. Nesse processo, a análise documental exige sensibilidade interpretativa e rigor metodológico, pois não se trata apenas de reunir documentos, mas de atribuir-lhes significado, articulando-os

com o problema de pesquisa e os referenciais teóricos adotados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; CELLARD, 2008).

Além disso, a utilização de documentos como fonte em estudos qualitativos fortalece a possibilidade de triangulação, contribuindo para maior consistência e validade da investigação. Conforme destaca Cellard (2008), o uso desse procedimento metodológico permite identificar dimensões históricas e contextuais do objeto de estudo, ampliando o olhar do pesquisador e complementando outras técnicas de coleta, como entrevistas e observações. Assim, a pesquisa documental não se restringe a uma etapa exploratória, mas assume relevância analítica, pois auxilia na reconstrução de processos, na compreensão de políticas e práticas sociais e na análise crítica de registros institucionais. Dessa maneira, a pesquisa documental revela-se não apenas como um recurso auxiliar, mas como um instrumento central de investigação qualitativa, permitindo interpretar a realidade por meio das marcas deixadas nos documentos (CELLARD, 2008; LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Concomitantemente, para dar base ao estudo de caso envolvendo a experiência concreta da ação da Rede IF Ecosol, foram realizadas entrevistas com servidores vinculados à organização, onde foram levantados os pontos mais importantes da atuação de rede junto aos diversos grupos de atuação na própria instituição e também na comunidade e empreendimentos apoiados. A pesquisa buscou também compreender o relacionamento institucional da Rede IF Ecosol com os IFs, e sua articulação com outros entes da esfera governamental e da iniciativa privada e aferir a sua capacidade de contribuição com a efetivação, promoção e implementação de políticas públicas junto a todas as organizações que fazem parte deste segmento da sociedade, conhecendo assim o alcance das interações que ocorrem entre seus membros nos diversos grupos de trabalho e os reflexos dessas ações na efetiva promoção e disseminação da cultura do trabalho associado e autogestionário nos IFs e na comunidade a eles vinculada.

Nesse sentido, Yin (2015) indica que para um estudo de caso, as fontes podem ser obtidas através de seis tipos diversos: entrevistas, observação participante, observação direta, documentos, registros em arquivos e artefatos físicos. O autor enfatiza que mesmo havendo um protocolo pré-estabelecido a seguir para realização da coleta de dados em um estudo de caso, essa coleta de informações não pode ser totalmente previsível, o que faz com que repetidamente questione-se sobre o porquê de determinados acontecimentos, eventos ou percepções, necessitando uma reformulação das questões à medida que se revelam novas evidências e informações relevantes que poderão contribuir para se alcançar os objetivos da pesquisa. “O processo de coleta de dados pode mudar à medida que as portas se abrem ou se

fecham para a coleta de dados, e o pesquisador descobre os melhores locais para entender o fenômeno central de interesse” (CRESWELL, 2007, p. 186).

Para compreender melhor a dinâmica da Rede IF Ecosol, durante a realização da pesquisa, o pesquisador passou a fazer parte da referida rede, como membro efetivo da organização, participando ativamente de reuniões gerais realizadas desde então e integrando dois grupos de trabalho (GT): o GT de comunicações que possibilitou estar sempre atualizado quanto as ações desenvolvidas nacionalmente e também do GT de políticas públicas, onde foi possível acompanhar a participação da rede IF Ecosol junto aos demais atores públicos e privados como ministérios diretamente envolvidos com a economia solidária, secretarias, gabinetes, assessorias, universidades e IFs, incubadoras, centros públicos e outras redes similares atuantes.

A observação participante é uma das técnicas mais reconhecidas e utilizadas na pesquisa qualitativa, pois possibilita ao pesquisador inserir-se no contexto investigado, vivenciando de forma direta as práticas, comportamentos e significados atribuídos pelos sujeitos. Diferente de uma observação meramente externa, essa abordagem implica o envolvimento ativo do pesquisador, que se torna parte da dinâmica social estudada ao mesmo tempo em que mantém o olhar analítico e crítico sobre o fenômeno. Tal prática permite captar aspectos da realidade que dificilmente seriam acessados por meio exclusivo de entrevistas ou documentos, como gestos, interações, silêncios e elementos simbólicos presentes no cotidiano dos sujeitos. Dessa forma, a observação participante favorece a compreensão holística e contextualizada da realidade investigada, articulando as experiências vividas com o suporte dos referenciais teóricos (MINAYO, 2012; ANGROSINO, 2009).

Esta técnica cumpre um papel central na busca pela profundidade interpretativa da pesquisa qualitativa, uma vez que aproxima o pesquisador do universo cultural e social dos participantes, permitindo maior empatia e compreensão de seus pontos de vista. Como destaca Angrosino (2009), a observação participante é particularmente eficaz para apreender os significados que os sujeitos atribuem às suas práticas e relações, o que amplia a validade e a riqueza da investigação. Entretanto, exige do pesquisador constante reflexividade para equilibrar seu envolvimento no campo e a distância analítica necessária à produção de conhecimento científico. Nesse sentido, a observação participante não se reduz a uma técnica de registro de comportamentos, mas configura-se como um processo interativo e interpretativo que possibilita uma leitura aprofundada da realidade social em sua complexidade (ANGROSINO, 2009; MINAYO, 2012).

Finalmente, a partir das entrevistas, levantamento documental, observação direta e participante, avalia-se como a atuação de servidores docentes e técnicos administrativos junto às atividades da Rede IF Ecosol contribuem no fortalecimento da economia solidária e também na formação discente, aprimoramento do conhecimento e ampliação as possibilidades de aplicação prática de saberes desenvolvidos no âmbito da economia solidária e na troca de experiências entre os participantes, oferecendo aos estudantes uma visão mais abrangente sobre as formas de gestão e organização social por meio do trabalho associado e da autogestão.

Na análise das informações coletadas através das entrevistas e cruzando com os demais meios de obtenção de dados descritos anteriormente foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (1977), indicada quando os dados são coletados através de comunicações escritas ou faladas, como no caso da aplicação de entrevistas e questionários com perguntas abertas. Este tipo de análise tem a finalidade de entender os significados e os sentidos das mensagens, que avançam para além daquilo que foi escrito ou falado simplesmente.

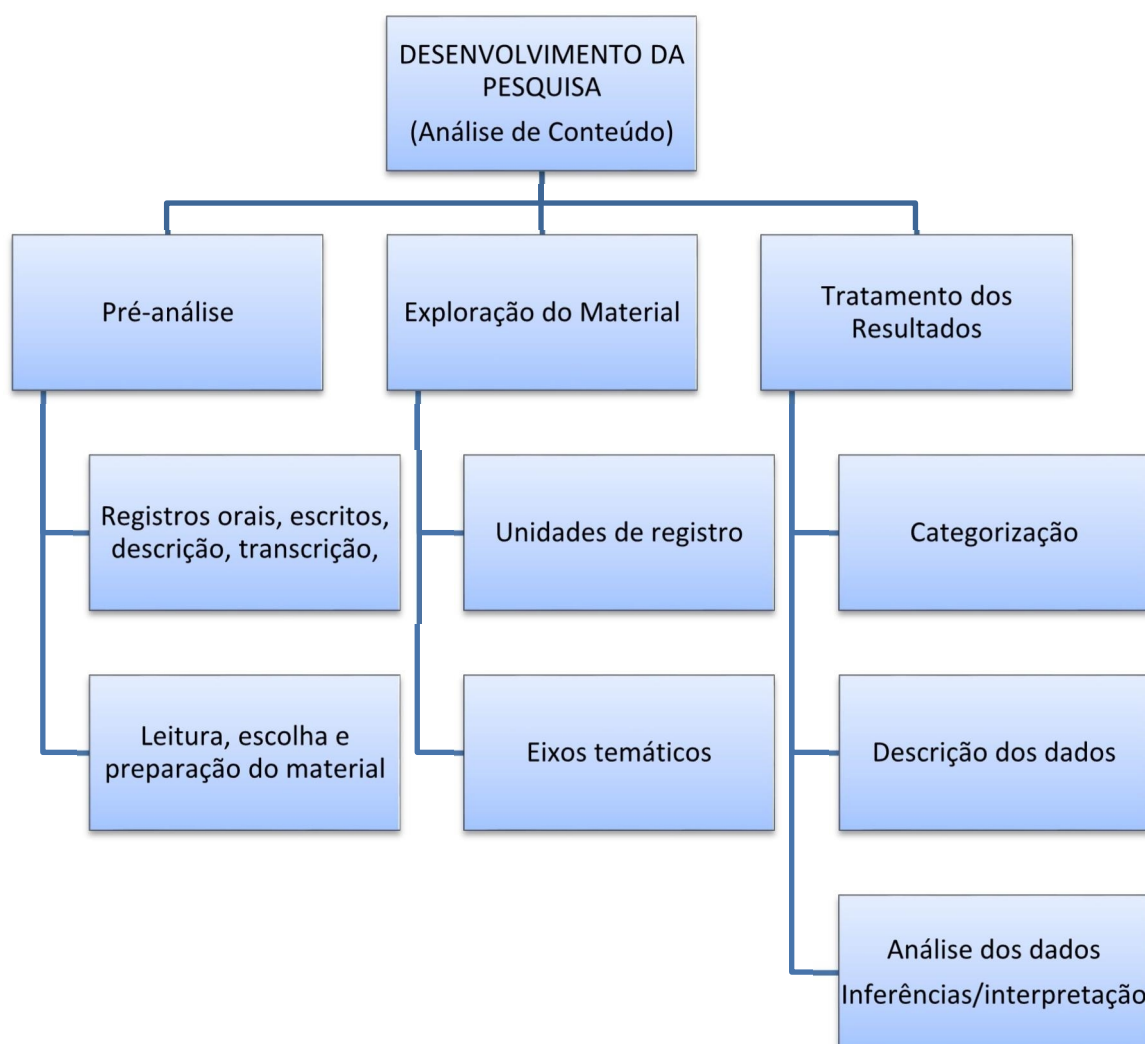
A análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (1977) é uma técnica fundamental na pesquisa qualitativa por possibilitar a interpretação rigorosa e objetiva de comunicações, sejam elas verbais, escritas, imagéticas ou simbólicas. Seu objetivo central é a busca pelo sentido presente nas mensagens, a partir de procedimentos sistemáticos de descrição, categorização e inferência. Ao organizar os dados em categorias temáticas, a análise de conteúdo permite ao pesquisador identificar regularidades, padrões, contradições e significados subjacentes, transformando um material aparentemente disperso em informações relevantes para a compreensão do fenômeno estudado. Nessa perspectiva, a técnica constitui-se como um método estruturado que, sem perder a sensibilidade interpretativa própria da abordagem qualitativa, oferece rigor metodológico na análise dos dados empíricos (BARDIN, 1977).

Além disso, a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) pode ser aplicada a diferentes tipos de materiais, como entrevistas, documentos, registros de observação e mídias diversas, mostrando-se versátil e aplicável em distintos campos do conhecimento. Para a autora, o processo de análise se organiza em três fases principais: a pré-análise, que corresponde à organização do material e definição de hipóteses; a exploração do material, em que se realizam a codificação e categorização; e o tratamento dos resultados, momento em que se procede à interpretação e inferência. Essa sistematização permite ao pesquisador dialogar entre dados empíricos e categorias teóricas, produzindo um conhecimento que vai

além da descrição, alcançando uma compreensão crítica e interpretativa do objeto de estudo. Dessa forma, a análise de conteúdo consolida-se como uma técnica de investigação qualitativa que alia profundidade, flexibilidade e rigor, sendo amplamente utilizada em pesquisas sociais, educacionais e de comunicação (BARDIN, 1977).

O método obedece a uma sequência de ações que após a coleta de dados e sua transcrição, foram centralizados de modo a facilitar a próxima etapa que é a categorização dos dados e segmentação das informações, observando características comuns nas respostas e verificando correspondências e cruzamentos de informações que confirmam ou criam maneiras alternativas de observar e avaliar um fenômeno a partir de diferentes óticas e locais de fala.

Figura 06 – Fases do desenvolvimento da Pesquisa



Fonte: Adaptado de Bardin (1977).

As categorias de análise facilitam o entendimento das informações e identificam posicionamentos e perspectivas sob o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa de acordo com sua posição, grupo social e entidade que representam. Essa técnica permite identificar padrões, cruzar dados, criar categorias de análise e ter uma visão ampliada sobre cada uma das categorias verificadas, com o apoio de ferramentas e softwares disponíveis como o Atlas TI e WordCloud que foi escolhido por questões de acessibilidade e maior facilidade de utilização, bem como a consistência dos resultados apresentados.

Além destes softwares citados, também foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa (ChatGPT e Gemini) exclusivamente como apoio técnico para a transcrição de entrevistas, geração de figuras, busca de conteúdos no material de pesquisa, revisão linguística, padronização de referências e adequação às normas da ABNT NBR 14724:2023, sem interferência no conteúdo teórico, metodológico ou analítico desta tese. Todo o conteúdo conceitual, as interpretações e conclusões são de responsabilidade integral do autor, conforme os princípios de integridade científica estabelecidos pela CAPES (2024) e pelo CNPq (2023).

Assim, após a análise das informações, são formuladas as respostas para a questão problematizada na introdução deste estudo de modo a alcançar os objetivos propostos de apurar as ações de fortalecimento da economia solidária no contexto dos IFs, através de ações de ensino, pesquisa e extensão e da aplicação de políticas públicas voltada à economia solidária e entender os desafios e possibilidades que se oferecem no cotidiano destas ações, além de acompanhar a experiência concreta do trabalho realizado pela Rede IF Ecosol neste ambiente de convivência.

4 CONTRIBUIÇÕES DOS IFs NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo corresponde ao primeiro objetivo específico desta pesquisa e está dividido em três partes que buscam atender melhor as contribuições que os IFs através de ações de ensino, pesquisa e extensão na promoção e fortalecimento da economia solidária como uma política pública de inclusão social e geradora de trabalho, renda e autonomia dos participantes destas ações.

A estrutura desta análise busca refletir um diálogo entre os dados empíricos coletados por meio das entrevistas com os atores-chave e o arcabouço teórico anteriormente apresentado com objetivo central de mostrar em profundidade as complexas e multifacetadas formas com as quais os IFs colaboram para o fortalecimento da economia solidária nas diversas regiões do Brasil.

A abordagem metodológica adotada enfatiza a voz dos sujeitos da pesquisa reconhecendo a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, tratando cada pilar com a especificidade que cada um requer para a clareza analítica necessária incluindo a transcrição de trechos relativamente extensos, não como simples ilustrações, mas como matéria-prima de análise incorporando uma ligação com a realidade vivida em cada campus, revelando as estratégias, as paixões, as frustrações e as esperanças que movem a agenda da economia solidária nos IFs.

A Lei nº 11.892/2008 - de criação da RFEPC - estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um de seus princípios norteadores. Esta diretriz não é mera retórica, ela se materializa de forma viva, intensa e dinâmica na atuação dos IFs junto à economia solidária. Frequentemente, uma demanda identificada na extensão, junto a uma cooperativa ou associação, gera a necessidade de uma pesquisa aplicada para desenvolver uma solução tecnológica ou metodológica. Os resultados dessa pesquisa, por sua vez, qualificam a prática extensionista e são incorporados ao currículo, enriquecendo o processo de ensino com estudos de caso reais e relevantes. Este ciclo virtuoso, embora nem sempre linear ou isento de contradições, é o motor da contribuição dos IFs para o fortalecimento da economia solidária, como demonstra a figura a seguir:

Figura 07 – Integração ensino, pesquisa e extensão



Fonte: Adaptado de MESQUITA FILHO (1997).

A figura representa a integração entre ensino, pesquisa e extensão, um princípio estruturante da educação nos IFs. Essa articulação é essencial para o fortalecimento da economia solidária, pois cria um ciclo contínuo de formação crítica, produção de conhecimento e intervenção social transformadora.

No primeiro eixo, o ensino é o ponto de partida: a colocação de temas curriculares relacionados à economia solidária, como autogestão, cooperativismo, finanças solidárias e sustentabilidade, isso promove estudos e debates que despertam nos estudantes o interesse por práticas econômicas alternativas e a partir desses debates, surge a necessidade da pesquisa, voltada à aquisição e elaboração de novos conhecimentos sobre a realidade socioeconômica local, os desafios enfrentados por empreendimentos solidários e as potencialidades do território.

Os resultados dessas pesquisas são, então, difundidos e aplicados na extensão, que estabelece o contato direto com a comunidade, momento em que os IFs atuam como mediadores do conhecimento, colaborando com grupos, associações e cooperativas na resolução de problemas concretos e na busca por soluções sustentáveis e solidárias. Essa interação extensionista retorna ao ensino, produzindo uma síntese entre teoria e prática, que enriquece o processo formativo e curricular.

Desse modo, o ciclo entre ensino, pesquisa e extensão se consolida como uma prática dialógica e emancipadora, que forma sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Nos IFs, esse movimento fortalece a economia solidária ao articular a formação humana integral com o desenvolvimento local, contribuindo para a construção de uma economia baseada na cooperação, na justiça social e na sustentabilidade.

4.1 O ensino e a formação para o trabalho associado nos IFs: disputa por um projeto de sociedade

O pilar do ensino é, frequentemente, tido como o campo mais estratégico e disputado para a consolidação da economia solidária nos IFs, uma vez que formar para o trabalho é a missão precípua da instituição, mas a questão fundamental que emerge das falas dos entrevistados é: formar para qual trabalho e para qual projeto de sociedade?

Em um contexto educacional e social onde a ideologia do empreendedorismo individualista se tornou hegemônica, a inserção da economia solidária nos currículos é um ato político de resistência e de muita coragem. Esta contribuição se manifesta em diferentes níveis de profundidade: na criação de cursos inteiramente novos e estruturados por essa lógica, na inserção tática de disciplinas em currículos existentes e na oferta de programas de qualificação em larga escala que levam a discussão para além dos limites da academia, como destaca a Entrevistada E4:

Na disciplina de economia solidária do curso de Processos Gerenciais conseguimos discutir temas como trabalho versus emprego, o trabalho invisibilizado das mulheres, o cuidado, o artesanal. Isso abriu muito espaço para o debate. [...] O ensino passou a ter um papel formativo mais humano e social. O estudante começa a ver que não está apenas aprendendo técnica, mas também cidadania (Entrevistada E4).

Tiriba (2008, p. 77) reforça essa perspectiva ao afirmar que “a educação solidária é prática em movimento, e nela se encontram as possibilidades de um projeto pedagógico contra-hegemônico”. Assim, o ensino não é apenas instrução técnica: é espaço de disputa ideológica, no qual se decide se os jovens terão acesso apenas ao discurso dominante do empreendedorismo ou se conhecerão também alternativas baseadas na cooperação.

Nem sempre é possível criar cursos inteiros estruturados pela economia solidária e muitas vezes, a inserção ocorre de forma tática, por meio de disciplinas ou projetos dentro de currículos já existentes. O Entrevistado E6 relata que no IFPR, campus Colombo, a inserção

da economia solidária no campo do ensino se deu de forma estruturada e efetiva, pois encontrou na ocasião da construção dos PPCs, um momento propício para isso:

Logo após minha redistribuição para o campus Colombo, que fica na região metropolitana de Curitiba, tive liberdade para propor mudanças curriculares, já que o eixo de gestão e negócios ainda estava em fase inicial de consolidação por aqui. Assim aproveitei esse espaço para incluir disciplinas específicas relacionadas ao cooperativismo, associativismo e economia solidária. No ensino médio integrado, consegui garantir uma disciplina anual, com carga horária de 80 horas, distribuída em duas aulas semanais. Já no ensino superior, dentro do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, foram criadas duas disciplinas obrigatórias: uma de 80 horas dedicada ao cooperativismo e associativismo e outra, também de 80 horas, focada em economia solidária e arranjos produtivos locais. Isso totalizou 160 horas dedicadas ao tema, o que eu considero uma conquista importante, já que no geral, nos institutos federais muitas vezes o espaço curricular é muito disputado com temas voltados ao empreendedorismo tradicional e a lógica da empregabilidade (Entrevistado E6).

Ele comenta que apesar destas importantes conquistas alcançadas, ainda há um longo caminho de objetivos a serem atingidos, principalmente junto aos estudantes que ainda não conhecem nada sobre economia solidária:

Nosso desafio é despertar o engajamento dos estudantes. Para muitos jovens principalmente do ensino médio, essa temática da economia solidária parece distante de suas expectativas profissionais imediatas. Ainda assim, eu percebo que quando eles têm a possibilidade de vivenciar os projetos na prática, a motivação aumenta e há muito mais engajamento (Entrevistado E6).

Essa estratégia, embora limitada, representa avanço, pois segundo Singer (2002), apresentar aos jovens experiências concretas de organização cooperativa é fundamental para romper a naturalização da competição, estimulando a participação da juventude em projetos colaborativos e inclusivos.

A iniciativa de criação de um curso técnico de nível médio integrado em Artesanato no IFRS - Campus Alvorada representa um dos exemplos mais avançados de curricularização da economia solidária. O projeto, liderado pelo Entrevistado E5, que é pedagogo, não trata a economia solidária como um tema transversal ou uma disciplina isolada, mas como o próprio eixo estruturante da formação. A escolha do curso de Artesanato não foi aleatória, mas fruto

de uma análise estratégica sobre qual formação poderia dialogar mais diretamente com a realidade local e com os princípios do trabalho associado, conforme explica a concepção do projeto:

A gente tá constituindo agora o PPC do nosso curso de artesanato [...] eu fui olhar assim pra dentro dos eixos do campus qual o curso que pode ter um bom diálogo com a economia solidária e aí olhando o catálogo eu me deparei com o de artesanato. Aí eu fiz a proposta de o curso de artesanato desde a proposta ele já vinha com esse eixo da economia solidária como perspectiva de sociedade e perspectiva de geração de renda [...] A gente quer um curso que seja que a pessoa ela possa tanto aprender a fazer a arte, o artesanato, o ofício, quanto também a gente quer que ela possa aprender, de forma cooperativa, de forma coletiva, a se organizar pra produzir e gerar renda a partir do artesanato (Entrevistado E5).

Esta visão de currículo se alinha diretamente com o conceito de formação humana integral e politécnica, que busca superar a dicotomia histórica entre o pensar e o fazer, entre a formação propedêutica e a profissionalizante. Ao integrar o ensino do ofício com a formação para a autogestão, o curso visa dotar os estudantes de uma autonomia completa: a capacidade de produzir (saber técnico) e a capacidade de gerir coletivamente sua produção (saber político e social). Esta abordagem confronta diretamente o que Tiriba (2008) critica como a negação do acesso dos trabalhadores aos instrumentos teóricos que lhes permitam compreender os fundamentos do mundo do trabalho.

Mais profundamente, a iniciativa é uma resposta direta à hegemonia da "cultura do empreendedorismo". O Entrevistado E5 posiciona a economia solidária como um contraponto pedagógico necessário:

Eu vejo na economia solidária um potencial que é muito interessante que é justamente o fato de ele desnaturalizar a lógica do individualismo, a lógica da competição, a própria lógica capitalista [...] ela ao mesmo tempo que ela desnaturaliza a ordem das coisas como ela tá posta, ela diz 'olha o mundo não precisa ser assim' [...] ela também anuncia, ela usa esse par dialético do Freire né de denúncia e anúncio e mostra que existe algo concreto que pode ser implementado (Entrevistado E5).

Essa perspectiva transforma o ato de ensinar em uma prática de libertação, já que ao apresentar a economia solidária não como uma utopia distante, mas como uma "realidade" e um "projeto", na concepção de Razeto (2010), o currículo oferece aos estudantes o direito de

conhecer e escolher outras formas de organizar a vida e o trabalho. Trata-se de uma disputa fundamental, pois, como argumenta o Entrevistado E5, “se a escola não apresentar essa alternativa, os estudantes estarão expostos apenas à narrativa dominante, que individualiza o sucesso e o fracasso e obscurece as estruturas de exploração”.

Se a criação de cursos inteiros representa o ideal, a inserção de disciplinas e conteúdos em currículos já estabelecidos é a tática mais comum e acessível, porém essa estratégia, no entanto, não é isenta de tensões e contradições. No IFRS - Campus Viamão, a Entrevistada E1, professora de administração do campus, relata que a temática da economia solidária está presente na maioria dos cursos do eixo de gestão, o que é um avanço significativo, porém ela aponta para desafios que revelam a complexidade dessa inserção. O primeiro é o que ela denomina de "esquizofrenias curriculares":

A gente tem em alguns cursos o caso de ter economia solidária dentro da disciplina de empreendedorismo. Então também temos essas esquizofrenias curriculares. Essa "esquizofrenia" é sintomática da disputa de projetos, porque ao colocar a economia solidária dentro do empreendedorismo, corre-se o risco de domesticá-la, de despi-la de seu potencial anticapitalista e de apresentá-la como apenas mais uma ferramenta ou nicho de mercado dentro da lógica dominante, em vez de uma alternativa de contraponto à ela (Entrevistada E1).

Isso ecoa a crítica de Barbosa (2007) sobre como as políticas públicas podem instrumentalizar a economia solidária para gerenciar a pobreza sem alterar as estruturas que a produzem. Essa afirmativa é reforçada pela fala do Entrevistado E5:

O currículo é espaço de disputa política. Eu sempre batalhei para que a economia solidária fosse curricularizada, porque não podemos ficar apenas na lógica do empreendedorismo individualista que já é dominante em toda parte (Entrevistado E5).

O segundo desafio apontado pela Entrevistada E1 é a dissonância entre a ementa do componente curricular e o referencial bibliográfico, um problema que evidencia a superficialidade de algumas dessas inserções:

Um desafio que a gente tem é que em alguns currículos a gente tem economia solidária, mas não tem referencial teórico metodológico relacionado à economia solidária. Então tu tem a economia solidária mas aí quando tu vai lá pra parte das referências da biografia básica e complementar acaba vindo né os referenciais da administração clássica (Entrevistada E1).

Essa constatação é crucial, pois ela mostra que a mudança curricular não deve ser apenas nominal, mas exige uma profunda revisão epistemológica, que substitua os manuais de gestão focados em competição e lucro por autores como Singer, Mance, Gaiger, Dagnino, França Filho entre outros e que incorpore metodologias de ensino participativas, alinhadas aos princípios da autogestão. Sem essa coerência teórico-metodológica, as disciplinas relacionadas à economia solidária correm o risco de se tornar um corpo estranho no currículo, ou pior, de ter seus conceitos adulterados para se encaixarem no paradigma convencional.

Diante dessa preocupação com as possíveis distorções teóricas e metodológicas, a Entrevistada E1 realizou um levantamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs³) vigentes no Campus Viamão do IFRS, na tentativa de identificar aproximações e distanciamentos com a formação para o trabalho associado e autogestionário, tendo o empreendedorismo como contraponto. No Quadro a seguir são apresentados os cursos, modalidades e com base em trechos selecionados dos PPCs desses cursos, são identificadas algumas aproximações e distanciamentos relacionadas à formação para o trabalho associado e autogestionário:

Quadro 05 - Aproximações e distanciamentos da formação para o trabalho associado e autogestionário nos PPCs do Campus Viamão do IFRS

Curso	Modalidade	Aproximações e distanciamentos da formação para o trabalho associado e autogestionário	Trechos dos PPCs
Técnico em Meio Ambiente	Ensino Médio Integrado	Economia Solidária como tema do componente curricular "Empreendedorismo", mas sem nenhum referencial teórico da Economia Solidária. Referências da Administração de Empresas.	Entender o processo empreendedor e sua importância para o empreendimento e a sociedade, abordando e discutindo as implicações práticas relacionadas ao empreendedorismo, englobando as características do empreendedor, as oportunidades locais e regionais, as economias solidária, colaborativa e cooperativa, o empreendedorismo socioambiental e o desenvolvimento de novos negócios. (IFRS, 2017)

³ Os PPCs são documentos norteadores dos cursos e são construídos na forma colegiada entre docentes e técnicos administrativos ligados ao campo pedagógico do campus e que depois de finalizados vão para deliberação do conselho superior da instituição. Para elaboração deste levantamento foram utilizados os descritores “trabalho associado”, “autogestão”, “economia solidária”, “cooperativismo”, “associativismo” e “empreendedorismo”.

Quadro 05 - Aproximações e distanciamentos da formação para o trabalho associado e autogestionário nos PPCs do Campus Viamão do IFRS (continuação)			
Técnico em Administração	Ensino Médio Integrado	Economia solidária aparece entre os objetivos do curso, como modelo alternativo de negócio.	Promover vocações empreendedoras voltadas para a inovação e para a sustentabilidade, promovendo modelos alternativos de negócios envolvendo a economia solidária, colaborativa, o associativismo e o cooperativismo. (IFRS, 2017)
Técnico em Administração	Ensino Médio Integrado	Componente curricular Cooperativismo e Economia Solidária.	Proporcionar ao aluno reflexões sobre economia solidária e cooperativismo no contexto da construção de uma cultura da sustentabilidade, da ação solidária e cooperativa e da autogestão de projetos. Avaliar as políticas públicas para o setor e conhecer algumas experiências/ vivências em economia solidária e cooperativismo contemporâneo, com ênfase à zona urbana e rural da região metropolitana de Porto Alegre. (IFRS, 2017)
Técnico em Administração	Ensino Médio Integrado	Economia solidária como um dos eixo do projeto integrador, também como um modelo alternativo de negócio, tido como "organização empresarial".	O Projeto Integrador IV deverá funcionar como um laboratório de criação, permitindo uma simulação organizacional de uma empresa. Para tanto, deverá conceber diferentes modelagens organizacionais, incluindo as voltadas para a economia solidária, colaborativa, o associativismo e o cooperativismo. (IFRS, 2017)
Técnico em Administração	Ensino Médio Integrado	Está autodeclarado o estímulo ao empreendedorismo.	curso busca formar profissionais técnica e politicamente preparados para atender às demandas da sociedade, estimulando o empreendedorismo na área da Administração, respeitando assim, a sustentabilidade da região. (IFRS, 2017).
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente	Não tem nenhuma aproximação com o trabalho associado e autogestionário e autodeclara estar conectado com o empreendedorismo.	Existe uma busca constante pelo desenvolvimento de profissionais preparados para o mundo do trabalho, mas com valores éticos, conectados às tecnologias sustentáveis e ao empreendedorismo, principalmente relacionado às especificidades regionais. (IFRS, 2018)

Quadro 05 - Aproximações e distanciamentos da formação para o trabalho associado e autogestionário nos PPCs do Campus Viamão do IFRS (continuação)			
Técnico em Administração	Subsequente	Não tem nenhuma aproximação com o trabalho associado e autogestionário e autodeclara estar voltado primordialmente ao empreendedorismo.	O curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, desenvolvido no eixo tecnológico da Gestão e Negócios, vai ao encontro da vocação e do anseio de toda a região pela formação de sujeitos para a área de comércio e serviços e, primordialmente, voltada ao empreendedorismo. (IFRS, 2016)
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente	Economia solidária como um dos temas do componente curricular "Fundamentos da economia".	Fundamentos da economia; Sistemas econômicos; Noções de microeconomia; Estruturas de mercado; Fundamentos da análise macroeconômica; Política fiscal, monetária e cambial; Economia internacional; Economia do setor público; Desenvolvimento econômico; Economia solidária; Economia colaborativa; Economia ecológica; Arranjos produtivos locais. (IFRS, 2017)
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente	Mesmo sendo um curso de serviços públicos traz a perspectiva de impulsionar o empreendedorismo.	Indo ao encontro do objetivo geral do presente curso, que é formar profissionais para atividades de suporte na gestão de organizações, visando impulsionar o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável local e regional. (IFRS, 2017) Assumindo posições gerenciais, empreendedoras, criativas no sentido de melhorar as estruturas das organizações públicas. (IFRS, 2017).
Tecnologia em Gestão Ambiental	Graduação	Não tem nenhuma aproximação com o trabalho associado e autogestionário, mas tem componente curricular de "empreendedorismo" e a temática no componente curricular de "Gestão de projetos ambientais".	Abordar e discutir referencial teórico e implicações práticas relacionadas ao empreendedorismo, dando ênfase às características do empreendedor e ao desenvolvimento de novos negócios. (IFRS, 2016)

Quadro 05 - Aproximações e distanciamentos da formação para o trabalho associado e autogestionário nos PPCs do Campus Viamão do IFRS (continuação)			
Tecnologia em Processos Gerenciais	Graduação	Componente curricular de Gestão de Cooperativas, onde está entre as temáticas economia solidária e autogestão.	Proporcionar ao estudante conhecimento sobre os fundamentos, conceitos e métodos do cooperativismo e da economia solidária, entendidas como estratégias fundamentais para empreender e gerar renda e empregos de qualidade local e regionalmente. (IFRS, 2019)
Tecnologia em Processos Gerenciais	Graduação	Inclusão de cooperativismo no componente curricular "Modelos de Negócio", mas com referências da administração de empresas	A economia solidária como alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social e seus princípios: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. (IFRS, 2019).
		Perspectiva de impulsionar o empreendedorismo nos objetivos do curso.	Formar profissionais para a gestão de organizações, que visem impulsionar o empreendedorismo e o avanço sustentável local e regional. (IFRS, 2019)
Especialização em Agroecologia	Pós-Graduação	Economia solidária como um dos temas do componente curricular "Fundamentos de Economia para a vida"	Fundamentos de Economia para a vida, abordagens substantiva e ecológica; desenvolvimento e limites do crescimento; abordagens contemporâneas da economia solidária, feminista e do bem viver. Perspectivas da economia para além (e em contraponto) das abordagens convencionais. Fundamentos de reprodução e ampliação da vida, bases de cooperação e integração ecológica. Noções de desenvolvimento diante dos limites ambientais, das desigualdades e crises contemporâneas. Experiências e (con)vivências de práticas voltadas para necessidades fundamentais em contraponto à acumulação em si. (IFRS, 2022).

Fonte: (KREBS, 2024).

O primeiro dado importante, que cabe salientar é que o curso de pós-graduação em nível de especialização em agroecologia foi o único, entre todos os oito cursos analisados que não foi encontrada menção ao termo “empreendedorismo”, nos demais, inclusive no curso técnico subsequente em serviços públicos, foi identificada a presença do empreendedorismo, tanto nos componentes curriculares, quanto nos objetivos, destacando sua ênfase e importância sendo acompanhado por termos como: impulsionar, estimular.

Em alguns casos observados, o termo “empreendedorismo” aparece fazendo relação com “economia solidária”, “cooperativismo” e “associativismo” como no curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio onde a economia solidária está presente como um tema proposto na ementa da disciplina de empreendedorismo, mas não foram identificadas nas bibliografias básica e complementar nenhuma obra que ofereça aporte teórico sobre economia solidária, tendo um referencial bibliográfico plenamente voltado aos conteúdos de gestão e administração tradicionais.

Outra anomalia observada diz respeito ao curso técnico em administração integrado ao ensino médio, onde apesar de haver um componente curricular nomeado como Cooperativismo e Economia Solidária, com uma bibliografia correspondente, nos objetivos do curso e também em um dos eixos do projeto integrador a economia solidária é apresentada equivocadamente como um modelo alternativo de negócio, enfatizando um caráter de organização empresarial, o que não corresponde a realidade. Estas informações apanhadas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio apesar de indicar uma relativa aproximação com a temática do trabalho associado e da autogestão suscitam uma certa preocupação pois sinalizam um desconhecimento quanto às origens, trajetória e organização da economia solidária tanto em colocá-la como uma organização empresarial, quanto classificá-la como uma sub-área do empreendedorismo.

Nos cursos da modalidade subsequente, somente no técnico em serviços públicos aparecem elementos relacionados à economia solidária, na ementa da disciplina de fundamentos da economia como um tema a ser abordado dentro do componente curricular. Por sua vez, nos cursos de graduação, a disciplina de gestão de cooperativas incorpora as temáticas de economia solidária e autogestão e o elemento cooperativismo é componente da ementa da cadeira de modelos de negócios, ambos no curso de tecnologia em processos gerenciais. Nos cursos relacionados ao eixo ambiental, tanto na modalidade técnico subsequente, quanto na graduação, pelo que foi observado nos PPCs, não há qualquer menção à economia solidária, autogestão ou trabalho associado.

Analisando o cenário curricular descrito, é possível perceber que a presença da economia solidária demonstra uma aproximação estratégica com o eixo de gestão e negócios, mas por outro lado a sua completa ausência como verificado no eixo ambiental dos cursos subsequentes e graduação, indica que existe a possibilidade de inclusão da temática do trabalho associado e autogestionário nesta matriz curricular, destacando sua importância no desenvolvimento sustentável e também na diversificação dos modelos de produção, comercialização e consumo presentes na economia solidária.

A não abordagem do trabalho associado e autogestionário em alguns cursos reflete uma falta de (re)conhecimento quanto a relevância da economia solidária para o desenvolvimento sustentável e sugere um descompasso entre a formação oferecida e as demandas por soluções sociais e ambientais inovadoras, como foi destacado na fala da Entrevistada E2 que apresenta a seguinte reflexão:

“O ensino regular no campus sempre teve como referência os PPCs, mas a gente busca que eles sejam construídos olhando para as demandas sociais e culturais da nossa comunidade. Não é só um curso técnico, é também uma oportunidade de trazer sentido para quem está aqui” (Entrevistada E2).

A lógica tradicional, focada no empreendedorismo individual e em modelos de negócios convencionais, parece prevalecer, ignorando o potencial do trabalho associado como uma ferramenta para a sustentabilidade, a gestão de resíduos, a agroecologia e outras práticas que convergem com a pauta ambiental.

A situação destaca a necessidade de um esforço de articulação e de disputas internas para que a economia solidária seja reconhecida não apenas como uma temática de gestão, mas como um princípio transversal, capaz de permear diferentes áreas do conhecimento e de contribuir de forma mais ampla para a formação de profissionais comprometidos com a transformação social e ambiental.

Nessa linha de pensamento, a Entrevistada E4 destacou a importância de inserir a economia solidária no currículo como uma forma de ampliar o olhar crítico dos estudantes sobre o mundo do trabalho. A disciplina de economia solidária, implementada no curso superior em Processos Gerenciais, possibilitou reflexões sobre a diferença entre trabalho e emprego, valorizando atividades muitas vezes invisibilizadas, como o trabalho doméstico, o cuidado de pessoas e a produção artesanal e acrescentou:

Nós entendemos que a economia solidária precisa estar dentro do currículo, porque ela amplia a visão crítica sobre o mundo do trabalho, pois não se trata

só de ensinar a ser empregado, mas de entender outras formas possíveis de organizar a vida (Entrevistada E4).

Essa perspectiva trouxe à tona discussões fundamentais sobre gênero, já que muitas alunas relataram situações de opressão em casa e no mercado de trabalho. Ao abordar esses temas, o ensino passou a cumprir um papel formativo mais humano e social, fazendo com que os alunos percebessem que existem formas de organização coletiva que podem gerar renda e autonomia sem reproduzir a exploração das relações tradicionais de emprego. Assim, o currículo não transmite apenas os conteúdos técnicos, mas também promove consciência crítica, estimulando a cidadania e a transformação social por meio da educação.

4.2 Os IFs e a pesquisa aplicada: gerando conhecimento através da prática

A produção de conhecimento científico no campo da economia solidária dentro dos Institutos Federais, embora talvez menos visível publicamente que as ações de extensão e ensino, constitui um pilar fundamental que sustenta, qualifica e legitima a atuação dos IFs. Diferentemente de um modelo de pesquisa puramente teórico ou desvinculado da realidade, a investigação em economia solidária nos IFs demonstra um caráter eminentemente aplicado, engajado e, frequentemente, indissociável das práticas de ensino e extensão.

Se o ensino é o campo da disputa curricular, a pesquisa aparece como o lugar de legitimação acadêmica da economia solidária, pois é por meio dela que práticas desenvolvidas em territórios, muitas vezes invisíveis para a ciência tradicional, podem ser sistematizadas, analisadas e transformadas em conhecimento social e academicamente validado.

Dagnino (2020, p. 45) afirma que “a tecnociência solidária não é neutra, mas se orienta por demandas sociais concretas”. Esse conceito dialoga diretamente com os relatos dos entrevistados, que veem a pesquisa não como um fim em si mesma, mas como meio para compreender, propor e transformar realidades a partir de experiências vivenciadas junto às comunidades como a pesquisa realizada pela Entrevistada E1 que relata que sua trajetória de doutorado esteve marcada por esse compromisso:

No início do doutorado eu me aproximei muito desse movimento da economia solidária e em paralelo a minha orientadora, ela já atuava nessa no campo de pesquisa do trabalho associado ao gestor, dos saberes do trabalho e também na economia solidária, mas eu entrei sem ter muita clareza sobre a economia solidária e quando eu entrei no doutorado eu não tinha inicialmente nomeado como economia solidária eu entrei no doutorado querendo entender como acontecia né essa relação entre o instituto Federal e

o assentamento Filhos de Sepé e o campo né a pesquisa é que me trouxe a economia solidária e que tudo aquilo acontecia no campo da economia solidária e acabou me levando a investigar a relação entre os IFs e os movimentos sociais, e percebi que a economia solidária é um espaço privilegiado dessa articulação, porque é na pesquisa que conseguimos dar visibilidade e fundamentação pra essas práticas (Entrevistada E1).

A pesquisa, portanto, não apenas descreve realidades, mas se constitui em um instrumento de luta política e pedagógica. Assim, a tese da Entrevistada E1 analisa a presença e os limites da formação para o trabalho associado nos IFs e faz uma crítica ao modelo tradicional de preparação para o mundo do trabalho que é realizado atualmente na instituição e aponta que a formação nos IFs ainda é fortemente marcada pela lógica do trabalho assalariado e adaptativo ao mercado, centrada no empreendedorismo e na empregabilidade. Esse modelo acaba reforçando a individualização e a subordinação à lógica capitalista, deixando em segundo plano experiências de autogestão e de trabalho coletivo como proposto pela economia solidária, como relatado pela Entrevistada E1:

A gente precisa pensar pra que trabalho formamos, porque não existe somente o trabalho assalariado e o empreendedorismo individual que é o que a gente muitas vezes faz né nos nossos processos formativos e inclusive como as pessoas também enxergam, as pessoas normalmente entram né no instituto federal pensando em conseguir um emprego melhor, em ter um salário melhor, em ter uma renda melhor, mas a gente pouco discute sobre quais são essas possibilidades de trabalho, a gente deve também fazer os nossos processos formativos usar o nosso orçamento pra fazer formação de economia solidária, a gente tem a questão de em alguns cursos ter economia solidária dentro da disciplina de empreendedorismo, totalmente desvirtuado, até porque essa perspectiva do empreendedorismo a gente tem em todos os cursos (Entrevistada E1).

O trabalho associado é apresentado como possibilidade pedagógica e política de superação dessa lógica e ao enfatizar a autogestão, a cooperação e a coletividade, ele abre caminho para a construção de uma cultura do trabalho solidário. Nos IFs, isso se expressa em experiências pontuais, como projetos de extensão, incubadoras e práticas curriculares que articulam economia solidária e formação profissional no contexto do programa Ecoviamão no curso de agroecologia, conforme descreve a Entrevistada E1:

Eu tenho atuado dentro aqui do EcoViamão em ações voltadas à economia solidária, agroecologia e algumas questões relacionadas a inclusão também...

Eu me envolvi com o projeto de incubadora tecnológica de empreendimentos econômicos solidários com o programa EcoViamão que inclusive foi o programa né, eu estudei na tese que o programa Eco Viamão é o núcleo de estudos em agroecologia vinculado ao assentamento Filhos de Sepé, onde se aplica os princípios da economia solidária vinculados a essa formação integral do ser humano que o curso propõe (Entrevistada E1).

Não obstante, a Entrevistada E1, em sua tese reconhece que há barreiras institucionais que precisam ser transpostas como: currículos ainda dominados por concepções neoliberais; a ausência de políticas consistentes para a economia solidária nos IFs; e dificuldades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão voltados ao trabalho associado. Há também uma disputa cultural e pedagógica contra a hegemonia do empreendedorismo e do emprego assalariado como únicos meios de trabalho e geração de renda.

Para melhor compreensão do que é tratado em sua tese, apresenta-se a seguir um quadro comparativo entre os caminhos da empregabilidade e do empreendedorismo confrontado com a perspectiva da formação para o trabalho associado e autogestionário no contexto dos IFs:

Quadro 06 – Comparativo entre a Empregabilidade/Empreendedorismo x Formação para o Trabalho Associado nos IFs

Aspectos	Empregabilidade/Empreendedorismo (modelo hegemônico)	Formação para o Trabalho Associado (alternativa crítica)
Fundamento	Lógica neoliberal; foco na adaptação ao mercado de trabalho; centralidade do indivíduo.	Autogestão, coletividade e cooperação; fortalecimento da cultura solidária.
Organização do trabalho	Competitividade e individualização; empreendedorismo como ideal de sucesso.	Experiências de trabalho coletivo, solidário e democrático.
Objetivo da formação	Capacitar para a empregabilidade e inserção em um mercado instável e precarizado.	Promover formação integral e omnilateral; emancipação social e política.
Relação com PROEJA	Restrita à lógica da empregabilidade, sem aprofundar a dimensão crítica.	Espaço estratégico para articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia na perspectiva da economia solidária.
Limites/Desafios	Reforço da hegemonia do empreendedorismo e adaptação passiva à crise do trabalho assalariado.	Falta de políticas institucionais consistentes; práticas ainda pontuais e pouco valorizadas.
Potencial emancipatório	Baixo: individualiza responsabilidades e mantém a subordinação ao capital.	Alto: fortalece a solidariedade, a autogestão e novas formas de sociabilidade.

Fonte: Adaptado de KREBS (2024)

centrado na conversão desse pensamento em política pública e em prática pedagógica efetiva voltada a mostrar um outro caminho possível na formação para o mundo do trabalho.

Um dos principais pontos de análise do conteúdo de suas declarações está centrado na disputa ideológica e paradigmática entre o trabalho associado e autogestionário e o empreendedorismo individual. A Entrevistada E1, com sua formação em Administração, defende que os IFs devem formar para outras possibilidades de trabalho que não se restrinjam apenas à lógica capitalista dominante. O trabalho no IFRS Viamão, por meio da incubadora tecnológica e do programa EcoViamão, exemplifica essa práxis, focando na organização de processos de trabalho e na autonomia dos empreendimentos. Essa perspectiva se alinha à proposta da rede IF Ecosol, onde a mesma atua intensamente, sendo, portanto, uma defensora ferrenha da causa da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário.

A operacionalização dessa política se manifesta na sua fala, onde é possível verificar a alta frequência de menções à rede IF Ecosol e ao Programa Manuel Querino. A rede IF Ecosol, da qual a entrevistada é uma articuladora central, é vista como a estrutura de coordenação nacional que fortalece as ações de ensino, pesquisa e extensão e que faz com que a economia solidária transcenda a ação isolada e realmente atue como uma rede no âmbito dos IFs em todas as regiões do país. Já o Programa Manuel Querino (SENAES), por sua vez, é o *case* que materializa a economia solidária como política pública em execução, exigindo esforços de gestão e enfrentamento à burocracia para que os recursos cheguem efetivamente aos educadores, instituições e aos empreendimentos.

Finalmente, a preocupação da entrevistada se concentra nos desafios de implementação dessas políticas e na qualidade da formação para a economia solidária destacando a importância de uma educação popular como método de trabalho, com e não apenas para os trabalhadores, valorizando os saberes da comunidade e as experiências concretas de autogestão. Assim, ela aponta como um grande desafio, a curricularização da economia solidária e a necessidade de ir além da administração clássica nos referenciais bibliográficos, de modo que os cursos dos IFs realmente formem para a solidariedade e a emancipação.

Nessa direção, em busca de pavimentar o caminho da formação para o trabalho associado e autogestionário através da atuação dos IFS, foi realizado no ano de 2024, um levantamento com o intuito de conhecer e dimensionar a quantidade de servidores que atuam no campo da economia solidária em cada unidade da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Esse trabalho foi executado através do banco de dados da Rede

Integra, que atualmente é composta por 33 instituições da rede federal e foi constatado que em janeiro daquele ano haviam 1.249 servidores com trabalhos publicados, atividades de extensão entre outras formas de estudo e difusão da economia solidária em seus campi de origem, conforme o quadro a seguir:

Quadro 07 – Servidores que atuam na Rede Federal com o tema Economia Solidária

N.	INSTITUIÇÃO DA REDE FEDERAL	SERVIDORES
1	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	19
2	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	20
3	Instituto Federal do Acre	16
4	Instituto Federal de Alagoas	23
5	Instituto Federal do Amazonas	19
6	Instituto Federal da Bahia	154
7	Instituto Federal Catarinense	49
8	Instituto Federal do Espírito Santo	28
9	Instituto Federal Farroupilha	35
10	Instituto Federal Fluminense	16
11	Instituto Federal de Goiás	26
12	Instituto Federal Goiano	14
13	Instituto Federal de Minas Gerais	25
14	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	12
15	Instituto Federal de Mato Grosso	59
16	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	33
17	Instituto Federal da Paraíba	37
18	Instituto Federal de Pernambuco	36
19	Instituto Federal do Piauí	49
20	Instituto Federal do Paraná	52
21	Instituto Federal do Rio de Janeiro	39
22	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	74
23	Instituto Federal de Rondônia	31
24	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	77
25	Instituto Federal de Santa Catarina	79
26	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	12
27	Instituto Federal de Sergipe	-
28	Instituto Federal de São Paulo	94
29	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	-
30	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	16
31	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	61
32	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	11
33	Instituto Federal do Tocantins	33
TOTAL		1.249

Fonte: Pesquisa realizada pela servidora Josiane Roberta Krebs (IFRS), a partir dos dados da Rede Integra. Dados disponíveis em <https://integra.ifrs.edu.br/rede-integra>, acesso em 31/01/2024.

Os resultados, obtidos através desta consulta à Rede Integra, apontam para a existência de uma quantidade expressiva de servidores com produção acadêmica na área e sinaliza a presença de um capital intelectual considerável, cuja mobilização é estratégica para o avanço da pauta. As trajetórias dos pesquisadores entrevistados ilustram claramente como a pesquisa

se torna uma ferramenta de diagnóstico, de fundamentação e de transformação da realidade no que diz respeito à temática nos IFs.

A pesquisa de doutorado do E5, pedagogo do campus Alvorada do IFRS é um exemplo categórico e ilustra como a investigação acadêmica pode surgir de uma inquietação gerada pela prática profissional e ensejar o retorno a ela com novas ferramentas de análise e proposição, conforme salientou E5:

Eu concluí meu mestrado em 2013, eu pesquisei exatamente o ProEJA da Restinga, que foi a implantação do ProEJA da Restinga e eu decidi retomar os estudos aí eu fiz a seleção e comecei o meu doutorado na Universidade Federal de Pelotas. Eu entrei no doutorado no segundo semestre de 2020, passei um bom período do doutorado né, durante a pandemia eu tive que passar fazer todas as minhas disciplinas on-line [...] e aí eu finalmente defendi o meu projeto, a minha tese no final do ano passado, dezembro do ano passado. E aí eu pesquisei como que se dá a disputa de culturas do trabalho dentro da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica, e aí eu escolhi como lugar pra analisar essa disputa exatamente novamente o Campus Restinga, né, porque é o único campus do estado que tem dois cursos de educação de jovens e adultos: um deles com uma marca muito forte de empreendedorismo, que é o técnico em comércio, e outro com a marca muito forte de economia solidária, que é o técnico em agroecologia. Então, a partir disso, eu pude identificar como que se dão os tensionamentos, como se dá essa disputa, e eu pude identificar um pouco a importância, né, principalmente da economia solidária [...] o quanto que a economia solidária pode ser importante na formação de jovens e adultos trabalhadores (Entrevistado E5).

Seu trabalho, que analisou o tensionamento entre as culturas do trabalho (empreendedorismo vs. economia solidária) em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), partiu de uma observação empírica da realidade do IFRS, campus Restinga, na cidade Porto Alegre, que foi escolhido em função de ter presente essa dualidade que marca o campo de disputa entre as duas concepções ideológicas conforme narrado por E5:

Quando chegou na qualificação eu já tava com essa ideia mais amarrada de estudar, de observar como que estava o empreendedorismo e a economia solidária, aí eu fiz um levantamento aqui no estado do Rio Grande do Sul de que a gente tinha, se não me engano, 19 cursos de EJA, dos quais uns 10 ou 11 que tinham empreendedorismo e quatro que tinham de economia solidária, sendo que desses quatro, um tinha os dois, tinha economia solidária e empreendedorismo no currículo. E aí eu pensei ‘poxa, tá muito

desequilibrado isso né? Tem que ter algum motivo de estar acontecendo, tem que ter algum motivo pra estar acontecendo. Então eu comecei a estudar, fiz essa análise tentando identificar qual é a importância que os sujeitos dão tanto pra economia solidária quanto para o empreendedorismo. Eu fiz essa pesquisa com os coordenadores de curso (Entrevistado E5).

A pesquisa, nesse sentido, funcionou como um método para ir além da percepção e buscar as razões estruturais e ideológicas por trás desse "desequilíbrio". Ao mergulhar no estudo de caso do campus que ofertava os dois modelos, E5 pode compreender as concepções de realidade que os sujeitos carregam internamente sobre esta temática.

O meu mestrado eu fiz na UFRGS com a professora Maria Clara e eu durante a direção de ensino voltei a me aproximar dela quando ela estava discutindo essa questão da economia solidária na educação. E aí esse tema eu achei muito potente pra pensar na educação de jovens e adultos. Quando eu passei no doutorado na Federal de Pelotas, a minha orientadora, professora Waldelaine Mendes, estuda exatamente a questão do empreendedorismo na educação. E aí eu propus a ela de um projeto estudando exatamente esse tensionamento entre o empreendedorismo e a economia solidária, entre uma proposta que foca no indivíduo e uma proposta coletiva, daí depois da qualificação resolvi mergulhar no campus que tinha os dois cursos – um voltado à economia solidária e o outro ao empreendedorismo – e ao final foi um pouco disso que eu tinha comentado contigo: não é uma questão de um ser bonzinho e outro ser malzinho, mas sim uma questão de concepções de realidade que os sujeitos carregam introjetadas nelas.” (Entrevistado R5).

Essa compreensão, refinada pela teoria acadêmica, é o que hoje fundamenta sua defesa veemente pela intensificação da cultura do trabalho associado nos IFs com a conseqüente curricularização da economia solidária, em especial nos cursos de formação de jovens e adultos, conforme se pode observar diante da ênfase dada por E5:

Eu vejo na economia solidária uma proposta que pode ser semente de um projeto alternativo de sociedade. Desde então eu venho trabalhando nessa ideia de curricularizar a economia solidária nos cursos regulares (Entrevistado E5).

Para o Entrevistado E5, a defesa da tese não marcou um fim para sua pesquisa, mas se transformou em ação política e pedagógica dentro de seu campus, na forma do projeto do curso de Artesanato, como descreve: “A possibilidade está em transformar cursos, como o de

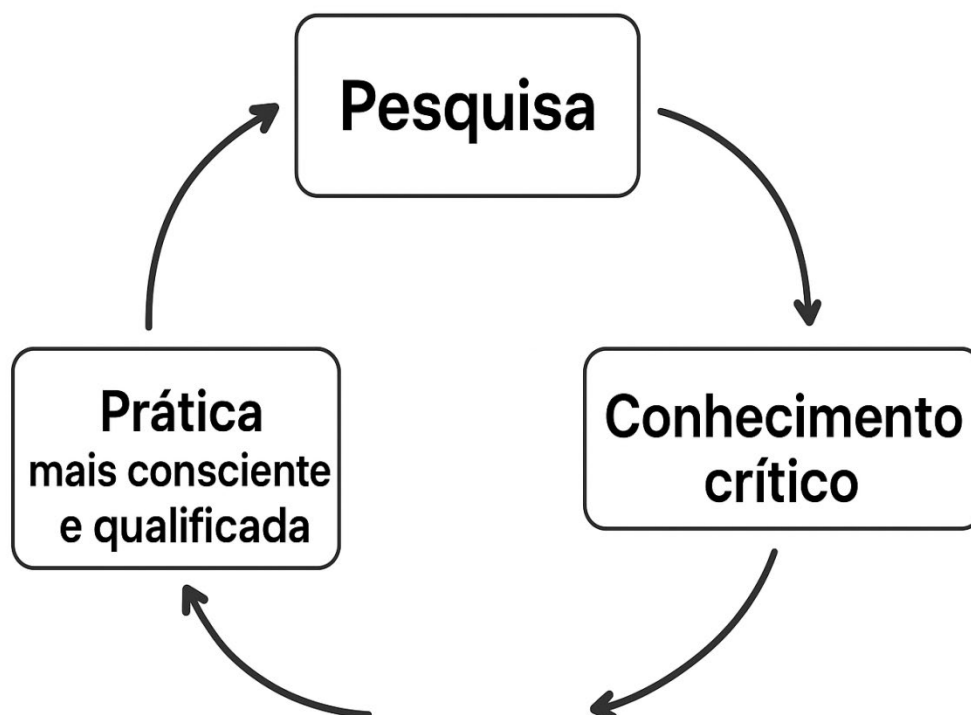
Artesanato, em referências nacionais. Isso mostra que é possível curricularizar a economia solidária de forma estruturante” e faz a seguinte reflexão:

Quando a gente fala do público da educação de jovens e adultos, a gente tá falando de sujeitos que necessariamente trabalham, gente que precisou largar a escola pra trabalhar, gente que precisou largar a escola pra criar os filhos, gente que precisou largar a escola por uma variedade de motivos, a maioria deles ligados ao trabalho, e que retornam à escola geralmente também por motivos ligados ao trabalho. Então são sujeitos que têm urgência de produzir a própria existência, que não podem deixar pra amanhã. Se se apresenta uma solução como o empreendedorismo individualista, eles agarram como solução porque precisam disso. Eu cheguei à conclusão de que a economia solidária pode ocupar esse espaço porque faz a crítica, mas também apresenta essa possibilidade de produção de renda imediata, de produção de existência material pro hoje. Então, pra EJA, ela tem um potencial muito grande. (Entrevistado E5).

Essa iniciativa de trazer a economia solidária para o centro da vida institucional, através da criação de cursos regulares é vital para a promoção da cultura do trabalho associado e o curso de Artesanato, proposto pelo campus Alvorada já é visto como um modelo a ser seguido. A existência de um curso formal não apenas forma estudantes, mas também induz a instituição a se movimentar, como argumenta a Entrevistada E2: "a partir do momento que tu tem um curso regular instituído no campus várias iniciativas elas têm que começar a surgir em razão daquilo ali". Ele gera a necessidade de projetos de pesquisa, de extensão, de laboratórios, criando um ecossistema interno favorável à disseminação dos princípios econômicos solidários.

Isso exemplifica um ciclo virtuoso onde a prática gera uma pergunta de pesquisa, a pesquisa gera conhecimento crítico, e o conhecimento crítico inspira uma nova prática, mais consciente e qualificada, como se observa na figura seguinte:

Figura 09 – Ciclo virtuoso da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Um exemplo categórico que ilustra essa inquietação que leva a busca de respostas qualificadas é o trabalho de pesquisa de doutorado do Entrevistado E6, que a partir de indagações surgidas nos grupos de pesquisa, o levaram a promover um intenso estudo sobre a influência das incubadoras tecnológicas e a promoção da formação integral de estudantes nos IFs e relata que após realizar o mestrado investigando a economia solidária, muitas perguntas haviam ficado sem uma conclusão embasada, motivando o prosseguimento do trabalho conforme descreve em sua fala:

Eu concluí o mestrado ProfEPT, ofertado pela rede federal, já pesquisando economia solidária, e recentemente concluí meu doutorado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, também na pesquisa em torno da economia solidária, num programa de pós-graduação interdisciplinar, que é o PPGTE [...] meu projeto de pesquisa até então era focado na economia solidária e como ela pode ser importante na formação dos alunos [...] e aí essa inquietação que me leva à pesquisa, né? Eu precisava ver o que tinha ficado marcado no pensamento dos alunos tá, e aí eu fui ver como é que eles estão lá fora depois, enquanto egressos. O egresso surge justamente pra eu poder tentar ouvi-los enquanto não mais vinculados à instituição. [...] e daí se confirmou a hipótese, né, de que, os institutos contribuem muito para a

formação dos estudantes em toda a sua amplitude, enquanto ser humano interagindo na sociedade e daí, como dá pra ver lá na pesquisa, quando eu fiz lá a delimitação do que seria a formação integral, que os IFs tanto almejam nos seus documentos de formação, [...] eu destrincho ela em três abas: a formação humana e social, formação profissional e a formação científica (Entrevistado E6).

A tese do Entrevistado E6 analisa as aproximações teóricas e práticas entre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e a formação integral promovida pelos IFs, com o objetivo de compreender de que maneira essas incubadoras contribuem para uma formação tecnológica articulada à formação crítica dos(as) estudantes. O estudo se ancora nos aportes teóricos da Teoria Crítica da Tecnologia e nas concepções da economia solidária. A pesquisa parte da hipótese de que as ITCPs, ao atuarem com base nos princípios da ES e da autogestão, fomentam práticas educativas críticas e emancipatórias, alinhadas ao projeto formativo dos IFs, que busca superar a fragmentação entre trabalho manual e intelectual, conforme detalha os resultados obtidos:

Eu sinto que esse trabalho, com esses resultados eu consegui encontrar foi muito bom. [...] Eu me senti surpreso, eu esperava que tivesse sim, um reflexo na formação, mas eu não imaginava que fosse ser tão incidente na área humana, justamente a área que eu critico bem no começo da tese, de formação extremamente limitada e reducionista. [...] A proposta dos IFs é não formar só técnico, mas técnicos com visão e perspectiva crítica do que fazem e das relações da sociedade. Então, o resultado da pesquisa me dá que os alunos falam, com entusiasmo, dessa perspectiva da cooperação, da importância do diálogo, da tomada de decisões coletivas, de empreender coletivamente [...] e regresso, não tava falando pra agradar a orientadora, tava falando um cara que tá fazendo faculdade de economia [...] quando eu fiz a análise das entrevistas com os estudantes, percebi que a formação humana e social era a que apresentava mais aprendizado. Eles falavam de compartilhamento, trocas de experiência, saber lidar com o outro, o problema da acumulação individual. [...] Um deles comentou que conheceu um grupo artístico numa feira e foi pesquisar mais depois [...] isso mostra o quanto a economia solidária amplia a formação cultural (Entrevistado E6).

Para realização do estudo, o Entrevistado E6, além de se utilizar da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, foram analisadas duas incubadoras vinculadas aos IFs: a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária do IFRJ (ITES-Niterói) e a Incubadora

Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSOL/ZN). A coleta de dados incluiu levantamento de projetos e relatórios, além de entrevistas semiestruturadas com docentes e egressos(as) do ensino médio integrado que participaram das incubadoras entre 2019 e 2022. A análise dos dados foi guiada pela Análise Textual Discursiva, permitindo a identificação de dimensões formativas associadas à formação integral — trabalho, ciência e cultura — conforme a concepção da Educação Profissional e Tecnológica dos IFs, como descreve:

A proposta da minha tese foi justamente entender a contribuição da economia solidária na formação integral dos estudantes do ensino médio integrado. [...] Eu entrevistei egressos para compreender como a vivência em incubadoras e projetos solidários impactou suas trajetórias. [...] Eu vejo que as incubadoras e projetos de extensão aproximam teoria e prática, dão sentido ao aprendizado e fortalecem os valores da economia solidária. [...] Isso reflete diretamente no ensino e na formação cidadã.[...] Eu tô agora com um projeto de pesquisa aqui em Colombo, com empreendedoras mulheres. Embora não esteja diretamente ligado à economia solidária, eu vejo como oportunidade de conexão entre pesquisa e práticas de desenvolvimento local (Entrevistado E6).

Os resultados evidenciam que as ITCs exercem papel formativo relevante, contribuindo para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico dos estudantes, pois as experiências nas incubadoras possibilitam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo práticas pedagógicas que valorizam o saber popular, a cooperação, a solidariedade e a reflexão crítica sobre o papel social da tecnologia, que, além de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários, essas experiências fomentam a chamada Tecnociência Solidária trazida por Dagnino (2020), com o conceito que orienta o uso do conhecimento técnico-científico em prol do bem coletivo. Assim, a tese demonstra que a integração entre ITCs e IFs constitui um espaço privilegiado para a consolidação de uma formação integral e emancipatória, contribuindo tanto para o fortalecimento da economia solidária quanto para o projeto social e educativo dos IFs.

Outro papel fundamental da pesquisa é o de conceituar e dar nome a práticas que, embora já existentes, ainda não estão plenamente compreendidas em seu arcabouço teórico. Essa situação é trazida pela Entrevistada E1, onde relata que seu interesse pelo tema da economia solidária nasceu do contato prático com um aluno assentado do MST, mas foi o

rigor da pesquisa de doutorado que lhe permitiu aprofundar e sistematizar sua compreensão da economia solidária, como fala em sua entrevista:

"Eu fui passar a entender mesmo a economia solidária quando eu ingressei na Rede IF Ecosol, porque até então também eu tava na minha realidade meio academicista [...] eu já tava né, lendo textos, estudando sobre economia solidária, mas era muito na teoria ainda [...] a pesquisa é que me trouxe para a economia solidária né? Aí foi que eu realmente descobri e consegui, de alguma forma, entender e explicar o que a gente via acontecer e aí a gente percebe a dimensão de que tudo aquilo acontecia no campo da economia solidária (Entrevistada E1)

Este relato é significativo porque mostra que a pesquisa pode ser um processo de descoberta tanto para o pesquisador quanto para o campo. Ao estudar a relação entre o IF e o assentamento, ela não estava apenas aplicando uma teoria pré-existente, mas utilizando a pesquisa como uma lente para enxergar e conceituar a dinâmica daquele território. Esse conhecimento, forjado na intersecção entre a prática da extensão e o rigor acadêmico, foi o que a qualificou para se tornar uma das principais articuladoras da Rede IF Ecosol e do Programa Manuel Quirino. A pesquisa, neste caso, se constitui em etapa crucial no processo de formação de um agente de transformação, capaz de dialogar com o governo e propor políticas públicas com base em conhecimento sólido.

Assim, a pesquisa em economia solidária nos IFs se caracteriza por sua forte conexão com a realidade, funcionando como um pilar que diagnostica problemas, aprofunda a compreensão teórica e qualifica para a intervenção prática. Embora ainda precise de maior institucionalização, com a criação de mais grupos de pesquisa formais e linhas de fomento específicas, ela já desempenha um papel insubstituível na construção de uma atuação dos IFs que seja, ao mesmo tempo, socialmente relevante e academicamente rigorosa.

Essa busca pela solidez teórico-metodológica pode ser observada também através da experiência do IFRS que demonstra mais um modelo de articulação e integração da pesquisa funcionando como um alicerce planejado para a ação extensionista. Após um período de atuação mais emergencial em 2024, com ações voltadas a atender as demandas da crise provocada pela enchente na região, os servidores do campus Rolante, identificaram a necessidade de qualificar sua intervenção, que até então acontecia majoritariamente de forma intuitiva e pouco planejada sem o devido amparo científico. O registro de um projeto de pesquisa formal foi a estratégia encontrada para isso, conforme explicado pelo Entrevistado E3, que retrata sua argumentação:

"O que acontece é que os projetos normalmente eles têm essas duas fases assim, primeiro da mobilização das pessoas e identificação dos desejos e necessidades, e depois a gente passa pra um trabalho mais técnico que daí vai exigir mais assim do corpo docente e técnico na realização, né? [...] esse projeto de pesquisa que tá cadastrado que foi feito esse ano e que nós vamos começar a operacionalizar as publicações em termos de pesquisa e a extensão, naturalmente esse projeto de pesquisa que é oriundo aqui do campus vai se estender para extensão (Entrevistado E3).

Nesse modelo, a pesquisa é vista como a fase de trabalho mais técnico que dará sustentação às oficinas de precificação, às assessorias de autogestão e ao desenvolvimento da futura incubadora tecnológica de empreendimentos solidários. Ela serve para sistematizar dados, estudar outras experiências, validar metodologias e garantir que a assessoria prestada à comunidade seja eficaz e bem fundamentada. Isso reflete um amadurecimento da prática extensionista, que busca superar o voluntarismo e se basear em conhecimento científico, em linha com a proposta de uma Tecnociência Solidária defendida por Dagnino (2020), que argumenta pela necessidade de um suporte cognitivo robusto para os empreendimentos solidários, em especial no caso da extensão.

4.3 A extensão nos IFs: construindo pontes e transformando territórios

A extensão é, sem dúvida, a dimensão mais vibrante, visível e imediata da contribuição dos Institutos Federais para o fortalecimento da economia solidária, pois é através dela que a instituição rompe seus muros e se insere na dinâmica social dos territórios, cumprindo de forma mais direta sua missão de “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais” (BRASIL, 2008). A extensão atuando no campo da economia solidária nos IFs não se desenvolve como uma via de um só sentido, aquele caracterizado pela transferência de tecnologia, mas ocorre através de um processo dialógico de construção conjunta de saberes e soluções. As experiências relatadas pelos entrevistados revelam a diversidade e a potência dessa atuação, que pode ser tanto proativa, na construção de ecossistemas, quanto reativa, na resposta humanizada a crises.

A atuação do IFRS, campus Alvorada, exemplifica um modelo de extensão que busca, de forma estratégica e contínua, fomentar um ecossistema local de economia solidária, através de ações que não são isoladas, mas interligadas, visando fortalecer os atores locais e criar uma infraestrutura de apoio para a economia solidária no município. A Entrevistada E2, que

coordena a extensão no campus, descreve como as parcerias e os projetos do campus geraram resultados concretos para a comunidade:

O pessoal da feira alternativa [...] se fortaleceu, eles conseguem tocar de forma organizada as feiras alternativas aqui em Alvorada. O pessoal das cozinhas populares agora, eles estavam no curso de gestão de economia solidária e eles conseguem se articular enquanto rede de cozinha solidárias, embora já tenha outras iniciativas [...] O pessoal das associações de moradores, a UAMA por exemplo [...] eles estão constituindo com CNPJ, conseguiram se organizar com mão-de-obra, com recurso pra poder nos fornecer 60 marmitas em um final de semana para os estudantes. Então a gente consegue ver eles organizados assim, enquanto coletivo, enquanto grupo e isso é muito gratificante de ver o quanto essa união da comunidade impacta no crescimento pessoal de cada um, mas em especial no desenvolvimento local, do território [...] a feira pra mim foi a mais impactante [...] esses momentos que a gente tem dentro do campus com a comunidade de fora [...] abrir o espaço do campus pra que as feiras possam acontecer [...] pra que todo mundo saiba que assim, dia 5 do mês tem feira lá no IF [...] pode comprar de produtores que produzem o seu próprio material sem exploração de ninguém (Entrevistada E2).

A criação de projetos como a pré-incubadora Casa de Dandaras e o Tecidos e Redes indica uma visão de longo prazo, onde a intenção é criar estruturas permanentes de apoio que possam acolher e acompanhar os empreendimentos em sua trajetória. Este modelo de extensão proativa e articuladora posiciona o IF não como um ator externo, mas como parte integrante do desenvolvimento territorial sustentável, como a Entrevistada E2 bem observa:

Outra coisa é quando a gente tem efetivamente o apoio da incubadora [...] a gente já tem uma pré-incubadora, a gente quer uma incubadora técnico-social que possa auxiliar os sonhadores, as pessoas que desejam trabalhar com a economia solidária aqui no campus avançando com seus negócios [...] a ideia é que esse projeto da pré-incubadora Casa de Dandaras possa acolher essas iniciativas das pessoas aqui do entorno que têm a intenção de estabelecer os seus negócios na perspectiva da economia solidária [...] a gente deu a formação através do Manoel Quirino, temos a pré-incubadora agora que a Adri tá coordenando e vamos ver como é que vai funcionar [...] A gente tem o *Tecidos e Redes*, que é coordenado pela servidora técnica administrativa Ana [...] e que se articula junto com Casa de Dandaras e junto com o Santas de Casa [...] o nome dele é inclusive porque ele tece redes entre todos esses projetos que trabalham com economia solidária aqui no campus (Entrevistada E2).

O IFRS, campus Alvorada tem se consolidado como um importante agente de desenvolvimento local ao articular ensino, extensão e práticas colaborativas voltadas à economia solidária, a partir de iniciativas como a Pré-Incubadora TecnoSocial: Casa de Dandaras, em parceria com os projetos *Santas de Casa* e *Tecidos e Redes*, o campus promove ações que visam fortalecer coletivos e empreendimentos populares da região. Esses projetos atuam em cooperação com organizações sociais como a Unisol RS e a Associação pelo Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável de Alvorada, responsáveis pela implantação de bancos comunitários e pela oferta de cursos de formação. Essa integração reflete a concepção de extensão enquanto prática transformadora, capaz de promover a troca de saberes entre instituição e comunidade, contribuindo para a geração de renda, a inclusão social e a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Fotografia 01 – Ações da pré-incubadora do IFRS, campus Alvorada



Fonte: site do IFRS (2025) créditos Jully Karoline Alves da Conceição, bolsista do projeto Casa de Dandaras e aluna do curso de Produção Multimídia do campus Alvorada

As feiras periódicas também são vistas como uma poderosa ferramenta de institucionalização. O sonho, expresso pela Entrevistada E2, é "instituir as feiras como algo regular aqui no campus [...] que todo mundo saiba que assim dia 5 do mês tem feira lá no IF". Isso criaria um canal de comercialização previsível e confiável para os produtores, integraria o campus à vida econômica da cidade e serviria como um espaço permanente de educação para o consumo consciente e solidário para toda a comunidade acadêmica.

A realização destes eventos e a consolidação da mobilização da comunidade em torno destas propostas é muito importante e reveladora, uma vez que não foi a extensão do IF que

criou esses grupos, mas atuou como um catalisador para sua organização e fortalecimento, que ao oferecer formação em gestão, via o Programa Manuel Quirino, abrir o espaço do campus para feiras e contratar os serviços das associações locais, o IF promove o conhecimento, dando visibilidade e recursos ao ecossistema solidário que se forma e ganha corpo. Essa atuação é a materialização do conceito de "adequação sociotécnica" de Dagnino et al. (2004), onde a tecnologia, neste caso, o conhecimento em gestão e organização, é desenvolvida e aplicada em diálogo direto com as necessidades e a realidade dos sujeitos populares.

O conjunto dessas ações expressa o compromisso do IFRS, campus Alvorada com o desenvolvimento territorial sustentável, alicerçado em princípios de solidariedade, autogestão e participação coletiva que ao apoiar a execução de cursos, fomentar a qualificação profissional e oferecer suporte técnico por meio da pré-incubadora, a instituição assume um papel estratégico de mediadora entre políticas públicas, redes solidárias e comunidades locais. Essa atuação evidencia uma perspectiva educativa que ultrapassa os limites da sala de aula, promovendo uma interlocução entre conhecimento acadêmico e saberes populares e dessa forma o campus se consolida como espaço de referência na promoção da economia solidária e na construção de alternativas socioeconômicas sustentáveis, reafirmando a missão social dos IFs como agentes de transformação e fortalecimento comunitário, o que fica bastante evidente quando se analisa as falas da Entrevistada E2.

Em uma análise sobre as considerações da Entrevistada E2, que atua como coordenadora de extensão no campus Alvorada do IFRS, se pode confirmar em seu discurso, através de suas palavras mais frequentes, que são: extensão, economia solidária e campus Alvorada, que seu trabalho é ancorado na articulação com a comunidade e na geração de renda para populações vulneráveis com uma dedicação primária ao eixo da extensão e à economia solidária, elementos que se tornaram a marca de identidade do campus, onde a servidora estabelece uma relação dialógica entre o IFRS e o território, utilizando projetos como as feiras e o artesanato para dar concretude ao papel social da instituição. Este *locus* de atuação se alinha perfeitamente com o arcabouço teórico de Fischer e Krebs (2023), que identifica o potencial dos Institutos Federais para implementar a economia solidária como política pública de trabalho associado por meio da valorização dos saberes da comunidade no campo da Extensão, em uma concepção freireana de interagir com o estudante no processo de construção do saber.

termos como recursos, infraestrutura e gente. A servidora é categórica ao descrever o cenário de restrição orçamentária pós-2016, que levou ao "apagão da educação", impactando diretamente a capacidade do campus de entregar mais ações naquele período, quando a ausência de recursos de custeio e bolsas foram sentidos por todos impactando o que se havia planejado em termos de expansão e manutenção de programas de economia solidária e somando-se a isso a falta de pessoal, que deixou servidores sobrecarregados em múltiplas funções, além das habituais.

Em conclusão, as constatações que podem ser auferidas sobre a fala da Entrevistada E2 revelam um esforço hercúleo de manter o compromisso social do campus Alvorada com sua comunidade, em meio a um contexto de sucateamento orçamentário, mostrando claramente em seu discurso um relato sobre a luta diária para sustentar a extensão da economia solidária com a esperança de avançar para uma integração plena com o ensino, citando o caso do curso em Artesanato, e a pesquisa, através da integração teoria e empirismo. O eixo principal de preocupação da entrevistada, que permeia todo o seu relato, é a dificuldade de executar políticas públicas complexas, no estilo Programa Manuel Querino, sem o suporte financeiro e humano adequado. Em última análise, o depoimento da Entrevistada E2 ilustra a tensão entre a excelência da proposta política e pedagógica do IFRS e a fragilidade da infraestrutura e do financiamento público que a sustenta.

Em outra frente de trabalho, a experiência do campus Rolante, demonstra a capacidade da extensão de se adaptar a crises e responder às necessidades humanas mais urgentes. A grande enchente que atingiu a região em 2024 alterou completamente as prioridades e a geração de renda, objetivo inicial de muitos projetos, deu lugar à necessidade imediata de cuidado e acolhimento. A Entrevistada E4, assistente social do campus, narra essa mudança de rota com uma sensibilidade que revela a dimensão ética do trabalho extensionista:

A gente tinha aqui na comunidade um grupo de pessoas que trabalhavam na produção artesanal de sabão, aí a gente verificou que o grande problema delas naquele momento eram as queimaduras que elas tinham pelo uso exagerado da soda, as pessoas com ferida na boca, essas coisas assim né? E diante de tudo que estava acontecendo, pela enchente, a necessidade de poder falar sobre as perdas. Então nos primeiros meses ali a gente nem tratou das questões da produção, assim especificamente, é só pra curar as feridas literalmente [...] A gente começou a trabalhar assim, com os óleos essenciais de plantas medicinais e aí nas rodas fazia a aplicação, elas levavam pra casa, usavam, e aí começaram então a perceber né que vinha de muitos anos também aquelas coisas, aqueles queimados nas mãos que não eram tratados (Entrevistada E4).

Este relato é profundamente significativo e mostra uma extensão que pratica a escuta sensível e compreende que, antes de qualquer intervenção técnica ou econômica, é preciso acolher o sofrimento e reconstruir a dignidade. Ao mobilizar o conhecimento do campus (da professora que trabalha com plantas medicinais) para produzir um "óleo de cura", o IF ofereceu uma solução concreta e carinhosa para um problema real. Essa atitude, que poderia ser vista como "assistencialista" por uma ótica puramente gerencialista, foi na verdade o alicerce para construir uma relação de confiança profunda com a comunidade, pois foi somente a partir dessa base de cuidado mútuo que o projeto pôde evoluir para outras frentes, como a produção de sabão e, mais tarde, a demanda por oficinas de precificação.

Essa prática extensionista encarna os princípios da solidariedade e da reciprocidade. Ela reconhece o "ser humano como protagonista", como propõe Coraggio (2014), e entende que o desenvolvimento econômico deve estar subordinado aos interesses sociais, invertendo a lógica capitalista, como defende Arruda (2003).

Seja na abordagem proativa ou na reativa, a extensão se revela um poderoso espaço para o diálogo intercultural e para a quebra de paradigmas dentro da própria instituição. As feiras realizadas nos campi, por exemplo, não são apenas espaços de comercialização, mas de encontro. A Entrevistada E4 descreve o impacto da presença de artesãs indígenas na feira de Rolante:

Foi muito bom essa experiência de ver a divulgação de uma outra cultura, uma outra forma de ver o mundo, foi interessante porque essa coisa de ver um indígena falar né, assim ter um lugar de destaque [...] e ali ela trouxe uma proposta [...] elas trouxeram de várias aldeias não só das delas [...] esse encontro promove o reconhecimento de outros saberes, outras lógicas de organização e outras cosmovisões (Entrevistada E4).

A extensão também força a própria instituição a confrontar suas contradições. O episódio em Rolante sobre a venda de alimentos caseiros na feira é emblemático, porque a grande preocupação inicial da gestão foi com as normas sanitárias, a questão das bruceloses, que conforme relato da Entrevistada E4 foi transformada em uma provocação pedagógica: "que bom que vocês perceberam, agora como é que nós vamos ajudar a resolver este problema?". Essa inversão desloca o problema da comunidade para a instituição, pois em vez de simplesmente proibir a comercialização dos produtos, o IF foi provocado a usar seu conhecimento para ajudar as produtoras a se adequarem. Isso força a academia a sair de sua

zona de conforto e a desenvolver soluções reais para problemas reais, em um processo de aprendizagem mútua.

Outro exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelo IFRS, campus Viamão, através do Programa EcoViamão que constitui-se como uma experiência de integração entre a educação profissional, a agroecologia e a economia solidária. Criado em parceria com o Assentamento Filhos de Sepé, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o programa tem como objetivo promover a gestão democrática e sustentável de projetos agroecológicos, articulando ensino, pesquisa e extensão com base nos princípios da educação do campo, da ecologia e da solidariedade. Sua proposta parte da compreensão de que o Instituto Federal pode atuar como agente transformador, articulando ciência, trabalho e cultura para o desenvolvimento territorial e social.

Fotografia 02: Reunião de Coordenadores e palestra para alunos da comunidade



Fonte: Acervo do autor (2025).

A atuação do EcoViamão junto à comunidade se dá por meio de ações formativas, produtivas e organizativas construídas de forma participativa. O programa desenvolve oficinas de educação ambiental e agroecologia, promove feiras e redes solidárias de comercialização, realiza projetos de assessoria técnica e pesquisa aplicada e incentiva o protagonismo de jovens, mulheres e famílias agricultoras do assentamento. Essa relação dialógica entre o saber acadêmico e o saber popular fortalece a economia solidária local, estimula práticas de autogestão e amplia a autonomia produtiva das comunidades envolvidas, tornando o programa uma referência de extensão crítica e emancipatória.

Fotografia 03 – Ações promovidas pelo Programa EcoViamão



Fonte: Acervo do autor (2025)

Os impactos do Programa EcoViamão no IFRS são expressivos, pois consolidam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ampliam o compromisso social da instituição. A experiência tem gerado projetos de pesquisa e formação voltados à agroecologia, contribuindo para a reformulação curricular e inspirando novas práticas pedagógicas integradas ao território. Além disso, o programa fortaleceu o papel do Instituto como centro de referência em economia solidária, influenciando políticas públicas e iniciativas nacionais, integrando-se com o Programa Manuel Querino e a Rede IF EcoSol. Assim, o EcoViamão demonstra o potencial transformador da educação pública ao aliar conhecimento técnico, sustentabilidade e justiça social.

Fotografia 04 – Participação da comunidade e alunos das escolas comunitárias



Fonte: Acervo do autor (2025).

Em suma, a extensão é o coração pulsante da contribuição dos IFs para a economia solidária, pois é onde a teoria encontra a vida, onde a instituição aprende com a comunidade e onde se constroem coletivamente, no dia a dia, as bases para uma sociedade mais justa e solidária.

Contribuindo na direção desta nova sociedade, o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional, lançado em 2023, representa a mais significativa ação de formação em economia solidária já realizada pelo governo federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego e mais especificamente pela SENAES em parceria com os IFs. Este programa visa o fortalecimento de empreendimentos que promovam uma economia inclusiva e sustentável, alinhando-se à busca pelo bem viver, o fazer coletivo, e representando uma alternativa ao individualismo e à competição. A execução do programa é um esforço conjunto, contando com a articulação da Rede IF Ecosol e a colaboração do IFSP e do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Figura 11 – Chamada para formação do Programa Manuel Querino



Fonte: Site Sertão na hora - <https://sertaonahora.com.br/ifal-santana-oferta-40-vagas-no-curso-de-gestao-de-empreendimentos-economicos-solidarios/>

A participação dos IFs é um elemento crucial e justificado pela sua vocação, diversidade formativa e capilaridade em todo o território nacional e para melhor gestão e execução do programa as ações foram divididas regionalmente: o IFBA é responsável pela gestão nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o IFSP assume a gestão das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Juntos, o IFSP e o IFBA promoveram a oferta de 2.880 vagas e gerenciaram a logística de apoio aos participantes, que incluiu auxílio aos estudantes e bolsa para os formadores.

Embora tenha sido operacionalizado como um projeto de extensão, sua natureza é eminentemente pedagógica, funcionando como um vasto laboratório de formação para mais de 2.800 pessoas em todo o Brasil e marca uma nova etapa na caminhada pela difusão dos princípios cooperativistas solidários. O programa foi um ponto de virada, como descreve a Entrevistada E2, do Campus Alvorada:

Foi o meu primeiro contato com a economia solidária aqui dentro do Instituto Federal [...] mais especificamente dela como política pública [...] durante a implementação do programa aqui em Alvorada, a gente via a mobilização do pessoal em aprender e o esforço que o pessoal fazia para estar presente nos cursos e isso foi além do que a gente imaginou inicialmente, olha, os cursistas se articularam e fortaleceram redes locais, como as de cozinhas populares e associações de moradores, aplicando diretamente o conhecimento adquirido. Isso demonstra uma aprendizagem foi mais que a transmissão do conteúdo, se transformou em uma ação coletiva organizada, que afinal é um dos objetivos centrais da educação popular (Entrevistada E2).

Um dos diferenciais mais significativos do programa é a criação das cirandas infantis, que são espaços de acolhimento, cuidado e aprendizado destinados aos filhos e filhas dos participantes dos cursos. Esta dinâmica é conduzida pelas cirandeiras, que são educadoras responsáveis pela mediação entre o universo infantil e os princípios da economia solidária e dessa forma, as cirandas assumem um papel essencial na efetivação do direito à educação e à permanência nos cursos, pois oferecem um ambiente seguro e educativo que tranquiliza os pais e assim contribuem para reduzir a evasão e ampliar a participação, sobretudo das mulheres, que frequentemente enfrentam barreiras relacionadas à divisão desigual do cuidado familiar. As cirandeiras atuam com intencionalidade pedagógica, estimulando o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças por meio de práticas lúdicas e de atividades que integram valores de cooperação, solidariedade e respeito às diversidades.

Nesse contexto, as cirandas infantis configuram-se como um espaço de formação intergeracional, onde diferentes faixas etárias aprendem de modo articulado e pedagogicamente elaborado, pois enquanto os adultos se qualificam para o trabalho solidário, as crianças vivenciam experiências educativas que reforçam princípios comunitários e emancipatórios, promovendo uma educação integral que atravessa gerações. Essa interação entre pais, filhos e educadores amplia o alcance formativo do programa, pois transforma o processo de qualificação em um ato coletivo e socialmente enraizado. Assim, o PMQ não apenas capacita trabalhadores para o mercado solidário, mas também contribui para o fortalecimento de laços familiares, comunitários e culturais, consolidando-se como uma política pública inovadora de inclusão e transformação social.

Fotografia 05 – Cirandas Infantis no IFBA



Fonte: site do IFBA (2025) <https://portal.ifba.edu.br/proex/acoes/programas-1/programa-ecosol-1/noticias/014>

Essa atividade com as cirandeiras foi realmente um dos elementos pedagógicos mais inovadores apresentados pelo Programa Manuel Querino e segundo a Entrevistada E1, a proposta era que este fosse "um processo pedagógico pra essas crianças na perspectiva de produção da cultura do trabalho associado". Essa iniciativa, para além de sua função prática de viabilizar a participação de mães e pais, representa uma visão de educação integral e inclusiva, que entende a solidariedade como um valor a ser cultivado desde a infância, como enfatizado em sua fala:

Tem uma outra coisa que eu acho que é muito importante também e que a gente não pode deixar passar é que o Manuel Querino é que é o primeiro curso que a gente tem as cirandeiras, que são educadoras infantis que tão na equipe do projeto e se pensou muito nisso né dessas trabalhadoras e trabalhadores que precisa levar seus filhos [...] e nessa perspectiva não era simplesmente cuidar das crianças então naquele processo de formação de formadores a gente teve a formação dos três eixos e a gente teve uma formação específica para as cirandeiras, então a ideia é que também né e esse processo fosse um processo pedagógico pra essas crianças na perspectiva de produção da cultura do trabalho associado então né numa outra visão assim de que também pudesse trabalhar né conforme a faixa etária esses valores com as crianças então isso foi um grande diferencial desse programa também que isso foi comentado quando a gente fez essa reunião de avaliação do Programa Manuel Querino que foi um dos grandes pontos positivos né de

todo o programa [...] e a questão das cirandeiras que eu acho que isso é uma coisa que precisa ser registrado como altamente positivo (Entrevistada E1).

O programa também funcionou como um intenso processo de "autoformação" para os próprios servidores dos IFs. A formação de formadores, realizada em parceria com a Rede Autogestionária de Educação Popular, envolveu mais de 500 pessoas e trouxe para o debate grandes nomes do campo, como Renato Dagnino e Cláudio Nascimento. Esse movimento de capacitação interna é fundamental para superar o desafio da falta de referencial teórico e para construir uma base sólida de educadores aptos a trabalhar com a complexidade da economia solidária.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) iniciou, em maio de 2025, uma nova oferta de cursos do Programa Economia Solidária (Ipê), alinhado ao Programa Manuel Querino do Ministério do Trabalho e Emprego. Com 300 vagas distribuídas entre os campi Avaré, Boituva, Ilha Solteira, São José dos Campos e Suzano, o projeto tem como objetivo fortalecer empreendimentos solidários e promover a qualificação social e profissional de trabalhadores, especialmente daqueles com menor acesso à formação.

Coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o programa oferece dois cursos principais: Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário e Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, antecidos por uma formação de instrutores de 20 horas e seguidos de 200 horas de atividades teóricas e práticas. Cada campus realiza diagnósticos regionais para adaptar os conteúdos às necessidades locais, priorizando públicos como mulheres, artesãos, agricultores familiares e empreendedores populares.

Fotografia 06 – Cursos de formação em economia solidária no IFSP



Fonte: site IFSP (2025) <https://ifsp.edu.br/ultimas-noticias/5039-programa-economia-solidaria-abre-nova-oferta-de-cursos-no-ifsp>

As fotos do Campus Ilha Solteira, destacadas na matéria, evidenciam o impacto social e humano do programa. A participação majoritária de mulheres, muitas delas de idade avançada ou afastadas de processos educativos, ilustra o caráter emancipador e inclusivo das ações. As atividades práticas, visitas técnicas e a ida à feira Mega Artesanal, em São Paulo, proporcionaram experiências transformadoras, fortalecendo o sentimento de pertencimento, a autoestima e o reconhecimento do valor do trabalho coletivo, princípio central da economia solidária e da formação cidadã, promovida pelos Institutos Federais.

O Campus Alvorada do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) iniciou, em setembro de 2024, o curso Agente de Desenvolvimento Cooperativista Solidário, vinculado ao Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A formação integra o esforço institucional de fortalecer a economia solidária por meio da educação profissional, contemplando duas turmas de 30 estudantes cada. A aula inaugural contou com a presença de palestrantes vinculados a movimentos sociais e à economia popular, como Gilciane Beatriz Aguiar das Neves, que abordou a atuação das mulheres negras na economia popular, e Huli Marcos Zang, agricultor agroecológico e militante social, destacando a relevância do associativismo e da cooperação para o desenvolvimento local.

Fotografia 07 – Aulas do curso de agente de desenvolvimento cooperativista solidário no IFRS – campus Alvorada



Fonte: site IFRS (2025) <https://ifrs.edu.br/alvorada/campus-alvorada-iniciou-o-curso-agente-de-desenvolvimento-cooperativista-solidario-do-programa-manoel-querino-com-duas-turmas/>

As imagens divulgadas pelo IFRS evidenciam um ambiente de acolhimento, diversidade e participação comunitária, com estudantes de diferentes faixas etárias e trajetórias de vida, o que reforça o caráter inclusivo e emancipador da proposta. A entrega dos kits de materiais, registrada nas fotografias, simboliza o comprometimento institucional com o acesso à educação pública de qualidade e com a valorização dos sujeitos historicamente excluídos das oportunidades formais de qualificação profissional. A aula inaugural, permeada por trocas de experiências e reflexões críticas, expressa a dimensão humana e social que orientam os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos pelo programa.

O curso, com duração de quatro meses, contempla conteúdos que articulam teoria e prática, abordando temas como mundo do trabalho, economia solidária, redes de cooperação, gestão coletiva e acesso a políticas públicas. As atividades visam formar agentes capazes de atuar em empreendimentos solidários e em ações de desenvolvimento territorial, articulando princípios de autogestão, sustentabilidade e solidariedade. Assim, o IFRS, por meio dessa iniciativa, reafirma o papel da educação profissional e tecnológica como instrumento de transformação social, fortalecendo o vínculo entre ensino, extensão e as práticas da economia solidária nas comunidades locais.

Em outra região de abrangência dos IFs, nas regiões norte e nordeste, a atuação do IFBA foi fundamental na implementação do programa em múltiplos níveis acadêmico, social e institucional. No acadêmico, os IFs contribuem com a sua expertise em extensão, metodologias participativas, articulação com os saberes locais e oferta de infraestrutura para

ministrar os cursos com a qualidade desejada. No social, a instituição opera como elo entre o Estado e as comunidades vulnerabilizadas, o que garante que os conteúdos formativos dialoguem com as realidades culturais, organizativas e econômicas locais, como fica evidenciado nas oficinas práticas, as quais atribuem grande valor aos saberes comunitários. Institucionalmente, os IFs demonstram capacidade de gestão descentralizada e coordenação regional, mobilizando recursos públicos, neste caso específico, via Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/TEM), firmando parcerias com movimentos sociais e a sociedade civil e fortalecendo redes acadêmicas como a Rede IF Ecosol.

Fotografia 08 – Solenidade de formatura do Programa Manuel Querino do IFCE, campus Sobral e campus Paracuru/CE



IFCE Campus Sobral e Campus Paracuru

Fonte: site IFBA - <https://portal.ifba.edu.br/proex/acoes/programas-1/programa-ecosol-1/noticias/026>

O impacto do programa para as comunidades envolvidas é significativo, pois vai além da mera certificação profissional. Ele fomenta a inclusão social, ampliação de oportunidades de geração de renda, desenvolvimento local e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários (EES) enquanto alternativa de produção, autogestão e cooperação. A diversidade de público-alvo assegura que grupos historicamente excluídos tenham acesso a formação que respeita suas identidades culturais, saberes populares e potencialidades

regionais, contribuindo para reduzir desigualdades. Ademais, o diálogo entre teoria e prática propiciado pelas ações formativas favorece empoderamento, protagonismo comunitário e capacidade de articulação para participação política e econômica mais efetiva de todos os envolvidos, como no depoimento de uma das participantes do curso:

Cada disciplina que estudamos, desde o mundo do trabalho até habilidades de raciocínio lógico e informática básica, nos deu ferramentas valiosas para colocarmos em prática os princípios da economia solidária. Aprendemos a construir empreendimentos baseados na Autogestão, onde cada um de nós é responsável e protagonista. Compreendemos a importância da Economia Solidária para uma sociedade mais justa e inclusiva. Exploramos formas de comunicar, de dar visibilidade aos nossos projetos e de contribuir de forma sustentável com o mundo. Hoje, somos mais do que uma turma de formandos; somos agentes de transformação, prontos para levar adiante esses valores e fazer a diferença em nossas comunidades. Que possamos continuar promovendo a cooperação, a justiça social e o respeito ao meio ambiente em cada passo que dermos. (Maria Lucelita Valentim de Andrade, formanda do curso Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários do IFCE, campus Sobral, disponível no site do IFCE).

Ações formativas, como as do Programa Manuel Querino, representam importantes passos na direção da solidificação da economia solidária como alternativa de geração de trabalho na forma coletiva e autogestionária, com envolvimento massivo da comunidade com o apoio do governo federal e participação dos IFs e entidades da sociedade civil, mas representam apenas um início de uma longa caminhada que ainda enfrenta grandes desafios e muitas barreiras a serem superadas. Todavia, um horizonte de oportunidades se abre e a mobilização de esforços em torno destes princípios encoraja a participação crescente de trabalhadoras e trabalhadores populares.

5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DOS IFs NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo corresponde ao segundo objetivo específico desta pesquisa, onde são elencados os principais desafios e possibilidades dos IFs sob a percepção dos atores envolvidos na promoção da economia solidária através das diversas ações ensino, pesquisa e extensão, descritas no capítulo anterior, de modo que se tenha uma visão geral sobre as dificuldades que precisam ser superadas, assim como se possa vislumbrar o gigantesco potencial que existe nos IFs como agentes de transformação da sociedade onde estão inseridos, levando os princípios da economia solidária como uma alternativa mais justa nas relações de trabalho, produção, financiamento e consumo de bens e serviços.

A jornada para enraizar a economia solidária na cultura e na prática dos Institutos Federais é uma travessia por um campo de tensões. De um lado, há um horizonte vasto de possibilidades, alimentado pela missão social dos IFs, pelo engajamento de seus servidores e pela crescente demanda da sociedade por alternativas ao modelo hegemônico. De outro, há muros altos e sólidos, erguidos pela precariedade de recursos, pela força de ideologias contrárias e pela rigidez das estruturas burocráticas. A análise aprofundada das narrativas dos entrevistados permite mapear com clareza os contornos dessa disputa entre o projeto ideal e a realidade cotidiana.

A barreira mais imediata e visível é a da precariedade material, que se deve, em boa parte à política de austeridade fiscal que marcou os anos seguintes à grande expansão da Rede Federal, em especial pós 2016, com a queda do governo Dilma Roussef, o que deixou cicatrizes profundas na infraestrutura e no quadro de pessoal dos campi. A descrição da Entrevistada E2 sobre a situação do Campus Alvorada, inaugurado em 2015, é um retrato contundente dessa realidade:

A gente ficou durante um bom tempo num apagão de incentivo, não só pra novas ações, mas inclusive pra nossa própria manutenção, tinha anos que a gente pensava: será que vai dar pra pagar a luz, o serviço de portaria ou coisas desse tipo, porque faltava recurso de custeio nos campi [...] Nós somos um campus que tinha o planejamento de que tivesse dois desses prédios, um que fosse exclusivamente administrativo e que o outro fosse prédio de sala de aula. A gente implantou e só um prédio foi feito, esse único prédio é sala de aula, é espaço administrativo, é almoxarifado, é depósito, é tudo. Então tu vê, a gente tá num espaço aqui que era corredor, hoje é uma boa sala mas era um corredor, e aí a gente tá disputando áudio com o pessoal da sala de aula

porque isso aqui é uma parede de gesso. Então eles nos ouvem, a gente ouve eles. A gente não tem espaço físico pra dar mais curso, pra dar mais atividade, pra fazer mais ação (Entrevistada E2).

Essa falta de espaço físico adequado às atividades impõe limites severos à capacidade de atuação dos campi, pois impacta na ausência de laboratórios, salas de reunião, espaços para incubadoras ou mesmo de um auditório em condições para realização de solenidades e palestras. Isso impede também a oferta de novas turmas e a realização de eventos de maior porte e somada a isso, vem a sobrecarga de trabalho devido a um quadro de pessoal insuficiente para atender à todas as demandas. A fala da Entrevistada E4, do campus Rolante, repercute a mesma queixa: "nós temos 25 técnicos administrativos e nós precisávamos ter 60, então significa que nós aqui estamos esgotados de trabalho".

Essa sobrecarga tem uma consequência direta: a dificuldade de dedicar tempo qualificado ao planejamento e à execução de projetos e a Entrevistada E4 desabafa sobre a dificuldade de escrever um projeto para um edital:

Eu vou colocar nesse ChatGPT pra fazer esse cronograma porque que coisa infernal aquilo sabe [...] ficar cadastrando ali naquele sistema e o sistema para, daí apaga tudo, daí tu perde. [...] É inviável, eu não tenho como fazer por causa do tipo de trabalho que eu tenho que estar [...] tenho um aluno pra atender, daí o sistema, se eu esquecer de salvar ali, quando eu voltar não tem mais nada do que eu tinha feito [...] Atualmente, muitos projetos dependem do esforço individual de servidores engajados, o que gera fragilidade e risco de descontinuidade. [...] Outro desafio é a falta de recursos, a burocracia dos editais e a escassa integração entre os campi (Entrevistada E4).

Esse relato revela como a precarização das condições de trabalho e mina a capacidade de inovação e afeta drasticamente a energia dos servidores que é consumida em tarefas operacionais e na luta contra sistemas burocráticos ineficientes, restando pouco espaço para a reflexão estratégica e a construção de projetos complexos, como os que a economia solidária demanda. A atuação, nesse contexto, torna-se dependente de um enorme esforço pessoal e de um voluntarismo que, no longo prazo, leva ao esgotamento, a exaustão e em muitos casos ao afastamento das atividades devido à doenças do trabalho.

Outro problema que foi identificado durante as entrevista foi com relação ao acúmulo de funções por parte dos docentes, que além de suas atividades de sala de aula, que consomem boa parte de sua carga horária, às vezes, assumem funções de gestão e representação

institucionais em conselhos e outras comissões, restando pouco tempo para atividades de extensão e pesquisa, como relatado pelo Entrevistado E6:

Muitos professores extensionistas, que é a prática hegemônica na economia solidária, eles fazem a extensão, mas poucos registram e sistematizam o conhecimento. [...] Inclusive, uma das gestoras entrevistadas na minha tese fala isso [...] O problema de quem tem foco na extensão é a falta de tempo para registrar a pesquisa, o que é encontrado e entregue. Ao não registrar, você não faz a busca teórica e a disseminação dos resultados. É uma limitação, mas eu vejo que há crescimento recente de pesquisas em torno da economia solidária nos IFs [...] Eu vejo que os institutos contribuem muito na formação e que a economia solidária tem um papel fundamental na formação humana e social, desenvolvendo nos alunos essa cooperação, a empatia, e o reconhecimento cultural do trabalho coletivo (Entrevistado E6).

A fala do entrevistado evidencia uma limitação recorrente nos Institutos Federais relacionada ao acúmulo de funções docentes, que impacta diretamente a sistematização e a produção científica decorrente das ações de extensão. Muitos professores desenvolvem práticas extensionistas relevantes, especialmente no campo da economia solidária, mas enfrentam dificuldades em registrar e transformar essas experiências em pesquisa, devido à sobrecarga de atividades administrativas, pedagógicas, de gestão e de ensino. Essa condição revela uma tensão estrutural entre o fazer extensionista e o tempo destinado para reflexão e escrita acadêmica, o que limita a consolidação teórica e a disseminação dos resultados das práticas realizadas. Assim, o excesso de demandas e a carência de condições institucionais adequadas acabam restringindo a produção de conhecimento científico sobre as experiências extensionistas, ainda que estas contribuam significativamente para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento da dimensão humana e social da educação nos IFs.

Os obstáculos à plena expansão da economia solidária nos IFs são sistêmicos e interconectados, manifestam-se em diferentes dimensões da vida institucional, desde recursos materiais escassos até a árdua disputa no campo das idéias, que é cada dia mais intensa, apresenta como principal barreira ideológica a hegemonia da cultura do empreendedorismo individualista, que se apresenta como a única via possível para a geração de trabalho e renda. O Entrevistado E5 oferece uma análise precisa dessa força ideológica:

A lógica do empreendedorismo individual, ela tá muito disseminada dentro dos institutos federais, ela tá acontecendo com muita força, ela já chega naturalmente, quase naturalmente [...] ela já tem uma força atuante pra implementar ela né? [...] Se tem disciplinas de empreendedorismo, de como

que fala, ‘seja seu próprio patrão’, ‘resolva seu próprio negócio’, ‘monte seu negócio’. Então a gente apresentar a perspectiva da economia solidária ela traz um mostra [...] de que existe uma alternativa viável, concreta (Entrevistado E5).

Essa força atuante, a qual o Entrevistado E5 se refere, não é neutra, mas sim ativamente promovida por uma vasta gama de atores, desde o SEBRAE até a grande mídia e editoras de livros didáticos e se alinha perfeitamente à racionalidade neoliberal que desresponsabiliza o Estado e a sociedade pela questão do desemprego, transferindo o ônus do sucesso ou do fracasso para o indivíduo. Essa narrativa, como aponta Lima (2024), transforma a informalidade e a precarização em algo que o autor chama de "empreendedorismo por necessidade".

Esse posicionamento fica claro na análise do conteúdo das falas do Entrevistado E5, onde a primeira categoria temática de destaque reside justamente na confrontação entre o modelo econômico e a luta ideológica demonstrada nas suas falas e confirmada no modo que seu trabalho aponta para a necessidade de tensionar e confrontar a naturalização da lógica capitalista e de competição dentro do ensino. A economia solidária emerge, neste contexto, como um caminho concreto possível e uma proposta coletiva que oferece um referencial ético e prático para a organização e fortalecimento de uma classe trabalhadora guiada por estes princípios. Essa ênfase na dimensão associativa e no trabalho autogestionário demonstra que sua prática pedagógica é indissociável de um projeto político mais amplo, visando à formação de sujeitos críticos e engajados em formas de organização social que subvertam a dominação do capital.

A segunda e a terceira categorias centrais, estão direcionadas à ação institucional e no foco pedagógico, evidenciando sua intensiolidade na materialização dessa ideologia nos IFs e nesse sentido, o interesse primordial do entrevistado é a curricularização da economia solidária, elevando-a de uma condição de nicho para um componente efetivo no currículo regular, disputando espaço com as demais áreas de conhecimento e desmistificando a visão de que a economia solidária se restringe a trabalhos simples e de menor valor. Pedagogicamente, sua atuação é profundamente enraizada na educação popular, com foco na educação de jovens e adultos e em programas como o Mulheres Mil, o que se traduz no compromisso do campus Alvorada com a geração de trabalho e renda para populações em vulnerabilidade. Tal perspectiva é dialógica, na perspectiva freireana, valorizando os saberes da comunidade e

Dentro dos IFs, essa ideologia se manifesta na priorização de cursos e disciplinas voltados para o *management* tradicional e na resistência em acolher paradigmas alternativos, como a economia solidária, que com sua crítica à propriedade privada dos meios de produção e sua ênfase na cooperação, é frequentemente vista com desconfiança ou relegada a um nicho social ou assistencialista, desprovida do status de ciência ou de gestão de fato. Vencer essa barreira exige um trabalho constante de formação e conscientização dos próprios colegas e gestores, demonstrando que a economia solidária não é apenas uma causa nobre, mas um campo de conhecimento robusto e uma alternativa econômica viável.

Outro entrave importante que convém destacar é o da própria máquina institucional, com sua rigidez burocrática e suas normas muitas vezes inadequadas ao contexto da economia solidária. A execução de projetos financiados externamente, por exemplo, esbarra na lentidão dos fluxos financeiros, conforme relato da Entrevistada E1, que menciona alguns problemas ocorridos na execução do Programa Manuel Querino, como a burocracia e a demora na liberação de recursos que foram vistos como grandes desafios a serem suplantados, pois influenciam em questões essenciais para os estudantes, como vale-transporte e vale-alimentação:

A questão da forma hoje como as políticas públicas têm sido executadas o recebimento do TED a execução do TED é tudo muito demorado e aí em projetos como esse que tem inclusive uma contrapartida pro estudante de vale transporte vale alimentação são pagamentos que não podem atrasar porque implica na questão deles poderem tá ali [...] a questão da evasão relacionada com esse problema da gestão financeira desse projeto eu acho que foi um dos principais problemas que a gente teve na execução do programa e isso implica às vezes na permanência do estudante, né, e não é só o atraso, mas o trâmite de liberação né do próprio governo isso implica a questão do funcionamento das fundações de apoio então acho que tem questões de processos de gestão nesse todo assim que certamente são desafiadores (Entrevistada E1).

Ainda se pode observar que mais um problema causado pelo excesso de burocracia identificado pela Entrevistada E1, foi o fato do Programa Manuel Querino ser ligado a uma portaria com exigências específicas, como carga horária mínima de 200 horas, assim a formação não pôde ser adaptada para cursos mais curtos, o que segundo ela “algumas coisas acabaram sendo engessadas nesse processo” e acrescenta:

A questão do conteúdo em si do curso dentro das possibilidades do Manuel Querino eu acho que seriam esses os maiores desafios de que a gente tem né

muitos questionamentos com relação à carga horária a própria questão de poder abrir outros cursos para além desses dois [...] a gente tinha que se adequar que a portaria trazia então foram essas adaptações a questão é das 200 horas [...] a gente conversava sobre a possibilidade de que o território escolhesse o curso só que por esse programa não tinha como fazer isso, porque tinha que indicar o curso e já colocar o curso de referência no guia Pronatec (Entrevistada E1).

Ainda com relação às normativas internas e externas que podem se transformar em barreiras, a Entrevistada E4, comenta sobre a legislação sanitária municipal, pensada para a produção industrial, que torna-se uma barreira quase intransponível para pequenos produtores de alimentos artesanais e relata sua própria experiência ao tentar legalizar a venda de mandioca descascada:

Quando foi o cara lá da prefeitura ele não autorizou porque falta 30 centímetros na altura do barracão, isso porque a gente não se tocou que precisava ter 3 metros do chão até a cobertura, daí a solução é cavar os tais 30 centímetros que faltava. Essa rigidez normativa, que não reconhece as especificidades da produção em pequena escala, acaba por criminalizar ou inviabilizar justamente as iniciativas que a economia solidária busca fomentar (Entrevistada E4).

Além da burocracia, a fragmentação política e a disputa pelo poder e destaque se constitui como um grande desafio na realidade do IFs e a fala da Entrevistada E4 sobre a falta de cooperação entre os campi do IFRS é um exemplo claro desta dificuldade:

Essa coisa da solidariedade, que eu acho que deixa muito a desejar, não tem né essa ideia, porque se se formasse essa ideia institucional, deveria ter essa possibilidade [...] os campi não conversam [...] na rede não se articulam as coisas, então esse é um dos maiores desafios que a gente tem [...] essa briga pelo poder no ambiente político, impede o compartilhamento de recursos, a colaboração em projetos e a construção de uma política institucional coesa. Cada campus se torna uma ilha, disputando editais e recursos, em uma lógica competitiva que contradiz frontalmente os princípios da solidariedade (Entrevistada E4).

Essa preocupação, revelada na fala da Entrevistada E4, chama a atenção à uma problemática estrutural que atravessa toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: a fragmentação institucional e a disputa política entre os campi. Tal dinâmica revela a dificuldade de consolidar uma cultura de cooperação e solidariedade,

princípios que deveriam orientar as práticas educativas e administrativas dos Institutos Federais, sobretudo em iniciativas voltadas à economia solidária. A competição por editais, recursos e visibilidade institucional reproduz uma lógica hierárquica e individualista, típica do modelo de gestão neoliberal, que se contrapõe ao ideal de integração e partilha de saberes.

Essa disputa interna, ao invés de fortalecer a rede, tende a enfraquecê-la, inviabilizando a construção de políticas institucionais coesas e a implementação de ações conjuntas entre os campi. Assim, o ambiente político fragmentado e competitivo compromete o potencial transformador dos IFs como espaços de formação integral e de promoção da solidariedade social, convertendo o que deveria ser uma rede articulada em um conjunto de ilhas administrativas isoladas.

A análise do conteúdo das falas da Entrevista E4, do IFRS Campus Rolante, revela uma profunda integração da economia solidária nos três pilares institucionais, Ensino, Pesquisa e Extensão, com um foco político-pedagógico claro na formação da consciência crítica e no empoderamento feminino. O discurso da servidora é, antes de tudo, um manifesto sobre a função social da educação, onde a economia solidária é utilizada como ferramenta curricular para ampliar o olhar crítico dos estudantes sobre o mundo do trabalho, distinguindo-o do conceito de emprego. As palavras de maior frequência, como ensino, economia solidária, currículo e mulheres, demonstram que seu interesse principal reside em utilizar o conhecimento para fomentar a autonomia, a geração de renda e o debate de gênero, confrontando a opressão e a exploração nas relações laborais tradicionais.

No que tange às ações de extensão, o depoimento da Entrevistada E4 ilustra um compromisso com o território que nasce de uma necessidade social emergencial, onde a extensão é concebida como a mola propulsora da atuação do *campus*, surgindo como resposta prática aos grupos de mulheres afetados por enchentes, focando na produção artesanal e na geração de renda imediata. Ela enfatiza a importância da extensão também ao fato de gerar a Pesquisa, através da sistematização de conhecimentos sobre essas práticas e atesta assim a indissociabilidade entre teoria e prática. A valorização do trabalho doméstico e de cuidado, frequentemente invisibilizado, é um tema forte que permeia os projetos, transformando a extensão em um espaço de reconhecimento social e de fomento à autonomia econômica e pessoal do público feminino, como se pode observar nas expressões recorrentes de sua nuvem de palavras:

compete à extensão. Contudo, sua principal preocupação é que a falta de recursos e a ausência de um plano de sucessão minem o projeto no longo prazo. O depoimento configura um alerta sobre o risco de o esforço na valorização do trabalho associado, central para a economia solidária, ser inviabilizado pela precarização das condições de trabalho e de formação dentro da própria instituição federal.

Apesar de todas as dificuldades e barreira enfrentadas, os servidores engajados nas ações de economia solidária nos IFs não desanimam e, pelo contrário, eles constroem pontes, abrem frestas e vislumbram horizontes de possibilidade que apontam para a superação desses desafios. A criação e o fortalecimento de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) é a possibilidade mais concreta e estratégica apontada por todos os entrevistados. Assim, as incubadoras são vistas como uma estrutura capaz de dar o suporte técnico, gerencial, jurídico e político que os empreendimentos solidários necessitam para se desenvolver de forma constante, firme e sustentável.

As incubadoras, na visão dos entrevistados, superam o modelo ultrapassado de ações pontuais, pois ela oferece um acompanhamento de longo prazo, desde a concepção da ideia até a "desincubação", quando o empreendimento atinge a autonomia, articulando os saberes de diferentes áreas do conhecimento exploradas nos IFs, como gestão, produção, logística, marketing, design e legislação para apoiar os grupos em questão e funcionam como a ponte entre a comunidade e as políticas públicas de fomento. Desta forma, fortalecer e multiplicar as ITES na rede federal é uma das principais estratégias para transformar o apoio à economia solidária em uma política institucional permanente e eficaz.

Em sua tese de doutorado, o Entrevistado E6 analisa a contribuição da economia solidária na formação integral dos estudantes do ensino médio integrado, utilizando a vivência em incubadoras de projetos solidários como principal campo de investigação, onde o papel das incubadoras, neste contexto, transcende o objetivo estritamente técnico-científico, consolidando-se como um vetor fundamental para a formação humana e social dos discentes. Ao entrevistar os egressos, sua pesquisa evidenciou que a participação nesses espaços práticos de extensão desenvolveu nos alunos competências essenciais que contrastam com a lógica individualista e competitiva do modelo educacional tradicional. Tais competências incluem a capacidade de cooperação, a participação democrática, a empatia, o reconhecimento cultural e a habilidade para o trabalho coletivo, demonstrando que as incubadoras são instrumentos pedagógicos que aprofundam a clareza teórica e prática da Ecosol e cumprem o compromisso constitucional dos IFs com a formação integral.

que Bardin denomina de unidades de registro de significado, nas quais o sujeito expressa sentidos e valores atribuídos à sua prática profissional, no caso, a economia solidária como via de formação humana integral e crítica.

A segunda categoria destaca o papel dos IFs como território de resistência e experimentação pedagógica, onde o entrevistado observa que, apesar das dificuldades práticas e por vezes pouco engajamento estudantil, a economia solidária conseguiu espaço formal nos currículos e produziu impactos na formação humana e social dos estudantes, especialmente no desenvolvimento de competências como cooperação, empatia e participação democrática. Essa constatação, na perspectiva da análise de conteúdo, revela núcleos temáticos que emergem das falas e apontam para uma articulação entre prática pedagógica e transformação social. Assim, a participação do Entrevistado E6 na Rede IF ECOSOL e sua atuação docente convergem para o fortalecimento de uma educação emancipadora, que reconhece a economia solidária como instrumento de formação integral e de resistência à lógica da mercantilização da educação.

Por fim, a terceira categoria, evidencia a Rede IF Ecosol como uma instância de mobilização coletiva e difusão do ideário solidário nos IFs, onde assume um espaço de militância acadêmica e política que transforma ações isoladas em um movimento articulado, capaz de influenciar currículos, dar espaço a criação de novas incubadoras e dialogar com as instâncias institucionais e governamentais. Nesse sentido, a rede se configura, à luz da análise de conteúdo, como um núcleo de sentido coletivo, onde as falas expressam pertencimento, cooperação e identidade política. A partir da fala do Entrevistado E6, é possível inferir que a Rede IF Ecosol cumpre função estruturante para consolidar práticas autogestionárias e ampliar a legitimidade da economia solidária dentro da educação pública federal.

Assim, portanto, a maior fonte de esperança e principal estratégia para superação dos desafios dos IFs no fortalecimento da economia solidária é, sem dúvida, a atuação em rede, onde a Rede IF Ecosol é descrita como o ator que permite transcender as limitações de cada campus individualmente, como salientado nas falas da Entrevistada E1, uma de suas fundadoras da Rede, que enfatiza como o grupo fortaleceu o debate e abriu portas:

Acho que a gente tem uma questão, a autoformação, a formação dos servidores. Então a partir da formação dos servidores inclusive a nos fortalecer enquanto rede IF Ecosol pra gente entrar em outras políticas públicas. Quem sabe se não tivesse acontecido tudo isso, talvez quem sabe a gente não tivesse conseguido espaço dentro da SETEC, quem sabe a gente não tivesse conseguido espaço dentro do fórum de Pró-reitores de extensão.

Isso a gente deve muito ao fato de estarmos organizados, presentes e atuantes, isso faz a diferença (Entrevistada E1).

A rede funciona em múltiplas frentes: como um espaço de apoio mútuo e troca de experiências que combate o isolamento e o esgotamento dos servidores, como uma plataforma de formação que qualifica a atuação de seus membros e como um ator político unificado que tem mais força para dialogar com o governo e disputar recursos e políticas públicas. É a rede que permite que a "briga pelo poder" interna, criticada pela Entrevistada E4, seja superada através de uma lógica de cooperação em prol de um objetivo comum: o fortalecimento da economia solidária nos IFs. Assim, a expansão da Rede IF Ecosol é uma condição fundamental para que essa pauta encontre ressonância na sociedade, envolvendo todos os atores públicos e privados interessados na construção desta proposta.

Considerando a importância da Rede IF Ecosol para o fortalecimento da economia solidária nos IFs, no próximo capítulo desta tese, apresenta-se um estudo de caso que irá acompanhar sua trajetória, desde o seu surgimento, em um momento de muitas incertezas, agravadas pelo momento histórico-político em que se vivia, até sua consolidação como vetor de transformação social, congregando servidores que trabalham diariamente para promoção da economia solidária nos seus respectivos campi.

6 REDE IF ECOSOL: UMA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO

A Rede IF EcoSol, Rede de Economia Solidária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criada em setembro de 2022, configurando-se como uma iniciativa coletiva de servidores e servidoras dos Institutos Federais e CEFETs que já desenvolviam ações relacionadas à economia solidária em suas instituições. Seu surgimento ocorreu durante o VI Congresso da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Rede ITCP, realizado em Salvador, quando se evidenciou a necessidade de articular um espaço próprio para o debate sobre economia solidária no âmbito da Rede Federal. Essa necessidade partiu do reconhecimento de que os IFs possuem características e finalidades específicas, distintas das universidades, especialmente no que diz respeito à sua capilaridade territorial, à formação voltada ao desenvolvimento local e regional e à integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme relato da Entrevistada E1:

Olha, eu percebo que, quando começou a rede, muitos servidores estavam desenvolvendo pesquisa em torno da economia solidária nos IFs, mas cada um no seu canto. [...] Foi um marco muito interessante o encontro da rede de ITCPs. [...] Então eu vejo que a atuação da rede tá bastante a nível político, para ter políticas públicas, e o incentivo à pesquisa em si, acaba sendo um reflexo secundário. [...] Surgem daí ideias de pesquisa de doutorado, de mestrado. [...] A pesquisa acontece como um efeito subjacente, uma coisa puxa a outra [...] A pesquisa tá intrínseca e sempre vinculada à incubadora. Uma coisa não dissocia a outra. [...] A rede IF Ecosol ela nasce do desejo de fortalecer as ações de ensino, pesquisa e extensão nos institutos federais, principalmente com o foco também de formação dos nossos servidores. [...] No início era principalmente sobre isso que a gente conversava, o como que entre nós podemos aprender uns com os outros, compartilhar ideias e materiais. Essa era a ideia inicial (Entrevistada E1).

A criação da Rede IF EcoSol representou um marco histórico na consolidação da economia solidária dentro da Rede Federal, pois se constituiu como uma resposta ao desejo de integração entre os diversos agentes que já atuavam nesse campo, mas de forma dispersa e muitas vezes isolada. Seu nascimento foi resultado de um movimento espontâneo e autogestionário, impulsionado por servidores comprometidos com os princípios da cooperação, solidariedade e emancipação social. Até então, a pauta da economia solidária nas instituições federais concentrava-se majoritariamente nas universidades e nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), o que deixava os IFs em posição marginal nas discussões e nas articulações nacionais do movimento. Assim, a criação da Rede IF EcoSol surgiu como um esforço para dar visibilidade, identidade e voz aos projetos e experiências desenvolvidos nos IFs, fortalecendo o papel da instituição como agente de transformação social, como relata o Entrevistado E6:

A minha participação na Rede IF ECOSOL, ela se dá um pouco antes ainda do doutorado. O Diogo, no caso, foi um desses contatos, né, que a gente acabou fazendo. Então, quando eu iniciei as minhas leituras sobre o tema, eu busquei colegas que estavam engajados. Eu achei o material do Diogo, que inclusive a gente até fez um artigo, eu, o Diogo e a Tiane, sobre a criação da rede. A gente tem um artigo sobre a criação da rede, né? Que a gente fala um pouco desse movimento, né? E a partir daí a gente viu o quanto a gente tinha um corpo, né, pra gente dialogar. O quanto a gente tinha, é, uma força, né, pra gente dialogar com a própria reitoria e até mesmo, né, com o governo federal [...] isso foi ganhando força a partir de novos colegas que passavam a interagir com a gente pelo zap e trocar idéias e experiências, foi bem interessante esse início aí (Entrevistado E6).

O ponto de partida para a consolidação da Rede foi a criação de um grupo de WhatsApp, inicialmente pensado apenas como um espaço informal de troca de experiências e de articulação entre servidores interessados em discutir práticas extensionistas, projetos de incubação e ações de formação voltadas à economia solidária. O grupo, que começou sem estrutura formal nem objetivos definidos, rapidamente atraiu novos participantes e revelou um conjunto de desafios comuns enfrentados nos Institutos Federais, como a falta de políticas institucionais específicas e de reconhecimento da economia solidária como campo estratégico de atuação. Esse crescimento orgânico e o fortalecimento das interações entre seus membros impulsionaram a transição de um grupo informal para uma rede articulada e organizada nacionalmente, que passou a exercer papel fundamental na proposição de políticas públicas, na integração institucional e na construção coletiva de conhecimento e práticas transformadoras no campo da economia solidária.

A concepção de economia solidária que fundamenta a atuação da Rede IF EcoSol está enraizada em uma compreensão ampla e crítica da organização econômica e social, orientada pelos princípios da autogestão, solidariedade, cooperação e valorização dos saberes populares. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2012), referência teórica adotada pela Rede, a economia solidária constitui uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, contrapondo-se à lógica capitalista centrada no lucro e na exploração do trabalho. Essa perspectiva compreende o trabalho como dimensão essencial da vida humana e da cidadania, e não como simples mercadoria. Nesse sentido, a Rede IF EcoSol entende que a economia solidária se insere num projeto político mais amplo, voltado à

transformação social e à democratização da economia, colocando a vida, o bem viver e o meio ambiente no centro das relações produtivas

No campo teórico, a Rede IF EcoSol ancora sua compreensão em autores que associam a economia solidária à construção de novas formas de sociabilidade e emancipação humana, como Paul Singer (2002), que a concebe como um movimento histórico de resistência ao capitalismo e de democratização dos meios de produção, e Milton Santos, ao propor uma economia do território pautada na solidariedade e na cooperação. Essa visão é também atravessada por influências do pensamento marxista e gramsciano, que inspiram a leitura crítica sobre o trabalho e a hegemonia nas relações econômicas. A Rede compreende que a economia solidária não se limita a um conjunto de práticas alternativas, mas constitui um projeto ético-político que busca redefinir a própria lógica do desenvolvimento, articulando educação, trabalho, meio ambiente e cidadania de forma integrada. Assim, o papel da educação profissional e tecnológica é compreendido como central na formação de sujeitos capazes de atuar de modo autônomo, cooperativo e solidário nos territórios em que vivem

Na dimensão prática, a Rede IF EcoSol adota um modelo autogestionário e horizontal de organização interna, refletindo em sua estrutura os valores que defende. Essa escolha metodológica traduz-se na criação de um Conselho Gestor e de Grupos de Trabalho, responsáveis pela condução das ações coletivas, em especial nas áreas de Comunicação, Políticas Públicas, Articulação com o Movimento e Incidência Institucional. A autogestão, nesse contexto, não é apenas um princípio organizativo, mas também uma prática formativa e política, que valoriza o protagonismo coletivo e a corresponsabilidade. Além disso, a Rede promove uma atuação articulada entre os campos do ensino, pesquisa e extensão, buscando inserir a economia solidária na agenda institucional dos Institutos Federais e fortalecer a integração com os movimentos sociais e as políticas públicas nacionais

Os princípios norteadores das ações da Rede incluem o respeito à diversidade, à equidade de gênero e raça, à justiça social e ambiental, e à promoção de práticas educativas emancipadoras. A Rede entende a economia solidária como um campo interdisciplinar que deve perpassar o currículo da educação profissional e tecnológica, estimulando a formação cidadã e crítica dos estudantes. Essa perspectiva dialoga com a pedagogia freireana e com a concepção de educação popular, ao propor a construção do conhecimento de forma coletiva, participativa e comprometida com a transformação social. Assim, o trabalho solidário é compreendido tanto como conteúdo quanto como método educativo, capaz de integrar teoria e

prática e de fortalecer as relações humanas em oposição à lógica da competitividade e do individualismo.

Fotografia 09 – Rede IF Ecosol e a Educação Popular de Freire



Fonte: Instagram da Rede IF EcoSol - @redeifecosol

Ainda sobre a concepção de economia solidária defendida pela Rede IF EcoSol, cabe ressaltar que é essencialmente dialógica e emancipatória, orientada pela crença de que outro modelo de desenvolvimento é possível, um modelo que coloca as pessoas e o planeta no centro da economia, onde suas ações buscam promover uma educação para a solidariedade, fomentando a criação de redes colaborativas e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, em sintonia com os desafios sociais e ambientais contemporâneos. Assim, a Rede tem um compromisso de construir, a partir da prática educativa e institucional, uma economia de base comunitária, sustentável e democrática, onde o trabalho coletivo, o conhecimento compartilhado e a justiça social sejam os pilares de um projeto de sociedade mais humano e solidário.

Durante o final de 2022 e o primeiro semestre de 2023, a Rede IF EcoSol deu início a um processo estruturante fundamental para sua consolidação enquanto movimento nacional de servidores e servidoras dos IFs comprometidos com os princípios da economia solidária. Nesse período, foi realizada uma ampla busca ativa por profissionais que já atuavam com o tema em diferentes IFs e CEFETs, por meio de projetos de extensão, incubadoras tecnológicas, núcleos de tecnologia social e ações formativas voltadas à autogestão e à economia popular. Esse esforço de mobilização ampliou significativamente o alcance da Rede, que passou a reunir participantes de todas as regiões do país e a mapear experiências diversas de ensino, pesquisa e extensão ligadas à economia solidária. Paralelamente, iniciou-se um movimento de sistematização das demandas e formulação de propostas de políticas públicas, em sintonia com a conjuntura nacional de reconstrução das políticas de economia solidária promovida pela recriação da SENAES, marcando o início de um ciclo de articulação entre o campo acadêmico e o poder público, como se observa na fala da Entrevistada E1:

Aproveitando o momento histórico e político de retomada da economia solidária, a gente fez esse movimento de aproximação inicialmente com a SENAES e com a SETEC e nós começamos a montar um plano para política pública em economia solidária nos institutos federais'...] aí né conseguimos uma agenda com a diretora de projetos da SENAES na época e fomos lá apresentar nossa rede e o que que a gente tava pensando em termos de realizações futuras (Entrevistada E1).

A partir desse processo de consolidação, a Rede IF EcoSol estruturou suas primeiras frentes de atuação, que definiram as bases de sua identidade institucional e política. A primeira delas foi a articulação com o movimento nacional de economia solidária, estabelecendo vínculos com importantes redes e entidades como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede ITCPs, a Rede Unitrabalho, a Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária e a Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (ABEPETS). Essa aproximação conferiu legitimidade à Rede como um novo ator no campo da economia solidária, representando institucionalmente a educação profissional e tecnológica.

A segunda frente de trabalho concentrou-se na incidência política, com destaque para o diálogo junto à SENAES/MTE e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), de onde emergiram ações estratégicas, como a formação nacional de trabalhadores do Programa Manuel Querino e a participação no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC).

Fotografia 10 – Rede IF EcoSol e o diálogo com a SETC/MEC



Fonte: Instagram da Rede IF EcoSol - @redeifecosol

Por fim, a terceira frente de atuação se voltou ao fortalecimento interno da economia solidária na Rede Federal, por meio da articulação com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (CONIF) e com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT), contribuindo diretamente para a criação do grupo de trabalho sobre economia solidária e Empreendedorismo Social e para a organização da primeira mesa temática sobre economia solidária na REDITEC 2023, o que consolidou a pauta da EcoSol como parte da agenda institucional dos IFs.

Então, a Rede IF ECOSOL, ela é uma instância de militância, não só acadêmica, mas também política, né? E ela se consolidou, no meu ponto de vista, por conta de que, antes, as iniciativas elas eram muito dispersas. Eu tinha um grupo aqui no Paraná, que fazia incubação, eu tinha um grupo no Nordeste, que também fazia, e no Sul, e no Sudeste e a gente não tinha uma organicidade. E a Rede IF ECOSOL, ela veio justamente pra fazer, pra dar esse corpo, né? Pra dar essa, essa visão, articulada, né? Pra essas iniciativas. Pra gente tentar dialogar, inclusive, com o Ministério da Educação, o que era

um absurdo, né? Então a rede, ela veio, justamente, pra dar esse corpo, essa visibilidade, pro tema. E aí a gente teve conquistas importantes. Uma das conquistas, no meu ponto de vista, foi a, a incidência que a gente teve junto à SETEC, né? Na época lá, que o Diogo ainda tava lá, de, da gente tentar pautar a inserção, eh, da economia solidária nos currículos. A gente estimulou, e a rede estimulou muito a questão de incubadoras. A gente estimulou muito a questão de projetos de extensão. E, no meu ponto de vista, né, a gente conseguiu dar uma visibilidade pro tema, né? Então, a gente, hoje, a gente não tem mais aquela questão dos projetos isolados. A gente tem a rede que tá o tempo todo fazendo essa articulação (Entrevistado E6).

Assim, a Rede IF EcoSol tem desempenhado um papel estratégico na institucionalização da economia solidária no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, consolidando-se como um espaço coletivo de articulação entre servidores, técnicos e gestores comprometidos com uma prática educativa emancipatória. Desde sua criação, a Rede tem assumido o compromisso de integrar a economia solidária aos campos do ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo-a como um eixo estruturante para o desenvolvimento territorial e para a formação humana integral.

Fotografia 11 – Rede IF EcoSol e o diálogo com o Forproex e CONIF



Fonte: Instagram da Rede IF EcoSol - @redeifecosol

Em diálogo permanente com o Forproext e o CONIF, a Rede vem atuando para inserir o tema nas agendas institucionais e políticas públicas, reafirmando o papel dos IFs e CEFETs como agentes de transformação social e econômica nos territórios onde estão inseridos, que se pode perceber na fala do Entrevistado E5:

Olha, a Rede IF Ecosol, ela tem um desafio que é muito grande assim, que eu acho que ela tem feito muito bem e que eu acho que temos que ampliar cada vez mais, que é de ocupar os espaços dentro dos Institutos Federais para demonstrar a importância da economia solidária. E aí eu acho que um grande desafio é a gente sair da lógica de nicho, né? De sermos nós as pessoas que fazemos Ecosol e ocuparmos esse espaço e vamos disputar com os outros colegas, disputar dentro dos currículos, disputar espaço dentro do campus. Porque a gente, é pra fazer isso e eu acho que um grande desafio é demonstrar isso assim, que a economia solidária, ela não é só pra, pro trabalho simples, né? A gente pode pensar, lógico, em trabalhos complexos, trabalhos, outras formas de trabalhar, inclusive em outras profissões. Não é só necessariamente nos catadores e nos recicladores, que tem todo o seu valor, mas que eu acho que a gente tem que pensar também pra outras formas de trabalho, pros trabalhos mais complexos, que são aqueles que geram mais renda e que a gente possa, que as pessoas possam fazer essas formações e discutir elas dentro dos marcos da economia solidária (Entrevistado E5).

Um dos principais compromissos da Rede é articular teoria e prática na construção de uma educação voltada ao trabalho associado, à cidadania e ao desenvolvimento sustentável. Essa concepção se materializa em ações formativas, projetos de extensão e iniciativas de incubação tecnológica que promovem a autogestão, o cooperativismo e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários. Entre os marcos dessa trajetória destaca-se a proposição e execução do Programa Manuel Querino, voltado à qualificação de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária em nível nacional.

articulando, e eu acho que é uma instância muito estratégica, né? Pra gente pensar a economia solidária nos Institutos Federais (Entrevistado E6).

Outro destaque na atuação da Rede é sua participação ativa no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), uma política interinstitucional que reforça o papel dos IFs como promotores de tecnologias sociais e de inclusão produtiva. A atuação da Rede IF EcoSol nesse programa evidencia seu compromisso com a produção de conhecimento aplicado e transformador, capaz de gerar impactos concretos nas comunidades locais.

Fotografia 13 – Rede IF EcoSol e fortalecimento das Incubadoras nos IFs



Fonte: Instagram da Rede IF EcoSol - @redeifecosol

As incubadoras e núcleos vinculados aos IFs têm se constituído como espaços de experimentação e inovação social, promovendo o desenvolvimento de metodologias participativas e solidárias. Assim, a Rede não apenas difunde os princípios da economia

solidária, mas também sistematiza experiências, fomenta a pesquisa aplicada e estimula a transversalidade do tema nas práticas pedagógicas e extensionistas das instituições que a compõem.

No campo prático, a Rede IF EcoSol se faz presente em 23 instituições da Rede Federal, distribuídas por todas as regiões do país, com uma atuação que fortalece o diálogo entre academia e movimentos sociais. Essa presença capilarizada permite identificar, valorizar e articular experiências locais de economia solidária desenvolvidas nos IFs, estimulando o intercâmbio de saberes e o trabalho colaborativo entre diferentes campi e comunidades, como se pode observar no mapa a seguir que mostra a presença da Rede nacionalmente:

Figura 15 - Membros da Rede IF EcoSol por região e IF ou CEFET filiado.



Fonte: Ferreira Rego et al. (2025).

Em menos de dois anos de existência, a Rede IF EcoSol consolidou-se como um movimento nacional de resistência e inovação social dentro da Rede Federal. Sua atuação tem reafirmado a economia solidária como um campo de prática pedagógica e política, capaz de articular ensino, pesquisa e extensão em torno de uma pedagogia do trabalho associado e emancipador. Ao promover ações integradas e coletivas, a Rede vem contribuindo para a construção de uma nova cultura institucional, baseada na cooperação e na solidariedade, que

reconhece a importância da economia popular e das experiências autogestionárias na transformação da sociedade. Dessa forma, a IF EcoSol não é apenas uma rede de servidores, mas um projeto de transformação social, que reafirma o compromisso da Rede Federal com uma economia voltada à vida, à dignidade e ao bem comum, demonstrando, na prática, que outra economia e outra educação são possíveis.

Os membros da Rede IF EcoSol constituem a base viva e dinâmica de sua atuação, configurando um coletivo diverso e representativo dos IFs, abrangendo docentes, técnicos administrativos, gestores e colaboradores que desenvolvem ações vinculadas à extensão, pesquisa e ensino no campo da economia solidária, do cooperativismo e da tecnologia social. Esse perfil heterogêneo reflete a natureza interdisciplinar da economia solidária, que articula dimensões econômicas, pedagógicas, sociais e ambientais.

Fotografia 14 – Ações dos Núcleos Incubadores nos IFs



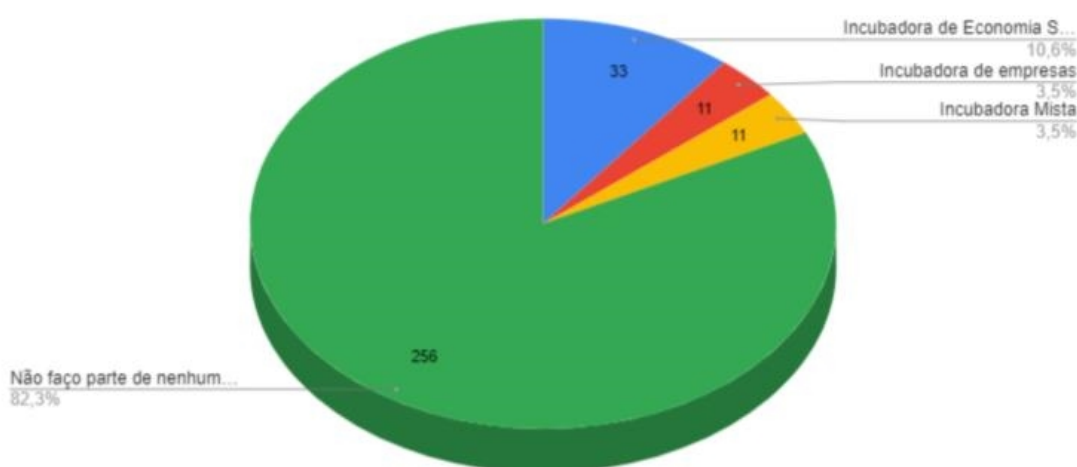
Fonte: Instagram da Rede IF EcoSol - @redeifecosol

Além disso, há também a participação de estudantes e parceiros externos, especialmente vinculados a incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) e a

projetos de extensão com comunidades locais, o que amplia o alcance e o caráter colaborativo das ações da Rede, conforme figura a seguir que mostra a participação dos servidores que atuam com economia solidária que estão vinculados a alguma incubadora:

Gráfico 04: Servidores que atuam com projetos de Economia Solidária X vinculação à incubadoras

Faz parte de alguma Incubadora no Instituto Federal em que está lotada(o)?



Fonte: Guergoletto et al (2024).

Os participantes da Rede se distribuem por todas as regiões do Brasil, onde essa presença nacional permite que a Rede atue de forma articulada com as realidades locais, respeitando as especificidades socioculturais e econômicas de cada território. Muitos de seus membros atuam diretamente com empreendimentos econômicos solidários, cooperativas, associações produtivas, coletivos de mulheres, agricultores familiares e grupos comunitários urbanos e rurais. Outros desenvolvem pesquisas aplicadas sobre autogestão, tecnologias sociais e economia popular, fortalecendo o diálogo entre teoria e prática. Assim, o perfil dos integrantes é marcado pelo comprometimento com a transformação social e com a educação emancipatória, em consonância com os princípios da economia solidária e com o papel social dos IFs, como relata a experiência da Entrevistada E1:

A questão acho que aqui no campus a gente tem conseguido assim incluir a temática e no IFRS essa essas experiências né do campus da própria construção da tese da experiência da Rede IF Ecosol outros campos têm nos

convidado pra participar de discussão de PPC, tipo por exemplo Campus Restinga criou agora trocou um curso do na modalidade de educação de jovens e adultos, antes era comércio e passou para técnico em administração e no processo de construção eles nos chamaram, chamaram eu Guilherme pra compartilhar as coisa na nossa tese e eles eles incluíram duas disciplinas uma economia solidária e outra relacionada à questão das tecnologias sociais (Entrevistada E1).

O perfil participativo e colaborativo dos membros é um dos aspectos centrais da identidade da Rede IF EcoSol. A comunicação e a articulação interna ocorrem por meio de reuniões periódicas, grupos virtuais e plataformas compartilhadas, como o Drive institucional, que organiza atas, registros e documentos de trabalho. As reuniões gerais, realizadas bimestralmente, funcionam como espaços de deliberação e construção coletiva, nos quais qualquer membro pode propor pautas e encaminhamentos. Essa dinâmica favorece o exercício da autogestão, estimulando a corresponsabilidade e o protagonismo dos participantes. O engajamento voluntário e o caráter colaborativo das ações reforçam o sentido pedagógico e político da economia solidária dentro da Rede, que valoriza a participação consciente, o respeito à diversidade e o diálogo entre saberes.

Fotografia 15 – Reuniões Gerais da Rede IF EcoSol

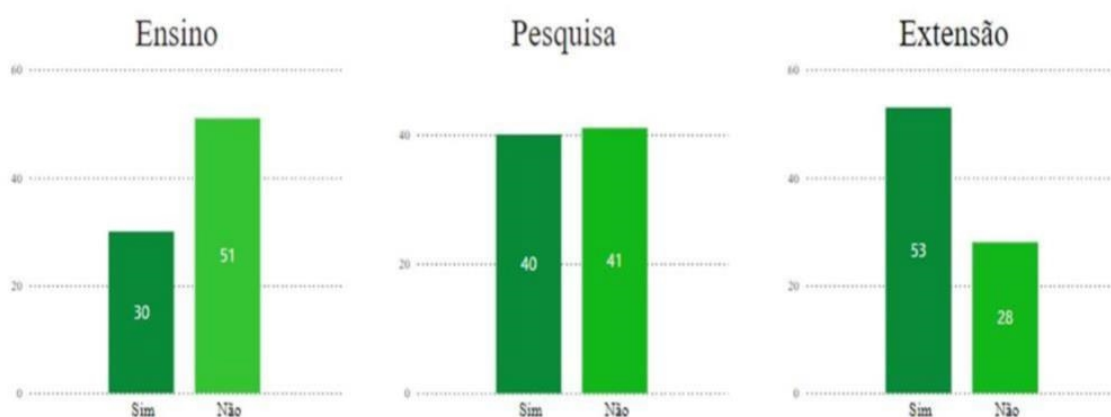


Fonte: Instagram da Rede IF EcoSol - @redeifecosol

No que se refere às áreas de atuação, os membros da Rede desenvolvem ações que integram ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. Na extensão, predominam os projetos voltados à formação de agentes de desenvolvimento solidário, apoio a cooperativas

populares, fomento a incubadoras de economia solidária e educação financeira solidária. Na pesquisa, destacam-se estudos sobre trabalho associado, sustentabilidade, inovação social e políticas públicas de inclusão produtiva. Já no ensino, os membros atuam na inserção da temática da economia solidária nos currículos e na promoção de práticas pedagógicas emancipatórias, que estimulam a reflexão crítica e o protagonismo dos estudantes. Essa integração entre as dimensões formativas e produtivas caracteriza a contribuição singular da Rede para a consolidação de uma pedagogia do trabalho associado, que une teoria e prática a serviço da transformação social, como observa-se na figura a seguir:

Gráfico 05 – Envolvimento dos integrantes da Rede IF EcoSol com o ensino, a pesquisa e a extensão

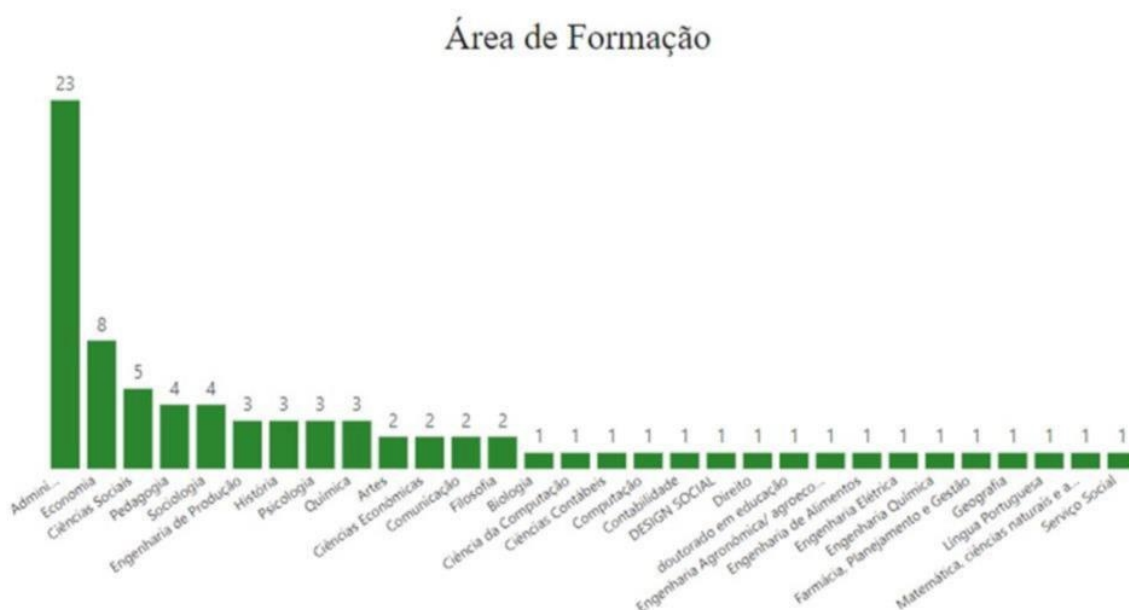


Fonte: Ferreira Rego et al. (2025).

Em síntese, os membros da Rede IF EcoSol representam um coletivo plural, comprometido e em constante crescimento, que tem consolidado uma nova cultura institucional dentro da Rede Federal. Suas características — diversidade profissional, engajamento político-pedagógico e prática colaborativa — fazem da Rede um espaço de inovação social e resistência democrática, no qual o saber científico dialoga com os saberes populares. A participação ativa de docentes, técnicos e estudantes nas ações da Rede demonstra que a economia solidária, mais do que um campo de estudos, é uma prática viva que orienta modos de ser, produzir e educar. Assim, o protagonismo de seus membros expressa a força transformadora de um movimento que busca construir, cotidianamente, outra economia e outra educação possíveis, enraizadas nos valores da solidariedade, da equidade e do bem viver coletivo.

A Rede IF EcoSol, estrutura-se como uma articulação nacional horizontal e autogestionária, composta por servidores e servidoras dos IFs e CEFETs que desenvolvem ações relacionadas à economia solidária no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Seu modo de organização expressa os princípios que fundamentam a própria economia solidária, autogestão, cooperação, democracia participativa e solidariedade, buscando integrar práticas colaborativas e processos de decisão compartilhados. Conforme registrado no documento Organização do Movimento Rede IF EcoSol (2023), a Rede constitui-se como um espaço coletivo, aberto e plural, voltado à construção de políticas públicas, à promoção de práticas educativas emancipatórias e ao fortalecimento da economia solidária enquanto campo de conhecimento e de atuação social, como pode-se observar na figura a seguir:

Gráfico 06 – Área de formação dos integrantes da Rede IF Ecosol

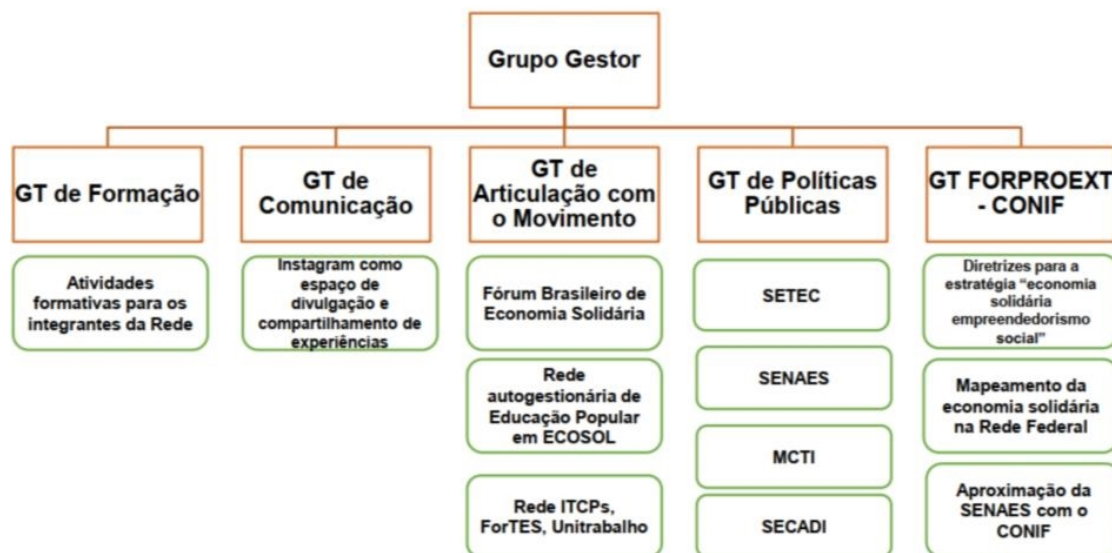


Fonte: Ferreira Rego et al. (2025).

O organograma da Rede IF EcoSol, que apresenta-se a seguir, reflete uma estrutura descentralizada e participativa, composta por um Conselho Gestor e por Grupos de Trabalho (GTs) fixos e temporários, que atuam de maneira articulada e complementar. O Conselho Gestor é o principal espaço de coordenação e integração das ações, responsável por articular as informações oriundas dos GTs e definir os encaminhamentos a serem deliberados pelo coletivo geral. Já os GTs fixos constituem núcleos permanentes de trabalho, voltados a áreas estratégicas: Comunicação, Políticas Públicas, Articulação com o Movimento e

CONIF/FORPROEXT. Além desses, a Rede pode criar GTs temporários, com objetivos específicos e duração delimitada, sempre vinculados a um GT fixo, garantindo a fluidez e a organicidade do trabalho coletivo.

Figura 16 – Organograma e Composição da Rede IF EcoSol



Fonte: Ferreira Rego et al (2025).

O Conselho Gestor tem papel central na coordenação das atividades da Rede. Entre suas atribuições estão a articulação das informações e deliberações entre os diferentes GTs, a organização das reuniões gerais e o acompanhamento das ações estratégicas da Rede. Ele é composto por, no mínimo, dois membros de cada GT fixo, um membro de cada GT temporário e, preferencialmente, dois representantes de cada região do país onde a Rede IF EcoSol esteja presente. Essa composição regionalizada garante representatividade territorial e fortalece a comunicação entre os diferentes Institutos Federais e CEFETs. O Conselho não possui periodicidade rígida de mandato, e sua composição pode ser ajustada conforme as demandas internas dos GTs, respeitando o princípio da autonomia e rotatividade voluntária.

O Grupo de Trabalho de Comunicação (GT Comunicação) é responsável por estruturar e operacionalizar a política de comunicação da Rede. Entre suas atribuições estão a criação e manutenção das redes sociais, como o Instagram (@redeifecosol) e o e-mail institucional (redeifecosol@gmail.com); a elaboração de um manual de identidade visual e de uma política de comunicação que defina os canais, formatos e periodicidade das publicações; e o desenvolvimento de instrumentos para sistematizar as experiências dos Institutos Federais na área da economia solidária, como o banco de projetos e ações EcoSol. O GT também

desempenha um papel acolhedor, sendo responsável por receber e orientar novos membros, com apoio dos demais GTs, explicando o funcionamento da Rede e suas formas de participação. Sua composição é livre, sem número mínimo ou máximo de integrantes, e seus membros atuam de forma voluntária e autogestionária

O Grupo de Trabalho de Políticas Públicas (GT Políticas Públicas) tem a função de promover a articulação institucional com órgãos governamentais e instâncias de formulação de políticas públicas voltadas à economia solidária. Ele é responsável por criar vínculos com a SENAES, a SETEC e outros órgãos e secretarias que possam fomentar políticas e programas voltados à economia solidária nos IFs. O GT também coordena a criação de GTs temporários voltados a pautas emergentes, conforme novas articulações e oportunidades de cooperação institucional. Essa frente de trabalho é essencial para a incidência política da Rede, permitindo sua inserção em espaços estratégicos de formulação e implementação de políticas públicas de inclusão produtiva e desenvolvimento territorial sustentável, como comenta a Entrevistada E4:

Eu acredito que a Rede IF Ecosol é um espaço que se a gente não tiver, a gente não consolida a economia solidária como política nacional dentro dos Institutos Federais. Eu vejo como um espaço estratégico, de trocas e articulação, e pra gente se manter, pra gente se fortalecer, pra gente conseguir, eh, incidir, principalmente no Ministério da Educação, né, através da SETEC, e através de quem tá à frente do Ministério, ou da SETEC, pra gente conseguir incidir (Entrevistada E4).

O Grupo de Trabalho de Articulação com o Movimento (GT Articulação) é o elo entre a Rede IF EcoSol e os demais movimentos, fóruns e redes de economia solidária do país. Compete a esse GT representar a Rede perante entidades como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede ITCPs, a Rede Unitrabalho, a Rede de Educadores Populares em Economia Solidária e a Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (ABEPETS). Além da representação política, o GT promove a circulação interna de informações entre os representantes da Rede que participam desses espaços, garantindo que as discussões e deliberações externas sejam socializadas e debatidas coletivamente. Sua composição também é aberta, sendo fundamental manter pelo menos um representante da Rede em cada um dos espaços de articulação mencionados, o que assegura interlocução permanente com o movimento nacional da economia solidária

O Grupo de Trabalho CONIF/FORPROEXT é voltado à articulação interna com as instâncias da Rede Federal, como o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (CONIF) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT). Esse GT tem como principal atribuição inserir a economia solidária nas pautas institucionais e colegiadas dos Institutos Federais, incidindo na formulação de políticas, programas e estratégias de extensão e ensino. Também cabe a ele manter canais de comunicação com as pró-reitorias e setores gestores dos IFs, visando ampliar o reconhecimento e o apoio institucional às ações da economia solidária. Essa atuação tem sido essencial para a construção de políticas de formação, incubação e extensão solidária, reforçando o papel dos IFs como agentes de desenvolvimento territorial e inclusão social

Os grupos de trabalho temporários são criados conforme as demandas emergentes da Rede, sempre vinculadss a um GT fixo, com o objetivo de manter a organicidade e o fluxo de informações. Esses grupos são formados para atender atribuições específicas, como organização de eventos, elaboração de documentos, mapeamento de experiências ou acompanhamento de programas institucionais. A criação dos GTs temporários reflete a flexibilidade e a capacidade de resposta da Rede às necessidades conjunturais, além de promover a participação rotativa e democrática dos membros. Essa estrutura leve e colaborativa permite que o trabalho se desenvolva de modo contínuo, sem hierarquias rígidas, o que fortalece o caráter autogestionário e descentralizado da Rede.

Por fim, o funcionamento geral da Rede IF EcoSol é sustentado por uma rotina de reuniões ordinárias e extraordinárias, que asseguram a participação de todos os membros nos processos de decisão. As reuniões ordinárias ocorrem bimestralmente e são precedidas de consultas ao grupo geral para definição de pautas e datas, enquanto as extraordinárias são convocadas pelo Conselho Gestor conforme a necessidade. Todos os encaminhamentos são registrados em atas compartilhadas em um Drive colaborativo, o qual organiza os documentos e garante a transparência das ações. Essa dinâmica participativa, somada à ampla comunicação virtual via grupos de WhatsApp e redes sociais, assegura a fluidez das informações e o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os membros. Assim, a organização e o funcionamento da Rede IF EcoSol traduzem, em sua prática cotidiana, os valores que defende: autogestão, solidariedade, democracia, diversidade e compromisso com a transformação social, princípios que fazem da Rede um movimento coletivo e inovador no interior da Rede Federal.

O estudo de caso demonstra que o principal papel da Rede IF Ecosol é o de catalisadora e unificadora, considerando que ela transforma a energia dispersa de dezenas de servidores engajados em uma força política coesa e unificada. Para os servidores que atuam na ponta, a rede é um alento contra o isolamento. O Entrevistado E5, que se integrou mais recentemente, vê a rede como um ator que aprendeu a "ocupar espaços" e a atuar nas "contradições do sistema". Já a Entrevistada E4, embora mais distante das articulações nacionais, reconhece a importância da rede para a disseminação de informações sobre editais e oportunidades, mesmo que ainda perceba uma concentração maior de recursos em outras regiões.

A rede funciona como uma espinha dorsal que conecta as diversas vértebras, ou seja, os campi e os projetos locais, o que permite que a experiência de curricularização em Alvorada inspire outros campi, que as metodologias de extensão de Rolante sejam compartilhadas, e que os desafios burocráticos enfrentados por um campus sejam levados como uma pauta coletiva para os debates da Rede.

Assim, a Rede IF Ecosol é mais do que um objeto de estudo, é a própria encarnação dos princípios da economia solidária aplicados à articulação política e à produção de conhecimento no âmbito do ensino profissional e tecnológica, onde sua trajetória demonstra que é possível, através do trabalho associado e da autogestão, construir um ator social e político capaz de promover mudanças estruturais, provando que a solidariedade, quando organizada, é uma força transformadora e poderosa.

A Rede IF EcoSol vem se consolidando como um importante ator no cenário nacional na construção e ampliação da economia solidária na Rede Federal, além de contribuir para o diálogo na formulação de políticas públicas e na interação com outros atores da economia solidária. As características dos membros da Rede revelam aspectos essenciais para nossa compreensão do papel dos IFs e Cefets na prática da economia solidária. Mesmo representando um percentual pequeno de servidores, a Rede está presente na cinco regiões do país, em 23 campi, em apenas três anos de existência.

Esse rápido crescimento e reconhecimento demonstram a potencialidade desse encontro entre economia solidária e educação profissional e tecnológica, fruto da convergência e afinidade de princípios e de práticas que visam à produção de lógicas emancipadoras de trabalho e produção de ciência e tecnologia para o desenvolvimento socioeconômico nacional, partindo de ações locais e descentralizadas.

Todavia, identificam-se alguns desafios para a Rede a partir das falas de seus integrantes: ampliar a participação de servidores, especialmente técnicos; integrar os estudantes que colaboram com as ações em economia solidária nos campi à Rede; explorar as possibilidades das diversas áreas de conhecimento que compõem a rede para a criação de projetos interdisciplinares, investir na formação dos servidores em economia solidária e trabalhar pelo reconhecimento da Rede em todos os espaços de atuação.

A análise de conteúdo realizada sobre as falas dos entrevistados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica permitiu a emergência de categorias centrais que explicitam a complexidade da inserção da economia solidária no ambiente institucional. De acordo com Bardin (1977), as narrativas foram processadas e organizadas em eixos temáticos que dialogam de forma direta com o referencial teórico da tese, revelando as disputas, práticas e fragilidades que compõem o cotidiano dos IFs.

Uma das categorias de maior proeminência nas falas dos entrevistados diz respeito à tensão paradigmática entre a formação para o trabalho associado e a hegemonia do empreendedorismo individual. O entrevistado E5 aponta que a lógica do "seja seu próprio patrão" está fortemente disseminada e é promovida ativamente por agentes externos, como o SEBRAE, e pela grande mídia. Em contrapartida, a inserção da economia solidária no currículo surge como um manifesto político e pedagógico. A entrevistada E4 reforça que essa inclusão amplia a visão crítica dos discentes, permitindo a distinção entre "trabalho" e "emprego" e a valorização de formas coletivas de organização da vida que transcendem a exploração tradicional.

As narrativas convergem para a compreensão de que a economia solidária se materializa nos IFs através de um ciclo virtuoso de integração. A extensão é identificada como a "mola propulsora" e o principal vetor de institucionalização, ao romper os muros acadêmicos e dialogar com as demandas reais dos territórios, como o artesanato e a produção de grupos vulneráveis. A pesquisa, por sua vez, assume um caráter de tecnociência solidária, orientando-se por demandas sociais concretas para sistematizar e legitimar saberes populares. O entrevistado E6 exemplifica essa relação ao descrever como indagações oriundas da prática extensionista motivaram sua investigação doutoral sobre a contribuição das incubadoras para a formação integral do ser humano.

Apesar dos avanços, a análise de conteúdo revela uma categoria crítica: a fragilidade estrutural imposta pela escassez de recursos e pela sobrecarga de trabalho dos servidores. O entrevistado E6 destaca que a "falta de tempo para registrar e sistematizar a pesquisa" decorrente das ações de extensão limita a consolidação teórica e a disseminação de resultados.

Além disso, a entrevistada E4 aponta para a "fragmentação institucional", onde a lógica competitiva por editais transforma os *campi* em "ilhas" que pouco se articulam, contradizendo os próprios princípios da solidariedade que a instituição busca fomentar. Esse cenário evidencia que a sustentabilidade da economia solidária nos IFs ainda depende, em grande medida, da militância e paixão individual de servidores engajados, carecendo de uma política institucional mais perene e coordenada.

A análise comparativa das narrativas revela um campo de aproximações fundamentadas na identidade institucional e no compromisso ético-político dos sujeitos. Observa-se uma convergência significativa quanto à percepção da economia solidária como um instrumento de formação humana integral, capaz de contrapor-se à lógica do empreendedorismo individualista e meritocrático. Os entrevistados são unânimes ao apontar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como o alicerce para a materialização da economia solidária nos IFs, destacando que a extensão atua como o principal vetor de capilaridade social, permitindo que a instituição dialogue com as demandas reais dos territórios e transforme saberes populares em conhecimento acadêmico legitimado.

Por outro lado, os afastamentos evidenciados nas falas expõem as contradições e os limites da institucionalização dessa política pública. Enquanto algumas unidades apresentam um nível avançado de integração curricular e apoio via incubadoras, outras operam de forma fragmentada, dependendo quase exclusivamente da militância isolada de servidores. Emergem tensões quanto à rigidez burocrática e normativa, que muitas vezes criminaliza as práticas produtivas solidárias, e à própria estrutura da Rede Federal, que, ao reproduzir lógicas competitivas por recursos e editais, acaba por constituir-se como um "arquipélago" de iniciativas, distanciando-se dos princípios de cooperação e solidariedade que o movimento preconiza.

Em conclusão, a análise de conteúdo das narrativas demonstra que os IFs desempenham um papel de resistência e inovação social, embora operem sob condições de precariedade estrutural e orçamentária. O fortalecimento da economia solidária na Rede Federal não reside apenas no fomento técnico, mas na sua consolidação como uma política institucional perene que supere as ações episódicas. Conclui-se que a transição de um modelo de "gestão da sobrevivência" para um projeto de emancipação socioeconômica exige a curricularização efetiva da temática e o fortalecimento das redes de colaboração interna, reafirmando o compromisso da educação profissional com a construção de uma racionalidade econômica voltada ao bem viver e à dignidade do trabalho associado.

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como propósito central compreender as contribuições dos IFs no fortalecimento da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil, tomando como referência empírica a atuação dos próprios Ifs e da Rede IF EcoSol. Ao longo da investigação, foi possível constatar que os IFs exercem papel estratégico e multifacetado na consolidação da economia solidária, ao integrar os campos do ensino, da pesquisa e da extensão com as práticas emancipatórias de trabalho coletivo, formação humana integral e desenvolvimento territorial sustentável. Tal papel se apresenta não apenas como expressão de uma política educacional, mas também como instrumento de transformação social, evidenciando que a instituição pública pode se constituir em protagonista de um projeto civilizatório alternativo ao modelo econômico hegemônico, historicamente excludente e competitivo.

A análise empírica revelou que a principal contribuição dos IFs no fortalecimento da economia solidária decorre da transversalidade de suas ações e da capacidade de integrar saberes acadêmicos, técnicos e populares em torno de uma prática educativa pautada na cooperação, na sustentabilidade e na autogestão. No eixo da extensão, observaram-se experiências que articulam diretamente o conhecimento científico à realidade das comunidades locais, por meio de incubadoras tecnológicas, programas de formação cooperativista e projetos de assessoria a empreendimentos solidários. Essas ações permitiram a construção de um diálogo horizontal entre docentes, discentes e comunidades, constituindo verdadeiros espaços de inovação social e de aprendizagem mútua. A extensão, portanto, desponta como o principal vetor da institucionalização da economia solidária nos IFs, consolidando-se como prática pedagógica emancipadora e de reinvenção das relações entre escola e sociedade.

No eixo do ensino, verificou-se que a formação ofertada pelos IFs apresenta um campo de disputas epistemológicas e ideológicas. Embora a economia solidária esteja progressivamente sendo incorporada aos currículos e aos programas de formação profissional e tecnológica, persiste uma hegemonia do discurso empreendedorista individualista, que enfatiza a competitividade e a meritocracia em detrimento da cooperação e da coletividade. Tal contradição revela o embate entre dois projetos de sociedade: de um lado, a lógica de mercado, que forma sujeitos voltados à empregabilidade e à produtividade e de outro, a perspectiva emancipatória defendida por Marx, Gramsci e Saviani, que compreende o

trabalho como princípio educativo e o conhecimento como instrumento de libertação. Quando o ensino adota uma abordagem integrada com a extensão e a pesquisa, o trabalho deixa de ser mero instrumento de subsistência para se tornar meio de formação humana, ampliando o alcance social da educação e reafirmando o papel dos IFs como promotores de uma pedagogia da emancipação.

A pesquisa, por sua vez, mostrou-se um elemento de grande potência transformadora, ainda que careça de maior fomento e institucionalização, esta investigação revelou que a pesquisa aplicada desenvolvida nos IFs contribui significativamente para a geração de conhecimento situado, comprometido com a realidade concreta dos territórios e com as demandas dos empreendimentos solidários. Essa produção científica, ao articular teoria e prática, materializa o conceito de tecnociência solidária proposto por Dagnino (2020), no qual o conhecimento é produzido de forma colaborativa, democrática e orientado ao bem comum. Assim, a pesquisa nos IFs deixa de ocupar um espaço restrito à lógica produtivista acadêmica e passa a assumir uma função política e social: a de apoiar os processos de transformação econômica e cultural a partir de um paradigma inclusivo e participativo.

Contudo, a pesquisa também evidenciou limitações e contradições significativas. Entre os desafios mais recorrentes apontados pelos entrevistados estão os entraves burocráticos e a fragmentação política no interior dos IFs, que dificultam a fluidez das ações e a consolidação de políticas institucionais voltadas à economia solidária. Soma-se a isso a escassez de recursos humanos e financeiros, o excesso de formalidades administrativas e a ausência de uma política nacional articulada para o tema, o que impede maior uniformidade e continuidade das ações. Outro desafio é de ordem ideológica: a predominância da cultura empresarial e do empreendedorismo neoliberal ainda atravessa o imaginário institucional e pedagógico, gerando tensões entre práticas cooperativas e discursos competitivos. Assim, o fortalecimento da economia solidária nos IFs exige, para além de boas intenções e práticas pontuais, um enfrentamento estrutural e epistemológico, capaz de reconfigurar valores, currículos e políticas de gestão.

As evidências reunidas ao longo da pesquisa revelam que, apesar dos inúmeros desafios estruturais e ideológicos verificados, emergem nos Institutos Federais múltiplas oportunidades, como a curricularização da economia solidária, o apoio à institucionalização das incubadoras e o fortalecimento das redes colaborativas representam sementes de esperança para o futuro dos IFs e para o país. Elas apontam para a possibilidade concreta de

uma educação pública comprometida com a vida, com o bem comum e com a justiça social. Se devidamente fortalecidos e apoiados por políticas públicas consistentes, os IFs poderão consolidar-se como laboratórios vivos de uma nova economia, baseada na cooperação, na autogestão e na sustentabilidade, contribuindo para o renascimento ético, político e social de um Brasil mais solidário e humano.

Nesse sentido, uma grande oportunidade identificada, foi a experiência da Rede IF EcoSol, que sinaliza de forma contundente um horizonte promissor para a consolidação da economia solidária como eixo transformador da educação pública. O seu rápido crescimento e solidificação demonstram que o modelo de articulação em rede potencializa a cooperação entre servidores, estudantes e comunidades, gerando um campo fértil de inovação social, formação crítica e emancipação coletiva. Essa dinâmica permite vislumbrar a construção de um novo paradigma educativo, capaz de unir ciência, tecnologia e solidariedade como fundamentos de um desenvolvimento humano integral.

Frente a esse cenário, a Rede IF EcoSol emerge como ator estratégico e articulador político. Nascida da base, a rede consolidou-se como um espaço de integração e militância, capaz de influenciar políticas públicas, fortalecer incubadoras e promover uma formação crítica e colaborativa entre servidores e estudantes. Os resultados demonstram, ainda, que os IFs atuam como espaços de mediação entre o Estado e a sociedade civil, favorecendo a implementação de políticas públicas de fomento à economia solidária e apoiados na Rede IF EcoSol, promovem a articulação institucional e interinstitucional entre servidores, gestores, pesquisadores e movimentos sociais. A Rede IF EcoSol consolidou-se como ambiente de trocas de saberes, difusão de tecnologias sociais e fortalecimento das práticas de autogestão e trabalho associado. Sua atuação tem ampliado o alcance e a visibilidade da economia solidária dentro da Rede Federal, além de estabelecer pontes com órgãos governamentais como a SENAES e a SETEC, o que a torna um exemplo concreto de uma rede de inovação e resistência, tanto pedagógica, quanto política.

Do ponto de vista teórico, este estudo reforça a relevância dos fundamentos marxistas e gramscianos na compreensão da relação entre trabalho, educação e emancipação humana. A análise empírica dialoga com o pensamento de Singer (2002), ao reconhecer a economia solidária como alternativa concreta de superação do desemprego e da pobreza; converge com Dagnino (2020), ao compreender a tecnociência solidária como base cognitiva para uma nova racionalidade científica e tecnológica; e se aproxima de Arruda (2003), ao defender a

centralidade da educação como motor de transformação cultural e social. O cruzamento dessas perspectivas teóricas permitiu reafirmar que o fortalecimento da economia solidária não é apenas um processo econômico, mas essencialmente político, educativo e civilizatório.

As implicações práticas deste trabalho indicam a necessidade de institucionalização da economia solidária como eixo estruturante da política educacional dos IFs. Isso demanda a incorporação de princípios solidários aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), a criação de linhas de financiamento permanentes para incubadoras e núcleos de extensão, a formação continuada de servidores e o fortalecimento da articulação com políticas públicas de geração de trabalho e renda. Reforça-se também a importância de uma atuação mais coordenada entre MEC, SETEC, MTE e SENAES, garantindo recursos estáveis e a integração da economia solidária à agenda estratégica da Rede Federal. O avanço dessas políticas representa um passo essencial para transformar as práticas educativas em ações efetivas de desenvolvimento local e inclusão social.

No que se refere às limitações da pesquisa, reconhece-se que o estudo, de abordagem qualitativa, concentrou-se em um número reduzido de entrevistados e em recortes específicos da Rede Federal, o que restringe, de certa forma a generalização dos resultados. Além disso, a pesquisa foi realizada em um momento de reconstrução da política nacional de economia solidária, o que implica um cenário ainda em transição e sujeito a mudanças. Apesar disso, o conjunto de dados levantados fornece uma visão consistente e representativa do papel dos IFs na consolidação de um novo paradigma de educação e trabalho, apontando caminhos promissores para futuras investigações.

Diante dessas limitações, recomenda-se o aprofundamento de estudos de caráter longitudinal e comparativo, que possam avaliar os impactos econômicos, sociais e educacionais das ações de economia solidária promovidas pelos IFs. Pesquisas quantitativas poderiam mensurar os efeitos da economia solidária na geração de trabalho e renda, enquanto estudos etnográficos e territoriais permitiriam compreender as dinâmicas locais e culturais que influenciam a sustentabilidade dos empreendimentos solidários. Outra vertente promissora é a investigação sobre os impactos da economia solidária na formação discente, explorando como os jovens internalizam os valores de cooperação, democracia e justiça social nas suas trajetórias profissionais e pessoais.

Outro ponto que convém destacar é sobre a realização de novas pesquisas envolvendo a Rede IF EcoSol, uma vez que esta tese está sendo escrita enquanto a história da Rede está

sendo construída, portanto sua forma de organização, desafios, pautas, devem ser reescritos e revisados constantemente, principalmente por se tratar de uma organização nova e ainda em construção.

Ao refletir sobre o conjunto da obra, é possível afirmar que a presente tese contribui para a consolidação de um campo de estudos que articula educação profissional, políticas públicas e economia solidária. Ao evidenciar a capacidade dos IFs de promover práticas educativas transformadoras e socialmente referenciadas, a pesquisa reforça o papel da educação pública como espaço de resistência e esperança. A economia solidária, nesse contexto, não é apenas uma alternativa econômica, mas um projeto ético e político de reconfiguração das relações de produção e de construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Por fim, cabe uma análise mais ampla sobre o sentido social deste trabalho. Em um mundo marcado pela precarização das relações de trabalho, pela desigualdade crescente e pela mercantilização da vida, o fortalecimento da economia solidária emerge como um ato político de esperança e reconstrução. Os Institutos Federais, ao incorporarem a solidariedade, a democracia e a autogestão em seus projetos educativos, reafirmam sua função social e sua relevância histórica como instrumentos de transformação e justiça social. A educação, quando orientada por valores humanos e coletivos, torna-se uma prática de liberdade, como ensinou Paulo Freire, e uma ferramenta de reconstrução do tecido social, cultural e ético do país.

Em síntese, esta tese demonstra que o fortalecimento da economia solidária nos IFs representa muito mais do que um projeto educacional; trata-se de uma proposta civilizatória, que busca recolocar o ser humano no centro da economia e da política. Ao resgatar o sentido do trabalho como valor social, coletivo e emancipador, os IFs mostram que é possível construir alternativas reais à lógica do capital. Assim, as contribuições desta pesquisa ultrapassam o campo acadêmico e se estendem à sociedade como um todo, convidando à reflexão sobre os caminhos de um desenvolvimento verdadeiramente humano, solidário e sustentável para o Brasil.

Esta tese buscou demonstrar a contribuição multifacetada dos Institutos Federais para uma agenda que é, em sua essência, um projeto de transformação social. As histórias dos servidores entrevistados revelam mais do que a execução de uma política pública; revelam uma paixão, uma militância e uma profunda crença no poder da educação como instrumento

de emancipação. Em meio a crises econômicas, desastres ambientais e um cenário de crescente precarização do trabalho, a economia solidária, fomentada no chão dos campi, surge não como uma utopia, mas como uma prática concreta de esperança.

O fortalecimento dessa agenda depende de uma escolha política clara: a de valorizar a cooperação em detrimento da competição, a solidariedade em vez do individualismo, e o bem viver no lugar do lucro a qualquer custo. Os Institutos Federais, com sua capilaridade nacional e sua vocação para o diálogo com a classe trabalhadora, têm a oportunidade histórica de liderar essa escolha, fazendo de seus campi não apenas espaços de formação para o trabalho, mas verdadeiros territórios de uma educação como prática da liberdade.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Orgs.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Governo reinstala Conselho Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: Brasília-DF, 2023.

ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. **Macdonaldização do ensino**. In: Carta Capital, São Paulo, ano VI, edição 122, 10 maio 2000, p. 20-24.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>.

AMORIM, Rizoneide; CARRASCAL, Ivette; RÊGO, Diogo. **Múltiplos olhares sobre a economia solidária na América Latina**. 2022.

ANDION, C. **As particularidades da gestão em organizações da economia solidária**. In: Anais da ENANPAD, XXV, 2001, Campinas, 2001.

ANDION, C. **A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios**. Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão. **O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boi Tempo, 2018. ARAUJO, M. R. J. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Construção de Conceitos e a Importância da sua Prática**. Brasília - DF: Publicação independente, 2017.

ARRUDA, M. **Humanizar o Infra-Humano**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Um novo humanismo para uma nova economia**. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AVELINO, D. P.; FONSECA, I. F. **CF 30 anos: soberania popular e participação social**. In: CARDOSO Jr, J. C. (Org.). **30 anos da Constituição Federal brasileira: notas de um obituário precoce (1988-2018)**. Brasília: Plataforma de Política Social, 2018.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013- 2018**. CEBRAP. v. 37, n. 2., 2018.

AVRITZER, L. **Dinâmica da contração e de expansão da participação no Brasil**, curso ministrado pelos professor Dr. Leonardo Avritzer promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE, Fortaleza, 2021.

BABIĆ, Zdenko; BATURINA, Danijel. **Current challenges and future potentials of social economy in Croatia**. CALITATEA VIETII, XXXI, nr. 1, 2020, p. 5–23.

BARBOSA, R. N. C. **Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho**. In: SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortêz, 2006.

BARBOSA, R. N. C. **Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, 1977.

BENSADON, Ligia Scarpa.; ARALDI, Etiane. **Implementando uma ITES em um Instituto Federal: Economia Solidária no Ambiente da Educação Profissional e Tecnológica**. In: XIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPEs). Castanhal: IFPA, 2020.

BONAMINO, A. M. C. D.; OLIVEIRA, L. H. G. D. **Estudos longitudinais e pesquisa na educação básica**. Linhas Críticas, Brasília, v. 19, n. 38, p. 33-50, jan./abr. 2013.

BORINELLI, Benilson; DOS SANTOS, Luis Miguel Luzio; PITAGUARI, Sinival Osório. **Considerações sobre as políticas públicas de apoio à economia solidária em Londrina: o desafio da comercialização**. Serviço Social em Revista, v. 12, n. 2, p. 100-120, 2010.

BOTELHO, Louise de Lira Roedel; LIMA, Djéssica Follmann de; BRAUN, Júlia Catiane Arenhart; WUERGES, Artur Filipe Ewald; GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni; NOGUEIRA, Sandra Vidal. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária**. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 189-205, Edição Especial. 2016.

BRANDÃO, L. C. **A literatura sobre movimentos sociais**. Revista BIB. São Paulo, n. 71, p. 123-143, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18/11/2010, p. 1.

_____. Decreto 1159, de 01 de janeiro de 2023. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego e remaneja cargos em comissão e funções de confiança**. Disponível em Brasília-DF, 2023.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 30 nov. 2008.

_____. MEC. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. MEC. **I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária Públicas**, Brasília, 1987.

_____. MEC. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília-DF, 2024. Disponível em: acesso em 12/03/2024.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas de Economia Solidária**. Brasília-DF: SENAES, 2005.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária**. Brasília-DF: SENAES, 2011.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Gestão coletiva, resultados compartilhados**. Brasília-DF: SENAES, 2005.

CANÇADO, Airton Cardoso e CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães. **Incubação de Cooperativas Populares: Metodologia dos Indicadores de Desempenho**. 2 ed. Palmas-TO: Futura, 2009.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CARVALHO, Gilberto. **Em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. YouTube: @tvocosol. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T14K2Zza6LQ>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CAVALCANTI, Marly. (org) **Gestão Social, estratégias e parcerias**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2018.

CHIA, R. **Teaching paradigm shifting in management education: university business schools and the entrepreneurial imagination.** Journal of Management Studies, v. 33, n. 4, p. 409-428, 2000.

COLLYER, Francisco Renato Silva. **Muito além da Revolução. os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, n. 4242, 11 fev. 2015.

CONAES. Conselho Nacional de Economia Solidária. **3ª Conferência Nacional de Economia Solidária: construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.** 2014.

_____. **II Conferência Nacional de Economia Solidária.** Documento Base. Brasília: Senaes/ MTE, 2010.

CORAGGIO, J. L. **Una lectura de Polanyi desde la economia social y solidaria en América Latina.** Cadernos Metrópole. São Paulo, v. 16, n. 31, junho 2014.

CORAGGIO, J. L. **Potenciar la Economía Popular Solidaria: una respuesta al neoliberalismo.** Revista Otra Economía, 11(20): 4-18, julio-diciembre 2018.

COSTA, Glauce Dias da; COTTA, Rosângela Minardi Mitre. **O aprender fazendo: representações sociais de estudantes da saúde sobre o portfólio reflexivo como método de ensino, aprendizagem e avaliação.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 771-784, 2014.

COSTA, Pedro. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha.** 2003. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COSTA, Pedro de Almeida. **Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de economia solidária.** In: Anais do XXVII ENANPAD. Atibaia, Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2003.

COSTA, Saulo. Felipe. **Ciclos políticos partidários e desigualdade na América Latina: evidências empíricas para os governos de esquerda (1994- 2003).** 2016. 122 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CRESWELL, John W. et al. **Qualitative research designs: Selection and implementation.** The counseling psychologist, v. 35, n. 2, p. 236-264, 2007.

CULTI, M. N. **Incubadora tecnológica de empreendimentos econômicos solidários: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação.** Maringá: UEM, 2011.

CUNLIFFE, A. L. **Reflexive dialogical practice in management learning**. Management Learning, v. 33, n. 1, p. 35-61, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 6606/2019 (Nº Anterior: PL 4685/2012)** Brasília, 2019. www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138 acesso em 03/08/2020.

DA COSTA ARAÚJO, Valdivino Antônio. **Planejamento educacional à luz de Guerreiro Ramos: análise da construção de um Projeto Pedagógico de Curso** Educational planning in the light of Guerreiro Ramos: analysis of the construction of a Pedagogical Course Project. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 7, p. 72725-72741, 2021.

DAGNINO, Renato Peixoto; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: LASSANCE Jr, Antonio E. *et. al.* Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, p.15-64, 2004.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Ed.Insular, 2014.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnociência Solidária: um manual estratégico**. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.

DE SOUZA, André Ricardo; JÚNIOR, Fausto Augusto. **A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento**. P2P e Inovação, v. 7, p. 8-25, 2020.

DELLA VECHIA, Renato et al. **A rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro**. Diálogo, Canoas, n. 18, p. 115-144, 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DO AMARAL, Rebeca Martins; MELLO, José André Villas Bôas. **Economía solidaria, Incubadoras Sociales y desarrollo regional: un estudio bibliométrico**. Collectivus, Revista de Ciencias Sociales, v. 9, n. 1, p. 171-230, 2022.

DOMINGUES JUNIOR, Jurandir. **O IFSP como ator fundamental para o surgimento e consolidação de uma cultura de Economia Solidária na Educação Profissional do Estado de São Paulo?** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS, 14. Anais... Córdoba: Editorial de la Universidad Nacional de Córdoba, 2018.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Cartilha dos 10 anos do FBES**. Brasília: FBES, 2013.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Ata da III Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2002.

FERREIRA REGO, Diogo et al. REDE IF ECOSOL: TRABALHO EM REDE PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REDE FEDERAL DE EPCT. **Revista Gestão e Organizações**, v. 10, n. 2, 2025.

FISCHER, M. C. B.; KREBS, J. R.; **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação para o trabalho associado e autogestionário**: discutindo potencialidades. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-18, e15317, 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A problemática da economia solidária**: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 245-275, jan./jun. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Teoria e prática em economia solidária**: problemática, desafios e vocação. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; EYNAUD, Philippe. **Solidariedade e organizações**: pensar uma outra gestão. Belo Horizonte: Ateliê de Humanidades Ed., 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de Redes Locais de Economia Solidária**: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. *O&S*, Salvador, v. 16, n. 51, p. 725-747, out/dez, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 305-316, jan./jun. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos solidários**: uma alternativa para a economia popular? São Leopoldo/RS, Unisinos, 1996.

_____. **A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jan. 2006.

_____. **A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, p. 57-77, 2007.

_____. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 84, p. 81 -99, 2009.

_____. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje.** In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Salvador: Vozes, p. 167-198, 2000.

_____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes.** Revista Katálisis, vol. 11, n. 1, pp. 11-19, 2008.

GATTAI, Silva; BERNARDES, Marco Aurélio. **Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária.** Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 50-81, 2013.

GHOSHAL, S. **Bad management theories are destroying good management practices.** Academy of Management Learning & Education, v. 4, n. 1, p. 75-91, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008

GODOY, Douglas Fernando dos Santos; CAMPOS, Ivan Ferreira de; **Uma crítica ao caráter ideológico emancipatório da política de economia solidária implementada pelo Governo Brasileiro (2002-2013);** Aurora, Marília, v.13, n. 2 , p. 77-96, 2020.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERGOLETTTO, Gustavo B. **As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Proposta de Formação Integral dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Aproximações Práticas e Conceituais.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tese de doutorado, Curitiba-PR, 2025.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914–1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IADH – INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários** – Proninc: Relatório Final. Recife: IADH, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS (IPEA) **O campo da pesquisa da economia solidária no Brasil**: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf>. Acesso em 26 set. 2019.

JACQUES, Caroline; DE OLIVEIRA ESTEVAM, Dimas. **A Contribuição de Paul Singer para a Teoria Social Contemporânea**: uma revisão bibliográfica. P2P E INOVAÇÃO, v. 9, p. 40-54, 2023.

KREBS, Josiane Roberta; FISCHER, Maria Clara Bueno. ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. **Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 2-11, 2024.

KREBS, Josiane R. **A formação para o trabalho associado e autogestionário em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: a experiência do Programa EcoViamão/IFRS tese de doutorado, Porto Alegre-RS, 2025.

KUENZER, A. Z.; MOURA, D. H. O trabalho como princípio educativo no processo de institucionalização dos Institutos Federais: velhos dilemas e novos desafios. In: PACHECO, E.; FIORUCCI, R. (Org.) **15 anos dos Institutos Federais**: história, política e desafios. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2023, p. 74 - 89.

LAVILLE, J. L. **Les services de proximité en Europe**. Paris : Syros, 1992.

LAVILLE, J. **Ação Pública e Economia**: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LAVILLE, J.-L. L.; GAIGER, L. I. **Economia Solidária**. In: Dicionário internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LEAL, L. P. **Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária**. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Orgs.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018.

LEAL, Kamila Soares; DE SÁ RODRIGUES, Marilsa. **Economia solidária**: conceitos e princípios norteadores. Humanidades & Inovação, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. **Economia Solidária**, Volume, v. 4, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Problemas teóricos da autogestão**. GEOgraphia, Niterói, vol. 19, n. 41, 2017.

LIMA, J. **Paradoxos do trabalho associado**. Revista Tempo Social, v. 21, n. 1, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZIO DOS SANTOS, L. M.; BORINELLI, B. **Economia Solidária: propostas e perspectivas** In: BORINELLI, B.; LUZIO DOS SANTOS, L. M.; PITAGUARI, S. O. (Org.). Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

MACHADO, Atilio. **Economia Solidária e as novas exigências do diálogo social – 2023**. P2P E INOVAÇÃO, v. 9, p. 6-23, 2023.

MACHADO, L. **Educação profissional: formação integral e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGALHÃES, Reginaldo; TODESCHINI, Remígio. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto CUT**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André de (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003, p. 135-160.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MATSUDA, Patricia Mari. **Incubação de Cooperativas Populares e Extensão Universitária: o Caso da INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares** Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2010. 120f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. **Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 40, p. 647-668, 2020.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

MESQUITA FILHO, Alberto. **Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar "A Integração Universidade-Comunidade"**, Mesa Redonda "O Princípio da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão", USJT, 1996.

METELLO, Daniela Gomes. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da justa trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. Rio de Janeiro, 2007, 146 p.

MEYER JÚNIOR, Victor; LOPES, Maria Cecília Barbosa. Administrando o imensurável: uma crítica às organizações acadêmicas. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 40-51, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOURA, M.; MAGALHÃES, V.; TEIXEIRA, L.; SILVA JÚNIOR, J.; RAMOS, M. **Especificidades da Gestão de Empreendimentos na Economia Solidária – Breve Estado da Arte sobre o Tema**. In: Anais do III Encontro Latino-americano de Pesquisadores da Aliança Cooperativa Internacional, 3, São Leopoldo, 2004.

MURAD, Elisa P. ABREU, Júlio César A. **Incubadoras Universitárias de Economia Solidária: Metodologias em perspectiva** Revista GUAL, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 108-130, set. 2016.

MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro; WILSON Castello Branco Neto; GUTIERREZ, Luis Alejandro Lasso. **Projetando Empreendimentos econômicos solidários**. Revista ELO – Diálogos em Extensão, v. 3, n. 1, ago. 2015.

NAGEM, F. A.; JESUS, S. A. V **Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília. n. 54, p. 83-92, 2013.

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer: **Democracia, economia e autogestão**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian; ESTEVES, Egeu Gómez. **Economia Solidária: estratégias para incluir e transformar**. Grupo de Reflexão sobre Trabalho e Sindicalismo, 2022. Disponível em < <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/19694.pdf> > Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

NOGUEIRA, V. M. R. **Estado de Bem-estar Social - origens e desenvolvimento**. Revista Katálisis, v. 5, p. 89-103, 2001.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Guilherme B. **Cultura do trabalho na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica EJA-EPT / PROEJA: tensões e disputas a partir da Economia Solidária e do Empreendedorismo**. Tese de doutorado UFPEL, Pelotas-RS, 2025.

OLIVEIRA, T.; SILVA, S. P. **Regulação e dinâmica do mercado de trabalho**. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). *A Constituição golpeada: 1988-2018*. São Paulo: Perseu Abramo, 2018.

PACHECO, E. Breves anotações sobre os Institutos Federais. In: PACHECO, E.; FIORUCCI, R. (Org.) **15 anos dos Institutos Federais: história, política e desafios**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2023, p. 61 - 73.

PARKER, M.; JARY, D. **The McUniversity: organizations, management, and academic subjectivity**. *Organization*, v. 2, n. 2, p. 319-338, 1995.

PAULA, A. P. P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes. **Entre o gerencialismo e a gestão social: em busca de um novo modelo para a administração pública brasileira**. *Bibliotecadigital. Fgv. Br*, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2006.

PAULA, A. P. P. de; RODRIGUES, M. A. **Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades**. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], v. 46, p. 10-22, 2006.

PELISSARI, Lucas Barbosa; NASCIMENTO, Maria Luiza Freitas Marques. **Educação profissional e economia solidária: um olhar a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. *Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, v. 1, p. 442-472, 2020.

PEREIRA, C. M. **Economia solidária: uma investigação empírica**. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, n. 51, maio 2012.

PERISSÉ, C. et al. **A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados**. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, n. 63, 2017.

PFEFFER, J.; FONG, C. T. **The end of business schools? Less success than meets the eye**. *Academy of Management Learning & Education*, v. 1, n. 1, p. 78-95, 2004.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 357.

PITAGUARI, Sinival Osorio; CAMARA, M. R. G.; SANTOS, L. M. L. **Panorama da economia solidária no Brasil. A Sustentabilidade da Economia Solidária: contribuições multidisciplinares**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina-UEL, p. 33-61, 2012.

POCHMANN, M; BORGES, A. **Era FHC: a regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e outros ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão**. Revista Jurídica, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015.

RAMOS, Alberto G. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

RAMOS, Alberto G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Eds.). . Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

_____. **La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto**.1. Revista Persona y Sociedad, Santiago de Chile, v. XIII, nº 2, ago. 1999.

_____. **Qué es la economía solidaria?**. In: Papeles de relaciones ecosociales y cambio global. No.110. 2010.

REDE IF ECOSOL (Brasil). **Organização do movimento Rede IF EcoSol**. Brasil: Gt Estruturação, 2023.

RITZER, G. **The McDonaldization of society**. Newbury Park, CA: Pinge Fonge Press, 1993.

ROCA, H; O. **Economía solidaria y pueblos indígenas: Desafios para El buen vivir em La región**. In: LIANZA, S; HENRIQUES, F. C (Orgs). A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

RODRIGUES, Georgia Clara Soares; DA COSTA, Liduina Farias Almeida. **Política pública de economia solidária: Ciclo político, dinâmicas e perspectivas no cenário nacional (2016-2022)**. Revista Contemporânea, v. 3, n. 12, p. 32508-32536, 2023.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: O que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Vinicius Correia. **Concepções históricas da economia solidária**. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. 16, n. 6, p. 4387-4405, 2023.

SANTOS, V. C. **Concepções históricas da economia solidária**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

SANTOS, A. CRUZ, A. **Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitário. In: E-cadernos CES, 2008, posto online no dia 01 dezembro 2008, consultado o 19 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1354>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1354>

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Dossiê: Movimentos Sociais • Soc. Estado. 21 (1), abr. 2006.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. **A Economia Social no Brasil**: panorama de um campo em transformação. La economía social en Iberoamérica. Un acercamiento a su realidad. Madrid, Fundación Iberoamericana de la Economía Social (FUNDIBES), v. 1, p. 39-92, 2006.

SILVA. Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. IPEA, Brasília-DF, 2016.

SILVA, R. M. A.; SILVA, R. B. **Políticas públicas de economia solidária na América Latina**: dilemas e perspectivas. Sociedade e Território, Natal/RN, Vol. 34, N.1, p. 52–70 Jan./Abr. de 2022.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej e; TEIXEIRA, Graziela Dias; BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino and ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Residência em políticas públicas**: uma experiência inovadora de formação. Cad. Pesqui. [online]. 2015, vol.45, n.157, pp.588-611. ISSN 1980-5314.

SILVA, Sedília. **Histórico da Economia Solidária no Brasil. II CONPES - Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**, UFSCar, São Paulo, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Políticas Públicas de Economia Solidária**: Avanços, Desafios e Perspectivas. Revista Diálogo. Canoas, n. 18, p. 53-78, 2011.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná.** Revista de Economia do Nordeste, v. 43, n. 2, 2012.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais.** Brasília: Ipea, 2011.

SILVA, Regilane Fernandes da; SILVA, Sandro Pereira. **Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL nº 4.685/2012.** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n.58, p.92-100, 2014.

SILVA, Fabiana Rodrigues da; SILVA, Anderson Renan Aprigio da; VASCONCELOS SEGUNDO, Vanessa Cláudia; LIMA, Eveline Nogueira. **Dynamics of implementing an agroecological fair in Ipanguaçu,** Rio Grande do Norte, Brazil. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 17, n. 3, p. 206-210, 2022.

SILVA, S. P. **A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo.** Outra Economia: Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidaria, v. 4, n. 7, 2010.

_____. Sandro Pereira et al. **Extensão universitária, economia solidária e geração de oportunidades no contexto da Covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no território brasileiro.** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, v. 26, n. 69, 2020.

_____. Sandro Pereira. **A política nacional de economia solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2019): da inserção na agenda à crise de paradigma.** IPEA, Brasília-DF, 2020.

_____. **Laços na diversidade: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil.** Brasília: Ipea, 2018b.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Prefácio. In: CANÇADO, Airton Cardoso. **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho.** Palmas: NESol/UFT, 2007.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2000.

_____. Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 3.ed. –São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis, Vozes, 1998.

SPERANDIO, Paula Sakassegawa. **Economia Social, Solidária, Popular e Terceiro Setor: Um quadro comparativo teórico-conceitual**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN(EDIT.), Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousands Oaks: Sage, 1994. Cap. 16, p. 435-454.

SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. **Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) – Ponta Grossa/ PR**. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Florianópolis, 2017. Anais... Florianópolis: 2017.

TIRIBA, Lia. **O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária**. MELLO, S.; BARBIERI, E.; SIGOLO, V. (org.). economia solidária e Autogestão: encontros internacionais. São Paulo: PW, 2007.

TRAGTENBERG, M. **A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo Gráfica Editora, 1979.

ULLRICH, Danielle Regina. **A construção de saberes no cárcere: a experiência do Programa Mulheres SIM no Presídio Regional de Caçador**. NAU Social, v. 7, n. 13, 2016.

VECHIA, R., TILLMANN, R., NUNES, T. & CRUZ, A. **A rede de ITCPS – passado, presente e alguns desafios para o futuro**. 2011.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro; MORAIS, Leandro Pereira; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. **Trajetória e experiências das incubadoras tecnológicas das cooperativas populares (ITCPs) e empreendimentos solidários no contexto brasileiro**. La economía social y solidaria como instrumento de reincorporación de excombatientes, p. 137, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE I – ROTEIRO UTILIZADO PARA ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

a) **Roteiro entrevista (ensino)**

1. Fale um pouco sobre você, sua formação e como foi sua trajetória profissional
2. Como é sua relação com a ecosol (vivência, concepção, visão: presente/futuro)
3. Na sua opinião, como o ensino nos IFs pode contribuir para o fortalecimento da Ecosol
4. Fale sobre alguma(s) experiência(s) de ensino na ecosol que participou no seu campus ou em outras instituições
5. Quais os principais desafios/oportunidades do ensino atuando em prol da ecosol
6. Como você vê a atuação da Rede IFEcosol incentivando atividades de ensino para o fortalecimento da ecosol

b) **Roteiro entrevista (pesquisa)**

1. Na sua visão, como a pesquisa nos IFs pode contribuir para o fortalecimento da Ecosol
2. Fale um pouco sobre sua tese (temática, desenvolvimento e conclusões)
3. Quais as contribuições que seu trabalho deixa para a ecosol e para os IFs
4. Fale sobre outras experiências de pesquisa em ecosol no seu campus, se houver
5. Quais os principais desafios/oportunidades da pesquisa em prol da ecosol
6. Como você vê a atuação da Rede IFEcosol incentivando atividades de pesquisa para o fortalecimento da ecosol

c) **Roteiro entrevista (extensão)**

1. Pelo que observa, como a extensão nos IFs pode contribuir para o fortalecimento da Ecosol
2. Fale sobre a incubadora IFSol (trajetória, ações e perspectivas futuras)
3. Quais a importância do trabalho das incubadoras para a ecosol e para os IFs
4. Seu campus participou do PMQ - Manuel Querino? Como foi sua experiência?

5. Quais os pontos positivos e negativos do PMQ na sua opinião
6. Fale sobre outras experiências de extensão em ecosol no seu campus
7. Quais os principais desafios/oportunidades da extensão em prol da ecosol
8. Como você vê a atuação da Rede IFEcosol incentivando atividades de extensão para o fortalecimento da ecosol

d) Roteiro entrevista (Rede IFEcosol)

1. O que é a Rede IFEcosol, como se tornou membro e qual sua atuação?
2. Ao seu ver, quais as principais contribuições da Rede IFEcosol para o fortalecimento da Ecosol nos IFs e na comunidade
3. Quais as principais dificuldades que a Rede enfrenta atualmente
4. Quais as possibilidades que você vislumbra para a Rede no futuro
5. Fale sobre as experiências mais marcantes que viveu na Rede IFEcosol
6. Qual a mensagem deixaria aos colegas servidores que atuam na ecosol em seus campi sobre a Rede IFEcosol

APÊNDICE II – Termo Consentimento Livre e Esclarecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Endereço: Avenida Desembargador Vitor Lima, 222 – Trindade
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil - CEP 88040-400
ppgadm@contato.ufsc.br Telefone: (48) 3721-4927

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **“A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO NO BRASIL: O CASE DA REDE IF ECOSOL**

O objetivo geral desta pesquisa é entender a contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no fortalecimento da economia solidária como política pública de geração de trabalho associado e autogestionário no Brasil.

A justificativa para realização da pesquisa é contribuir com o aprofundamento da discussão teórica do tema da economia solidária; fomentar a disseminação da cultura do trabalho associado; incentivar os empreendimentos de economia solidária e aproximar a academia da comunidade no cumprimento do papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

PROCEDIMENTOS: Participação em entrevista seguindo um roteiro semiestruturado, elaborado para atender aos objetivos do projeto de pesquisa.

DESCONFORTOS E RISCOS: O estudo apresenta risco mínimo podendo gerar apenas um desconforto na realização de questionamentos que possam mobilizar sentimentos não agradáveis ao participante. O participante pode se recusar a participar da pesquisa, bem como tem a liberdade de não responder questões que não lhes sejam confortáveis.

BENEFÍCIOS: A pesquisa busca contribuir com a produção de dados a fim de refletir sobre a contribuição dos IFs para o fortalecimento da economia solidária e também da atuação da Rede IF EcoSol neste mesmo sentido.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: A entrevista será conduzida pelo pesquisador da UFSC, responsável pela tese, o qual deverá proporcionar assistência imediata e integral aos participantes no que se refere aos danos e dúvidas decorrentes da pesquisa.

DIREITOS DO PARTICIPANTE: É direito participante retirar-se da pesquisa a qualquer momento, por vontade própria ou do seu desejo, sem ter que apresentar qualquer justificativa e sem penalização alguma, bem como ter garantia do seu anonimato.

SIGILO, PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE: Os registros deste estudo serão fidedignos e os seus resultados serão apresentados na defesa da tese e em publicações e/ou eventos científicos. Todavia, em nenhum momento, as identidades dos participantes serão reveladas, já que serão mantidas em sigilo e com garantia de privacidade.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO: Não são previstas despesas advindas da participação nesta pesquisa. Entretanto, caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, o participante da pesquisa será ressarcido nos termos da lei. Além disso, os participantes da pesquisa terão direito à indenização se vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação prevista neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

DÚVIDAS: É dado ao participante, o direito de tirar dúvidas ou solicitar informações e esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa ao pesquisador pelo telefone: (48) 988023682; e-mail: samuel.ss@ufsc.br. O participante também pode entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC pelo telefone: (48) 3721-4927 ou pessoalmente na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, bloco F, bairro Trindade, Florianópolis – SC, 88.040-400.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida dentro das normas e resoluções do Ministério da Saúde por meio da Resolução 466/2012 – CNS/CONEP que trata de todos os aspectos relativos à ética em pesquisa, os quais serão cumpridos e garantidos pelo pesquisador.

Duas vias deste Termo de Consentimento livre e Esclarecido estão sendo rubricadas e assinadas pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa. O participante receberá uma via deste documento que traz importantes informações de contato e garante seus direitos.

Pelo presente termo, atesto que estou ciente e que concordo com a realização da pesquisa acima proposta e que foi garantido o meu direito e liberdade para participar ou recusar a pesquisa, bem como retirar meu consentimento, se necessário,

Florianópolis, 01 de julho de 2025.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador
Samuel Silveira dos Santos
CPF: 489xxxxxx-34